

Projeto Político Pedagógico

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ
PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES



FORTALEZA - CEARÁ
2020

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ
PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES

Projeto Político Pedagógico

Fortaleza-Ceará
2020

Obra publicada pela Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP/CE)

COORDENAÇÃO E REVISÃO

José Batista Cisne Tomaz
Ana Lúcia Barreto Xenofonte
Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro
Francisco Rafael Pinheiro Dantas
Leni Lúcia Nobre Moura

FORMATAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Cleyton Carvalho Cândido
Ariane Adla Pereira Cajazeiras
Deborah Araújo Muniz

FICHA TÉCNICA

Todos os direitos desta edição estão reservados à: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES. É permitida a reprodução total ou parcial deste caderno, desde que seja citada a fonte.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES

Av. Antônio Justa, 3161 - Meireles,
Fortaleza-CE. CEP: 60.165-090
Telefone: (85) 3101.1401
Fax: (85) 3101.1404
Site ESP/CE www.esp.ce.gov.br
[Instagram.com/espceara](https://www.instagram.com/espceara)
[youtube.com/espceara](https://www.youtube.com/espceara)
[facebook.com/espceara](https://www.facebook.com/espceara)
[linkedin.com/company/espceara](https://www.linkedin.com/company/espceara)
ascom.esp@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

E74p Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
Projeto Político Pedagógico / Escola de Saúde Pública do Ceará / Coordenação
José Batista Cisne Tomaz et al –
Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2020.
132 p.
1. Projeto Político Pedagógico. 2. Tomaz, José Batista Cisne et al. I. Título.

CDD: 362.12

Catálogo na Fonte: João Araújo Santiago Martins e Maria Helena Carvalhedo.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO CEARÁ
PAULO MARCELO MARTINS RODRIGUES

Projeto Político Pedagógico

Camilo Sobreira de Santana
Governador do Estado

Izolda Cela de Arruda Coelho
Vice-Governadora

Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Secretário da Saúde do Estado

Marcelo Alcantara Holanda
Superintendente da Escola de Saúde Pública do Ceará

Fortaleza-Ceará
2020

Germana Glória de Castro Portela e Silva
Assessora Jurídica

Delanne Emanuelle Pinheiro Gadelha
Damasceno
Ouvidora

Caio Cavalcante
**Assessor-Chefe de Desenvolvimento
Institucional (assessor em substituição)**

Clara de Assis Alves Silva
Diretora Administrativo-Financeira

Olivia Andrea Alencar Costa Bessa
Diretora de Pós-Graduação em Saúde

Caio Cavalcante
**Diretor de Educação Profissional em
Saúde**

José Batista Cisne Tomaz
**Supervisor do Centro de
Desenvolvimento Educacional em Saúde**

Francisco Jadson Franco Moreira
**Supervisor do Centro de Investigação
Científica**

Luciana Rocha Lopes da Costa
**Supervisora do Centro de Extensão em
Saúde**

Maria Helena Carvahêdo Farias
**Supervisora do Centro de
Documentação e Biblioteca**

Alcileia Leite de Carvalho
**Supervisora do Centro de Residência
em Saúde**

Maria de Fátima Façanha Elias Reis
**Supervisora do Centro de Educação
Permanente em Atenção à Saúde**

Fabício André Martins da Costa
**Supervisor do Centro de Educação
Permanente em Gestão em Saúde**

Lígia Lucena Gonçalves Medina
**Supervisora do Centro de Educação
Permanente em Vigilância em Saúde**

Ana Lúcia Barreto Xenofonte
Supervisora da Secretaria Escolar

Maria Stênia Aragão Pinto
**Supervisora do Núcleo de Gestão
Administrativa**

Julianne Débora Rebouças da Silva
**Supervisora do Núcleo de Gestão
Financeira**

Irlene Alves Rodrigues
**Supervisora do Núcleo de Tecnologia da
Informação e Comunicação**

APRESENTAÇÃO

Criada em 1993, a Escola de Saúde Pública Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP/CE) é uma instituição autárquica da administração indireta do governo do estado do Ceará e vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA). Tem por missão promover a educação, o conhecimento e a inovação em saúde e assim contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sociedade em geral. Nesse contexto, o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) constitui o seu documento mais importante expondo de forma clara a sua identidade escolar, ou seja, os objetivos a serem alcançados, as metas a serem cumpridas e os sonhos e estratégias educacionais a serem realizados pela instituição.

O presente documento teve seu desenvolvimento capitaneado pelo Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde (CEDES) abrangendo os diversos setores e campos de atuação da ESP/CE. O seu conteúdo é composto pelo conjunto dessas aspirações, constituídas pela oferta de programas educacionais e atuação no campo da pesquisa, inovação e extensão, com o objetivo de possibilitar o pleno desenvolvimento dos educandos, colaboradores e outros atores que fazem a ESP. São apresentados os pressupostos filosóficos e teóricos que embasam as abordagens educacionais inovadoras, princípios e valores norteadores das práticas para sua gestão e inserção estratégica no sistema de saúde.

A sigla PPP reúne três palavras que dizem bem do que se trata o presente documento. O primeiro P (Projeto) diz respeito à reunião das propostas de ações que serão executadas durante um período de um determinado tempo; o segundo P (Político) é o da Escola, como centro de formação plena de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, cuja formação deverá prepará-los para atuarem de forma individual e coletiva, buscando sempre a melhoria do sistema de saúde e da sociedade; e o terceiro P (Pedagógico) é o da definição das concepções que norteiam as ações pedagógicas, das estratégias e métodos inovadores de ensino-aprendizagem e de avaliação, e dos meios para a produção e disseminação do conhecimento.

A construção do PPP da ESP/CE procurou, de forma harmônica, juntar os ditos acima, tornando-o um guia a ser seguido, não apenas pelos gestores e professores, mas, também, pelos colaboradores, estudantes e pelas famílias integrantes das comunidades assistidas pela Escola. É um documento balizador sobre os caminhos a serem seguidos por todos no desenvolvimento de suas competências para o desempenho das suas atribuições profissionais e atividades específicas. É, ao mesmo tempo, flexível o suficiente para que, permanentemente, se adapte às necessidades sociais, de aprendizagem dos estudantes e dos pesquisadores. Pelo exposto, verifica-se que o seu alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) se fez necessário e imperioso para que a missão institucional seja plenamente cumprida não apenas como uma ação de governo, mas de Estado.

Espera-se que o PPP seja fonte permanente de consulta e reflexão por toda a comunidade escolar, sendo uma ferramenta essencial, viva e eficiente, para o planejamento, a avaliação, desde as tomadas de decisão da gestão ao dia-adia de alunos, colaboradores e docentes. Servirá, ainda, como parâmetro para experiências e ações político-pedagógicas de curto, médio e longo prazo. Importante ressaltar que nessa atual versão do documento, incorpora-se o objetivo de definição e fortalecimento da ESP também como um instituto de ciência e tecnologia e órgão de inteligência em saúde, inserindo e desenhando novas competências nessas áreas tão caras à evolução dos sistemas de saúde no Ceará, no Brasil e no mundo.

O PPP da Escola, ao final, visa contribuir para o alcance de resultados concretos sobre a saúde das pessoas, que devem transcender gerações, governos, desafios imprevistos, como a atual Pandemia pela COVID-19, e assim beneficiar a todos de forma ampla, contínua, e com a excelência que a população precisa e merece.

Prof. Dr. Marcelo Alcantara Holanda
Superintendente da Escola de Saúde Pública do Ceará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....	20
2.1 DA MANTENEDORA.....	20
2.2 DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	21
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	25
3.1 HISTÓRICO.....	26
3.2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	47
3.2.1 Conceito.....	47
3.2.2. Definição de Identidade Organizacional.....	47
3.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	48
3.3.1 Objetivos Institucionais.....	49
3.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESP/CE.....	49
3.4.1 Esrutura Administrativa.....	49
3.4.2 Estrutura Física.....	51
3.4.2.1 Instalações Físicas.....	51
3.4.2.2 Laboratórios.....	52
3.4.2.3 Centro de Documentação e Biblioteca.....	52
3.4.2.4 Núcleo de Tecnologia da Informação.....	53
3.4.2.5 Assessoria de Comunicação.....	55
3.4.3 Recursos Humanos.....	55
3.4.3.1 Caracterização do Corpo Docente.....	55
3.4.3.2 Caracterização do Corpo Técnico-Administrativo.....	56
3.4.4 Comissões, Conselhos e Comitês.....	56
3.4.4.1 Comitê de Ética em Pesquisa.....	56
3.4.4.2 Projeto do Conselho Editorial da ESP/CE.....	57
4. CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM A AÇÃO EDUCACIONAL.....	58
4.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS.....	60
4.1.1. Educação e Democracia.....	60
4.1.2. Educação em um contexto de mudanças e para a transformação social.....	61
4.1.3. Educação como reconstrução da experiência.....	61
4.1.4 Educação como processo de crescimento e desenvolvimento continuado.....	62

4.1.5 Educação num contexto de inovação tecnológica (Educação 4.0).....	62
4.1.6 Educação como ferramenta de ressocialização e acessibilidade.....	63
4.2 PRESSUPOSTOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE.....	64
4.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	66
4.3.1. Teorias da Aprendizagem.....	66
4.3.1.1. Teoria Experiencial.....	66
4.3.1.2. Teoria Cognitiva da Aprendizagem.....	67
4.3.1.3 Teoria Social Cognitiva.....	67
4.3.1.4 Andragogia.....	68
4.3.1.5 Teoria da Carga Cognitiva.....	69
4.3.1.6 Teoria de Fitts e Posner.....	69
4.3.2 Premissas Educacionais.....	70
4.3.3. Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem.....	73
4.3.3.1 <i>Problem Based Learning (PBL)</i> / Aprendizagem Baseada em Problemas.....	74
4.3.3.2 Metodologia da Problematização.....	75
4.3.3.3 Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL).....	76
4.3.3.4 Simulação Realística.....	77
4.3.3.5 Educação a Distância.....	78
4.3.3.6 Estratégias educacionais complementares.....	78
4.3.4 Desenho de Currículo Baseado em Competências.....	78
4.4 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA.....	80
4.5 CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO.....	81
4.5.1 Avaliação da Aprendizagem.....	82
4.5.1.1 Tipos de avaliação da aprendizagem.....	82
4.5.1.2 Avaliação de Competências Profissionais.....	83
4.5.2 Avaliação de Programas Educacionais.....	84
4.5.3 Avaliação Institucional.....	86
4.5.3.1 Procedimentos metodológicos.....	86
4.5.3.2 Autoavaliação da gestão.....	86
4.5.3.2.1 Processo de Planejamento.....	86
4.5.3.2.2 Processo de execução.....	86
4.5.3.2.3 Processo de implementação das melhorias e monitoramento dos resultados.....	87
4.5.3.2.4 Processo de avaliação.....	87

5. POLÍTICAS E DIRETRIZES EDUCACIONAIS DA ESP/CE	89
5.1 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ENSINO - APRENDIZAGEM.....	90
5.1.1 Organização Didático-Pedagógica.....	91
5.1.1.1 Premissas e Diretrizes dos Programas Educacionais.....	93
5.1.2 Desenho/Organização Curricular.....	94
5.1.3 Perfil Geral do Egresso.....	95
5.1.4 Sistemas de Avaliação da ESP/CE.....	95
5.1.4.1 Sistema de Avaliação da Aprendizagem.....	96
5.1.4.2 Sistema de Avaliação dos Programas Educacionais.....	99
5.1.4.3 Sistema de Avaliação Institucional.....	100
5.1.5 Estágio Supervisionado Obrigatório.....	100
5.1.5.1 Estrutura do Estágio Supervisionado Obrigatório.....	101
5.1.5.2 Estágio obrigatório em tempos de pandemia.....	102
5.2 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE PESQUISA EM SAÚDE.....	103
5.2.1 Diretrizes.....	103
5.2.2 Linhas de Pesquisa.....	103
5.2.3 Programa de Pesquisa para o SUS - Gestão compartilhada em saúde.....	107
5.3 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE EXTENSÃO EM SAÚDE.....	107
5.4 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE INTELIGÊNCIA EM SAÚDE.....	109
5.5 PRINCIPAIS PROJETOS ESTRUTURANTES DA ESP-CE.....	110
5.5.1 Projeto Centro de Simulação Realística.....	110
5.5.2 Projeto Centro de Inteligência em Saúde.....	111
5.5.3 Projeto do Núcleo de Educação a Distância (NEAD).....	111
5.5.4 Projeto de Teleeducação.....	113
5.5.4.1 A Telepreceptoria.....	114
5.5.5 Projeto Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).....	115
5.5.6 Projeto de Desenvolvimento Docente (CEDES).....	115
5.5.7 Projeto Rede Estadual Saúde Escola.....	119
5.5.8 Projeto Rede Estadual de Pesquisa Clínica (Repclin).....	119
6. IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	120
6.1 Implementação.....	120
6.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	120
REFERÊNCIAS.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas

Acodess - Agência Francesa de Cooperação Técnica Internacional

ACS - Agente Comunitário de Saúde

ACE - Agente Comunitário de Endemias

Ataweb - Sistema de Gerenciamento de Atas

Bácula - Sistema de Backup Corporativo

KFW - Agência de Cooperação Financeira do Governo Alemão/Kreditanstalt für Wiederaufbau

Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Bireme - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

BSC - Modelo Balanced Score Card

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAPS - Centro de Atenção PsicoSocial

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEC - Conselho de Educação do Ceará

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

Cefet/CE - Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

Cenic - Centro de Investigação Científica

CEO - Centros de Especialidades Odontológicas

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

Cerest - Centros de Referência em Atenção à Saúde do Trabalhador

CGE - Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado

CIDE - Consórcio Internacional de Desenvolvimento da Educação

5W2H - (What, Who, Where, Why, When, How e How much)

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CISEC - Centro de Inteligência em Saúde do Estado do Ceará

Cochrane - Biblioteca virtual com resultados de investigações em medicina

Conass - Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Contec - Conselho de Coordenação Técnico-Administrativo

Cosems/CE - Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Ceará

CRES - Coordenadorias Regionais de Saúde

SRS - Superintendência Regional de Saúde

CRR - Centro Regional de Referência

CTACS - Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde
DAE - Documento de Arrecadação Estadual
Decit - Departamento de Ciência e Tecnologia
DFID - Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico
Dieps - Diretoria de Educação Profissional em Saúde
Dinter/CE - Doutorado Interinstitucional em Saúde Pública do Ceará
DORT - Doença Ocupacional Relacionada ao Trabalho
DOU - Diário Oficial da União
EAAC - Ensino Aprendizagem no Ambiente Clínico
EAAD - Ensino Aprendizagem Autodirigido
EAAT - Ensino Aprendizagem no Ambiente de Trabalho
EaD - Educação a Distância
EC - Estudo de Caso
ED - Estudo Dirigido
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública
EPS - Educação Permanente em Saúde
EpiSUS - Epidemiologia em Serviços de Saúde
ESF - Estratégia Saúde da Família
ESF - Equipe de Saúde da Família
ESP - Escola de Saúde Pública do Ceará
ESPList - Rede Local da ESP
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos
FioCruz - Fundação Oswaldo Cruz
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FSP - Faculdade de Saúde Pública
Funasa - Fundação Nacional da Saúde
Funcap - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Fusec - Fundação de Saúde do Estado do Ceará
GigaFor - Projeto de infraestrutura informática do estado do Ceará localizado na Região Metropolitana de Fortaleza
GLPI - Sistema de Inventário de Ativos de Informática
Gnuteca - Sistema de Gerenciamento de Biblioteca
GT - Grupos Tutoriais
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Intranet - Rede interna ESP/CE
INVS - Institut Nationale de Veille Sanitaire

ISC - Instituto de Saúde Coletiva
ISS - Instituto Superiore di Sanità
JICA - Associação de Cooperação Internacional do Japão
LER - Lesão por Esforço Repetitivo
Libras - Língua Brasileira de Sinais
Lilacs - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
Lime - Survey Sistema de Pesquisa Interna
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
Medline - Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica
MOODLE - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment - plataforma virtual
MS - Ministério da Saúde
MSH - Management Sciences for Health
NEAD - Núcleo de Educação a Distância
NEP - Núcleo de Educação Profissional
OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde
OSCE - Oral Structured Clinical Examination
PAIR - Problema Auditivo Relacionado ao Ruído
PBL - Problem Based Learning
PC - Práticas na Comunidade
PDD - Programa de Desenvolvimento Docente
PDCA - Plano-do-Check-Act (ou Adjust)
PMG - Plano de Melhoria da Gestão
PMS - Plataforma de Modernização da Saúde
PNE - Projeto Nordeste
PPA - Plano Plurianual
PPGSP - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública
PPSUS - Programa Pesquisa Para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde
Proerp - Programa de Expansão da Educação Profissional
Profaps - Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde
PITS - Programa de Interiorização para o Trabalho em Saúde
PNCTIS - Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
PRM - Programas de Residência Médica
Profae - Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem
Projur - Procuradoria Jurídica ESP/CE
Provab - Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica
PSF - Programa Saúde da Família
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
ReforSUS - Reforço à Reorganização do SUS
RET/SUS - Rede das Escolas Técnicas do SUS
Repclin - Rede Estadual de Pesquisa Clínica
RIS-ESP/CE - Residência Integrada em Saúde
SAGU - Sistema Acadêmico de Gerenciamento Único
SciELO - Scientific Electronic Library Online
SINAES - Sistema Nacional de avaliação da Educação Superior
S2doc - Sistema de Solicitação de Documentos
Seces - Secretaria Escolar ESP/CE
Secitece - Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
Sedae - Sistema de Emissão de DAE
SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revista
Service Desk - Chamados técnicos na ESP/CE
SESA/CE - Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
Setas/CE - Secretaria do Trabalho e Ação Social do Ceará
Sicad - Sistema de Controle Acadêmico
Sigafrota - Sistema de Gestão de Frotas
Sigrh - Sistema de Gestão de Recursos Humanos
Silos - Sistemas Locais de Saúde
SINE/CE - Sistema Nacional de Emprego do Ceará
SISWeb - Área de Acesso Corporativo
SURCE - Seleção Unificada para Residência Médica no Estado do Ceará
SUS - Sistema Único de Saúde
SWOT - Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)
TBL - Aprendizagem Baseada em Equipes/Team Based Learning
TCA - Teoria Cognitiva da Aprendizagem
TCC - Trabalho Conclusão de Curso
TDCO - Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário
TH - Treinamento de Habilidades
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TSB - Técnico Saúde Bucal
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNB - Universidade de Brasília
Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unifor - Universidade de Fortaleza

URCA - Universidade Regional do Cariri

USP - Universidade de São Paulo

Uniquaulis - Unidade de Avaliação e Promoção da Qualidade em Educação

UVA - Universidade Vale do Acaraú

VigiSUS - Sistema de Vigilância em Saúde

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

*“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”
(Paulo Freire)*

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi instituído pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e também pela Lei nº 9394/96, cuja obrigatoriedade foi determinada na legislação do Conselho Estadual de Educação/Deliberação 07/2000 (BRASIL, 1996).

O PPP é o instrumento balizador para a atuação da instituição de ensino e, por consequência, expressa a prática pedagógica de uma escola ou universidade e de seus cursos, dando direção à gestão e às atividades educacionais.

Planejar o desenvolvimento da Escola é a condição primeira e imprescindível para que sejam traçados os programas e suas intervenções de forma responsável e consciente. Isso pressupõe que o projeto da Escola deve atender às dimensões política e pedagógica que lhes são atribuídas. Política, porque traduz pensamento e ação, expressando uma visão de mundo, de sociedade, de educação, de profissional e de estudante que se deseja. Pedagógica, porque possibilita tornar real a intenção da Escola, subsidiando a orientação educativa no cumprimento de seus propósitos. Assim, o PPP, junto com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Regimento Escolar, é um dos importantes instrumentos normativos em que a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE) se baseia para efetivar suas práticas, como Instituição de Ensino Superior (IES).

O processo de construção e atualização do PPP é, portanto, a forma objetiva de a Escola dar sentido à sua atuação como instituição de ensino, permitindo o debate em torno de seus pressupostos filosóficos, teórico-metodológicos e a revisão das diretrizes pedagógicas, relacionadas aos seus projetos de ensino, à pesquisa e extensão, adequando-os às necessidades da população e ao cenário de saúde no país, sobretudo, no Estado do Ceará.

Na realidade, o panorama da saúde, nas últimas décadas no Brasil, tem refletido mudanças significativas no âmbito sociodemográfico e epidemiológico, provocando novas necessidades de formação e educação permanente, tanto por parte dos trabalhadores da saúde como da população.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida no Brasil saltou de 33,7 anos, em 1900, para 76,7 anos, em 2020, e está estimada em cerca de 80 anos, em 2040. O IBGE, também, aponta uma tendência de crescimento da população idosa brasileira (IBGE, 2002).

O Estado do Ceará, assim como o restante do país, apresenta um complexo quadro epidemiológico, tendo como principal causa de morte da população as doenças cardiovasculares, seguida das neoplasias, doenças endócrinas e das causas externas (incluindo violência no trânsito e interpessoal). No entanto, ainda persistem doenças infecciosas, como dengue, zika, chikungunya, hanseníase, AIDS e tuberculose. Vale ressaltar nesse contexto, a ocorrência em 2020 da pandemia de COVID 19, que vem tendo drásticas consequências epidemiológicas, sociais, econômicas e educacionais no planeta.

Associada a esta mudança, emerge a necessidade de criação de uma rede de atenção à saúde capaz de ofertar serviços com qualidade, pautada na humanização da atenção prestada ao cidadão e na adoção de uma política educacional capaz de articular ensino-serviço com foco em práticas pedagógicas inovadoras e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como a Educação a Distância.

Desse modo, a passagem de um modelo fragmentado para um integrado tem como chave a constituição de redes, a partir do fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS), que seja eficaz, com prioridade para a promoção e a prevenção.

Do prisma operacional, o maior desafio para o fortalecimento da rede de atenção é a adoção de uma política educacional capaz de responder às demandas e necessidades da sociedade.

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde propõe que a transformação das práticas profissionais deve basear-se na reflexão crítica sobre as práticas reais, vivenciadas por profissionais reais, nos diversos cenários da rede de serviços.

Para dar conta desta complexidade, a Escola de Saúde Pública do Ceará, a partir de sua missão institucional, propõe uma série de projetos de ensino, pesquisa e extensão, embasados em pressupostos filosóficos consistentes e democráticos e em teorias de aprendizagem construtivistas. Em consonância com os aspectos filosóficos e teóricos, a ESP/CE optou pela utilização de abordagens metodológicas ativas, baseadas em problemas, que buscam o desenvolvimento de competências profissionais de acordo com as necessidades da comunidade.

Associada a essas abordagens, a ESP/CE propõe a utilização de estratégias de ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho, clínicos e comunitários, promovendo e consolidando o desenvolvimento permanente das competências profissionais nos campos gerencial, social, pessoal e político, além das habilidades, relativas ao campo estritamente técnico-profissional, estabelecendo, assim, uma vinculação entre educação e prática profissional.

Neste sentido, a proposta educacional e pedagógica da ESP/CE se delineia, tendo como eixo principal a construção de competências, a partir de práticas contextualizadas, valorizando a experiência prévia do estudante, bem como sua necessidade de aprendizagem individual e coletiva. Os processos pedagógicos utilizados devem valorizar os princípios da aprendizagem significativa de forma a oferecer ao estudante a base necessária para compreensão e proposição de soluções, estimulando-o a reflexão sobre sua prática, a articulação de novos conhecimentos com os que já possui e, assim, oferecer-lhe suporte pedagógico, que possibilite utilizar esses conhecimentos em diferentes contextos.

A partir dessa reflexão, para viabilizar o processo de atualização do PPP, da ESP/CE, foram criadas estratégias para que todos participassem e contribuíssem, de maneira ativa e democrática, de modo que o conjunto de valores, normas e relações obedecesse a uma dinâmica singular e viva. Considerando-se que a educação é um direito da pessoa e um importante meio para o seu desenvolvimento, entendemos que o processo de atualização do PPP corresponde à necessidade de uma educação dialógica e promotora da cidadania plena, vinculada a uma troca de idéias e opiniões colaborativas, atendendo às diferenças e diversidades, visando, desse modo, a promover o exercício de direitos, associados às responsabilidades e aos deveres de todo cidadão consciente e crítico.

Assim, partindo do entendimento de que o desafio da construção e atualização de um Projeto Político Pedagógico exige a participação efetiva de toda a comunidade escolar, a Superintendência, com a anuência do Conselho de Coordenação Técnico - Administrativo (Contec), da ESP/CE, instituiu um Grupo de Trabalho responsável pela atualização do PPP, sob coordenação do Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde (Cedes). Esse grupo foi formado a partir das representações técnicas das Diretorias e dos Centros, nas quais se encontram as duas modalidades de ensino praticadas na Escola: educação superior e ensino profissional e técnico, além das áreas relacionadas à pesquisa e extensão, a Secretaria Escolar e Biblioteca e as áreas administrativa e financeira, ou seja, todos os segmentos da ESP/CE estavam representados.

Foi, então, realizada uma série de oficinas de trabalho, nas quais cada tópico do PPP foi revisto e atualizado. Portanto, foi um trabalho coletivo, a várias mãos, cujo produto representa as ideias, concepções e diretrizes pedagógicas, que orientarão as ações da ESP/CE nos próximos dois anos.

A estrutura deste PPP foi baseada nas versões anteriores e é composta pelos dados de identificação, caracterização da Escola, incluindo a atualização do seu histórico, da sua missão e dos seus valores, da sua estrutura física e dos recursos humanos e, finalmente, as concepções, que norteiam as ações pedagógicas, as políticas e diretrizes pedagógicas por projetos de ensino, a pesquisa e extensão, desenvolvidos pelas Diretorias e pelos Centros. Destaca-se, nesta versão do PPP, o reforço dos seis pressupostos filosóficos propostos na versão anterior, dando ênfase às ideias de John Dewey, reforçando a relação da Educação com a Democracia e à Educação num contexto de inovação tecnológica e associando-os às ideias de educação transformadora, de Paulo Freire.

Em termos de Teorias da Aprendizagem, além das apresentadas na versão anterior, foram enfatizadas e acrescentadas outras teorias que ajudam a embasar as novas práticas educacionais da ESP-Ce: a Teoria Social Cognitiva, Teoria da Carga Cognitiva e a Teoria de Fitts e Posner, sobre o desenvolvimento de habilidades.

No que se refere às Metodologias Ativas de Aprendizagem, foi detalhada e enfatizada a terceira abordagem ativa de aprendizagem – a Aprendizagem Baseada em Equipes/Team Based Learning (TBL), como uma alternativa metodológica para trabalhar com grupos maiores de estudantes, além das já apresentadas em versões anteriores, como o PBL e a Metodologia da Problematização.

Destaca-se ainda, nessa versão atualizada, a inclusão de vários projetos estruturantes, dentro de uma visão de inovação tecnológica e uso da inteligência em saúde nos processos de tomada de decisões em busca de maior eficácia e efetividade das ações de saúde e de educação, como a implantação de um Centro de Inteligência em Saúde, do Núcleo de Inovação Tecnológica, do Centro de Simulação Realística e a reestruturação do Núcleo de Educação à Distância.

Este PPP aponta, claramente, em seus pressupostos, os conceitos de autonomia, democracia e cidadania, buscando garanti-los na prática diária da ESP/CE. Desse modo, como uma instituição autônoma, a ESP/CE deve encaminhar, de forma rápida e urgente, as soluções, que são demandadas pela direção, pelos professores e estudantes, a fim de atender às necessidades do sistema de saúde e da comunidade, primando pela eficiência e qualidade. Essa autonomia é, pois, um exercício de democratização de um espaço público e coloca na Escola a responsabilidade de sempre prestar contas de suas ações e de buscar, permanentemente, uma aproximação, cada vez mais estreita, com os anseios da sociedade.

A razão do esforço, pela autonomia escolar rumo à Escola cidadã, deverá ser a da qualidade do ensino e da formação integral e educação permanente de todos os seus atores (gestores, corpo docente, colaboradores e estudantes), com a finalidade de formar profissionais, não só para o trabalho, mas para a vida, para a construção de relações humanas e sociais civilizadas, justas e éticas para o exercício e a prática da cidadania crítica e ativa.

Para que a ESP/CE alcance os objetivos expressos, neste PPP, de forma eficiente e eficaz, atendendo aos anseios da sociedade, é necessário, não só atualizar os fundamentos legais, filosóficos e pedagógicos, mas, também, contar com o empenho e preparo da equipe de trabalho e, sobretudo, com as condições de recursos humanos e financeiros, que a viabilizem. Isso inclui o desenvolvimento de esforços para a criação de um quadro de pessoal efetivo, como, também, para a valorização do corpo docente e técnico, que, atualmente, colabora com a ESP/CE. Outro grande avanço, nesse sentido, tem sido a adoção, desde o início de 1995, de um processo sistemático de planejamento estratégico,

que conta com a ampla participação de todos, que fazem a ESP/CE, incluindo os principais clientes e parceiros potenciais, que contribuem com a definição da sua missão, seus valores e a visão de futuro que ela deve seguir.

Em suma, esta versão, atualizada do PPP, tem a finalidade de apresentar os resultados de momentos privilegiados de reflexão coletiva e, simultaneamente, servir como orientador de rota para o presente e de norteador para se projetar o futuro.

A ESP/CE renova, neste documento, seu compromisso político-pedagógico de continuar atendendo às demandas de formação profissional técnica e educação permanente dos trabalhadores de saúde da rede que integra o SUS do Estado do Ceará.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 DA MANTENEDORA

A Mantenedora da Escola de Saúde Pública do Ceará é o GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, por meio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ.

Identificação da Mantenedora:

Nome: Governo do Estado do Ceará

CNPJ: 07.954.480/0001-79

End.: Palácio da Abolição - Av. Barão de Studart, 505 - Meireles, Fortaleza-Ce

CEP: 60.120-000

Cidade: Fortaleza UF: CE

Fone: (85) 3466.4000 Fax: (85) 3466.4000

Email: gabgov@gabgov.ce.gov.br

Identificação da Instituição na qual a ESP/CE está vinculada:

Nome	Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
CNPJ	07.954.571/0001-04
Endereço	Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de Iracema
Cidade	Fortaleza
UF	CE
CEP	60.060-440
Fone	(85) 3101.5123
Fax	(85) 3101.5275
E-mail	www.saude.ce.gov.br

Dirigentes da Mantenedora:

Nome	Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Endereço	Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de Iracema
Cidade	Fortaleza
UF	CE
CEP	60.060-440
Fone	(85) 3101.5124
Fax	(85) 3101.5275
E-mail	www.saude.ce.gov.br

2.2 DA INSTITUIÇÃO MANTIDA

Identificação da Instituição Mantida:

Nome	Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues
Endereço	Av. Antônio Justa, 3161 - Meireles
Cidade	Fortaleza
UF	CE
CEP	60.165-090
Fone	(85) 3101.1400
Fax	(85) 3101.1404
E-mail	www.esp.ce.gov.br

Corpo dirigente da Instituição Mantida:

Nome	Marcelo Alcantara Holanda
Endereço	Av. Antônio Justa, 3161 – Meireles
Cidade	Fortaleza
UF	CE
CEP	60.165-090
Fone	(85) 3101.1401 (85) 3101.1403
Fax	(85) 3101.1404
E-mail	marcelo.holanda@esp.ce.gov.br

Coordenação acadêmica:

Cargo	Supervisor do Centro de Desenvolvimento Educativo em Saúde
Nome	José Batista Cisne Tomaz
Endereço	Av. Antônio Justa, 3161 – Meireles
Cidade	Fortaleza
UF	CE
CEP	60.165-090
Fone	(85) 3101.1418
Fax	(85) 3101.1418
E-mail	batista.tomaz@esp.ce.gov.br

Outros Dados da Instituição Mantida:

Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	Nº. 73.695.868/0001-27
Certificado de Regularidade do FGTS	2020111802562914980765
Regularidade quanto aos Tributos Estaduais	202014503111
Certidão quanto à Dívida Ativa da União e Contribuições Federais	842F.87BD.632E.87EC
Data de Criação da Escola	22/07/1993
Credenciamento - Deliberação do Conselho de Educação do Ceará (CEC)	<p>PÓS-GRADUAÇÃO 1º Parecer CEE Nº 82/2000, de 09/02/2000, com validade de três anos, expedido pela Câmara de Educação Superior e Profissional do Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE, que Credencia a ESP/CE como Instituição de Ensino Superior (IES); Parecer CEE Nº1051/2003, de 01/12/2003 – prorroga prazo de Credenciamento da ESP/CE até maio de 2004; 2º Parecer CEE Nº 422/2004, que renova o credenciamento da ESP/CE como IES, até 31/12/2007; Parecer CEE Nº 80/2008, de 13/02/2008- -prorroga prazo de credenciamento até 30/06/2008; Parecer CEE Nº 519/2008, de 17/10/2008 – prorroga prazo de credenciamento até 31/12/2008; 3º Parecer CEE Nº 0585/2008, de 09/12/2008, que credencia a ESP/CE como IES, até 31/12/2012; 4º Parecer CEE Nº Nº 1340/2013, de 02/07/2013, que Recredencia a ESP/CE como IES, com vigência até 31.12.2017, prorrogado pelo Parecer CEE Nº 0415/2018, de 09/04/2018, com vigência até 31.12.2018; 5º Parecer CEE Nº 0454/2019, de 24.09.2019 – Recredencia a ESP/CE como IES, sem interrupção, com vigência até 31/12/2023.</p> <p>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 2002: Credenciamento para ministrar cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Parecer CEC nº 694/2002, válido até 31.12.2007, prorrogado até 30.06.2008. Parecer CEC Nº 0053/2009. 2009: Recredenciamento para ministrar cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Parecer CEC nº 0053/2009, de 09.03.2009 até 31.12.2012. 2014: Recredenciamento para ministrar Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Parecer CEC nº 0106/2014, de 1/01/2013 até 31/12/2017. 2018 - Prorrogação do Parecer CEC Nº 0106/2014 de 01.01.2013 até 31.12.2017, para ministrar cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio - pelo Parecer CEE Nº 0289/2018, de 21.02.2018, vigência de 01.01.2018 até 30.09.2018.</p>

<p>Credenciamento - Deliberação do Conselho de Educação do Ceará (CEC)</p>	<p>2018 - Recredenciamento para ministrar Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio - Parecer CEE Nº 0729/2018, de 18/09/2018, vigência de 01.10.2018 até 31.12.2022. ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA 2014 - Autorização para ofertar Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio Parecer CEC Nº 600/2014, de 15.10.2014, de 15.10.2014 até 31/12/2017. EDUCAÇÃO à DISTÂNCIA 2011 - Credenciamento CEC Nº 0167/2011 de 12.04.11 até 31.12.2015</p>
<p>Turno de Funcionamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Manhã: das 08h00 às 12h00 • Tarde: das 13h00 às 17h00 • Noite: das 18h00 às 21h00
<p>Níveis de Ensino Ofertados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Profissional Técnica de Nível Médio • Ensino de Pós-Graduação - lato sensu/ Especialização/Residência Médica/Residência Multiprofissional em saúde • Cursos Livres
<p>Etapas, Fases e Modalidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Profissionalizante na Área de Saúde - Educação Inicial e Continuada (livre), Cursos Técnicos de Nível Médio e Especialização Técnica • Pós-Graduação, lato sensu, nas Modalidades de Especialização, Residência Médica e Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde • Outros Projetos Educacionais

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3.1 HISTÓRICO

A Constituição Brasileira de 1988 consagrou um sistema de saúde de acesso universal e igualitário. Seus princípios e suas diretrizes norteiam a execução das ações de saúde de forma descentralizada, com enfoque na participação social e com maior ênfase na organização e gestão nos locais de saúde (BRASIL, 1988).

A partir de então, cumprir os propósitos do Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ser a política de saúde das três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal. Isso se constituiu em um grande desafio para os serviços de saúde, na busca de novas soluções organizacionais e institucionais para a garantia do atendimento universal à população, com qualidade. E, para alcançar esse objetivo, uma enorme tarefa se impõe: a formação de recursos humanos para o SUS.

Dentro desse entendimento, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA), em 1992, delegou a um Grupo de Trabalho, composto por técnicos da própria SESA e da Universidade Federal do Ceará (UFC), com a missão de implementar um projeto que proporcionasse aos profissionais de saúde o acesso à formação e capacitação de modo a desenvolver competências para operacionalização das suas atividades no âmbito do SUS.

Dessa forma, no dia 22 de julho de 1993, o então Governador, Ciro Ferreira Gomes, sancionou a Lei nº 12.140, criando a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE), sob a forma de autarquia, vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, com atuação voltada para o ensino e a pesquisa na área da saúde pública. Sua Lei de criação lhe confere as seguintes prerrogativas:

- A pesquisa, a informação e a documentação em saúde pública;
- A Educação Permanente em Saúde;
- A formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para o SUS.

De uma pequena sala de trabalho na SESA, a ESP/CE foi transferida para outro espaço, bem mais amplo, situado na Avenida Olavo Bilac, nº 1.200, na antiga instalação da Fundação de Saúde do Estado do Ceará (Fusec). Como resultado da implementação de ações de planejamento, nos seus primeiros 18 meses de atividades, a ESP/CE viabilizou a realização de 27 cursos de nível elementar, médio e técnico, com um produto final de 8.000 servidores capacitados, promoveu 169 eventos e iniciou 15 pesquisas científicas.

Dentre as várias pesquisas programadas e realizadas, nos primeiros anos de funcionamento da ESP/CE, pode-se ressaltar as que avaliaram a contribuição dos Conselhos de Saúde na melhoria dos serviços prestados à população; o processo de municipalização da saúde no Ceará e os fatores que interferem na morbimortalidade infantil em municípios de pequeno porte.

Desse modo, a instituição se desenvolvia em um contexto favorável. Sua importância, percebida pelos Governos Federal e Estadual, permitiu às direções da SESA e da ESP/CE aprovarem um projeto, ainda em 1993, para a construção de sua sede própria, com recursos do Projeto Nordeste/Ministério da Saúde, financiado pelo Banco Mundial.

Com efeito, em fevereiro de 1994, foi iniciada a construção da sede própria e, após dez meses de intenso trabalho, as novas instalações da ESP/CE foram inauguradas, em 02 de dezembro do mesmo ano, com uma estrutura física composta de salas de aula, auditórios, biblioteca, laboratório de informática, salas de trabalho e pesquisa, totalizando 2.774,20 m² de área construída.

Nessa data, a ESP/CE dispunha de estrutura básica em pleno funcionamento; patrimônio, constituído por bens móveis, cedidos pela SESA, e por aquisições feitas pela própria autarquia; receita composta por recursos oriundos do orçamento do Estado, convênios e contratos com instituições públicas e com o Ministério da Saúde. Por ocasião da inauguração da sua sede própria, a ESP/CE contava com 74 servidores públicos dedicados e comprometidos.

A criação da ESP/CE foi, na época, bastante estimulada pelas novas demandas, advindas do processo de descentralização na área da saúde que, iniciado em 1989, avançou rapidamente nos anos subsequentes no Ceará. Assim sendo, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, por sua vez, passou a requerer competências mais complexas para a coordenação de um sistema que ampliava seus agentes e serviços. As necessidades, assim, no campo da produção de conhecimentos e, em especial, da educação dos profissionais de saúde, tornaram-se maiores e mais evidentes. A importância que poderia vir a ter uma Escola de Saúde Pública no Ceará se consolidava.

Nesse período, os Programas de Residência Médica (PRM), mantidos pela SESA, passaram a ser vinculados funcional e administrativamente à ESP/CE, sendo criado o Centro de Coordenação da Residência Médica (Cerme), posteriormente, denominado de Coordenadoria de Residências em Saúde (Ceres), com o objetivo de coordenar as suas atividades.

Uma das primeiras preocupações do novo órgão foi desenvolver um amplo programa de parceria com as universidades cearenses e fomentar, junto às outras Escolas de Saúde Pública no país, a formação de uma Rede Nacional de Escolas de Saúde Pública, além de buscar cooperação internacional. Essa cooperação teve início já na fase de implantação, com o Instituto Superiore di Sanità (ISS), de Roma. Além disso, a Escola firmou convênios com a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); com a Faculdade de Saúde Pública (FSP), da Universidade de São Paulo (USP); com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); com as Escolas de Saúde Pública de Minas Gerais e de Mato Grosso; com a Ecole Nacional de Santé Publique de Rennes, da França; com a London School of Tropical Medicine, de Londres; com a Universidade Johns Hopkins, dos Estados Unidos; com a Universidade de Antioquia, em Medellín, na Colômbia; com a Agência Francesa de Cooperação Técnica Internacional (Acodess); com a Associação de Cooperação Internacional do Japão (JICA); com a Rede Interdisciplinar de Pesquisa e Avaliação em Sistemas de Saúde (Ripass) e Rede Unida.

A ESP/CE compõe, também, a Rede das Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), dentre as 37 escolas existentes no país, isto porque, desde a sua criação, em 1993, tem como um de seus focos de atenção à formação de profissionais de nível médio. A primeira experiência, nesse processo de formação, deu-se, ainda, em 1993, com a realização do Curso de Auxiliar de Enfermagem, direcionado para os trabalhadores da saúde já inseridos no SUS estadual.

Em 1994, profissionais dos níveis elementar e médio, foram beneficiados com cursos de formação e atualização, tais como: Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório, Atendente de Consultório Dentário, Auxiliar de Farmácia, Auxiliar de Patologia Clínica, Operador de Raio-X, Técnico em Citologia, dentre outros.

Com a criação do Programa Saúde da Família (PSF), em 1994, e a inserção do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na Equipe de Saúde da Família, a ESP/CE construiu o currículo de um curso de capacitação para os ACS (baseado na comunidade), com o objetivo de capacitá-los para trabalharem com o contexto da família, visto que até então só trabalhavam com as crianças e gestantes. Esse curso, com carga horária total de 372 horas, formou 2.276 ACS do Estado do Ceará. A organização do ACS, em busca do reconhecimento legal da sua profissão, propiciou a criação, a partir da Lei Federal nº. 10.507, de julho de 2002, da categoria de Agente Comunitário de Saúde. No ano de 2004,

foram delineadas as diretrizes e competências, que subsidiaram a elaboração, pela ESP/CE, do currículo do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (CTACS), no qual foram capacitados, na Etapa Formativa I, 11.041 ACS do Estado do Ceará.

A ESP/CE foi responsável, ainda, pela operacionalização e execução do programa de capacitação de recursos humanos, vinculado ao Projeto Nordeste (PNE), cujo objetivo era promover o desenvolvimento institucional e dos serviços básicos de saúde, tendo como ações prioritárias o apoio na preparação de dirigentes de recursos humanos para a saúde, bem como a preparação de pessoal para prestação direta da assistência e coordenação dos serviços de saúde.

Desde a sua experiência inicial, no processo de formação profissional, a ESP/CE formou, em conjunto com o Projeto Nordeste, 1.470 auxiliares de Enfermagem, no período de 1993 a 1997.

No âmbito da pós-graduação *latu sensu*, e a partir da constatação da necessidade de capacitação de profissionais em áreas, ainda, não cobertas pelas universidades, a ESP/CE orientou o processo de implantação de um programa de cursos de especialização em vários campos de ação, com destaque para o Curso de Especialização em Gestão de Sistemas Locais de Saúde (Silos). Esse curso foi iniciado, ainda, na sede da Olavo Bilac, com a finalidade de capacitar os gestores para definir políticas de saúde, no âmbito dos Silos, incluindo o planejamento, monitoramento, a avaliação e o gerenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros.

Para dar suporte às atividades educacionais da ESP/CE, a biblioteca dispunha, em 1994, de um acervo de 2.500 volumes, que incluía livros, revistas, artigos de revista e literatura cinzenta e, em geral, atendia ao desenvolvimento de cursos voltados às necessidades do SUS, no que diz respeito à garantia de suas pesquisas bibliográficas. Obteve-se, na época, o acesso ao Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), que integrava a ESP/CE à Rede Latino-Americana de dados bibliográficos.

Em 1995, por meio da cooperação técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Organização Mundial da Saúde (OMS) e Universidade de Antioquia/Faculdade Salud Pública “Hector Abad Gómez”, de Medellín, na Colômbia, foi implantado o Curso de Administração de Sistema Integral de Medicamentos Essenciais, diante da necessidade de qualificar profissionais de saúde, com ênfase a profissionais farmacêuticos, na área de Gestão da Assistência Farmacêutica.

A realização desse curso de especialização foi um marco referencial para a transformação da Assistência Farmacêutica no Ceará, por meio do aprimoramento dos serviços, maior resolubilidade e utilização de ferramentas de gestão, que possibilitaram avanços e resultados de impacto social e econômico. O Curso de Especialização em Assistência Farmacêutica capacitou, aproximadamente, 250 profissionais de saúde, na maioria, farmacêuticos. As aulas foram realizadas nas dependências da ESP/CE e, uma edição, aconteceu de maneira descentralizada, com uma turma na Macrorregião do Cariri.

A ESP/CE, em parceria com a SESA, desenvolveu um amplo programa de Informação, Educação e Comunicação em Saúde (IEC). A partir desse programa, foram realizadas campanhas contra a dengue, cólera, raiva, o tabagismo. Essas campanhas tiveram grande repercussão e apresentaram resultados bastante positivos. As ações educativas, promovidas pelo IEC, em parceria, também, com o Ministério da Saúde, com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e com a Universidade Johns Hopkins, capacitaram ACS, transformando-os em multiplicadores das ações e transcenderam as fronteiras do Estado.

A partir de 1995, as diretrizes básicas para ser uma Escola “aberta”, interagindo com a comunidade, atendendo ao compromisso, assumido pelo Governo do Estado, de responder às necessidades da população cearense, formando parceria com instituições nacionais e internacionais, continuaram a ser seguidas. No início de 1995, a ESP/CE, inovando em suas práticas, adotou um processo de planejamento estratégico, reunindo os seus principais clientes e parceiros potenciais, com a finalidade de estabelecer sua missão, seus valores e sua visão de futuro, que ela deveria seguir. A Instituição aderiu a um novo método de ensino-aprendizagem, com foco centrado no estudante e baseado em problemas, elegendo a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL, do inglês Problem Based Learning), que se tornou o pilar de suas ações no campo do ensino. Nesse período, foram criados diversos cursos de curta duração, cursos de aperfeiçoamento, cursos de atualização, oficinas de trabalho, seminários e novos cursos de especialização.

As parcerias existentes foram mantidas e ampliadas. Novas cooperações técnicas foram firmadas com a Universidade de Maastricht, na Holanda; com a Universidade de Toronto, no Canadá; com o Management Sciences for Health (MSH); com a Fundação W. K. Kellog, nos Estados Unidos; com o Imperial College of Science, Technology and Medicine, na Inglaterra; com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW); com a Agência de Cooperação Financeira do Governo Alemão e com o Department for International Development (DFID), no Reino Unido. No Brasil, surgiu um novo parceiro: o Instituto de Saúde Coletiva (ISC), da Bahia. Foram formadas, ainda, parcerias com a Secretaria Municipal da Saúde de Olinda, em Pernambuco, e com o escritório da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID), para a montagem de um programa de formação de Conselheiros Municipais de Saúde; e com a Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, no Espírito Santo.

A ESP/CE, também, coordenou o Colegiado do Polo de Capacitação, Formação e Educação Permanente em Saúde de Profissionais para Saúde da Família do Ceará, integrado pelas instituições gestoras do sistema de saúde: SESA, Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Ceará (Cosems-CE); e pelas instituições de ensino: Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Vale do Acaraú (UVA); Universidade Regional do Cariri (URCA); e Universidade de Fortaleza (Unifor), em um esforço comum de desenvolvimento de programas educacionais para as equipes de saúde da família.

Associadas a esses programas de cooperação, a participação da ESP/CE em convocatórias ou licitações, lançadas por diversos órgãos, propiciou recursos financeiros para implementação de projetos estratégicos para o sistema de saúde no Estado, dentre os quais se destacam:

- Ministério da Saúde (MS)/Reforço à Reorganização do SUS (Reforsus): propiciou a realização do Curso de Especialização em Saúde da Família e da Residência em Saúde da Família;
- MS/Profae: viabilizou a capacitação de técnicos e auxiliares de Enfermagem;
- MS/Projeto de Estruturação do Sistema de Vigilância em Saúde (Vigisus): favoreceu a capacitação de profissionais de nível médio e superior nas áreas de Vigilância Epidemiológica e Ambiental;
- MS/Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): possibilitou a realização de cursos de curta e longa duração para capacitação de profissionais dos diversos níveis do sistema de Vigilância Sanitária;
- Ministério da Educação/Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), em articulação com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (Secitece): a ESP/CE obteve a aprovação do projeto junto ao Ministério da Educação para a construção de um anexo à atual sede, para instalação do Núcleo de Educação Profissional (NEP), vinculado à Instituição.

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/MS/Programa de Interiorização para o Trabalho em Saúde (PITS): viabilizou a oferta do Curso de Especialização em Saúde da Família para os profissionais integrantes do PITS;
- Ministério do Trabalho/Sistema Nacional de Emprego do Ceará (SINE-CE): custeou cursos para a capacitação de profissionais de nível médio e equipes de Saúde da Família, através de recursos do FAT.
- FAT/Secretaria do Trabalho e da Ação Social do Ceará (Setas-CE): financiou o Curso de Capacitação em Saúde da Família para Agente Comunitário de Saúde, capacitando-os para trabalharem no enfoque da família, pois, até então, sua prática era voltada somente para a abordagem materno-infantil.
- A Organização Pan-Americana da Saúde/Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) e a ESP/CE estabeleceram Carta Acordo, tendo como objeto a execução do Curso de Especialização de Equipes de Gestores de Sistemas e Serviços de Saúde, tendo como público-alvo, preferencialmente, os Secretários Municipais de Saúde e seus assessores técnicos.

Com os avanços, ocorridos no âmbito do SUS, que apontavam para necessidade de integração da Assistência Farmacêutica na Gestão e na Atenção à Saúde, buscando atender aos preceitos da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, que estabelece, como um de seus princípios, que a Assistência Farmacêutica deve ser compreendida como política pública, norteadora para a formulação de políticas setoriais, o Conass e a ESP/CE criaram o Curso de Aperfeiçoamento, na modalidade EaD, para Gestores Estaduais na Área de Assistência Farmacêutica.

No período de 1994 a 1997, com recursos provenientes do Projeto Nordeste, a ESP/CE coordenou e acompanhou o desenvolvimento de 83 projetos de pesquisas, elaborados por seus próprios pesquisadores, bem como de outras instituições de ensino e pesquisa do Estado. Os resultados, desses estudos, foram apresentados no Ciclo de Seminários em Saúde Pública do Ceará, abordando os seguintes temas: “A Reforma Sanitária”; “A Situação da Saúde Perinatal e Reprodutiva”; “Aspectos da Saúde do Adulto e das Comunidades”; “Condições de Vida e Saúde da Criança Cearense”; e “Situação da Saúde Mental no Estado”. Vários estudos resultarem, como produto final, em monografias, dissertações e teses, defendidas em universidades do Ceará, de vários estados do Brasil e de outros países.

Em 1998, após a finalização do Projeto Nordeste, a ESP/CE firmou uma parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Assim, durante o período de 1998 a 2000, a ESP/CE formou 2.415 Auxiliares de Enfermagem, em vários municípios do Ceará.

Em 1999, o processo de desenvolvimento institucional dotou a ESP/CE de melhores condições para a gestão de seus projetos e o cumprimento de sua missão. Os processos de trabalho foram redesenhados, definida uma nova estrutura organizacional e elaborado um Plano de Desenvolvimento de Competências dos Recursos Humanos. Um novo layout para as salas de trabalho, dispostas em equipes multifuncionais, foi desenvolvido. A biblioteca foi dotada de novo mobiliário e teve seu acervo ampliado para 10.646 registros disponíveis para consulta, por meio de fax, internet ou comutação bibliográfica. Todas as áreas da ESP/CE foram informatizadas e conectadas à Rede Local da ESP (Esplist) e à Intranet, ao mesmo tempo em que se criava seu próprio site na Internet (www.esp.ce.gov.br). O Laboratório de Informática treinou, na época, 720 técnicos da ESP/CE e da SESA. A ESP/CE desenvolveu, também, um Sistema de Controle Acadêmico informatizado, com o registro de dados de inclusão acadêmica, certificação e documentação das suas atividades educacionais.

No segundo semestre de 2000, mediante consultoria do Institut Nationale de Veille Sanitaire (INVS), instituição francesa de renome no campo da saúde ambiental, a ESP/CE elaborou o currículo do Curso de Especialização em Vigilância Ambiental e de Vigilância

Sanitária, além de cursos básicos, os quais foram beneficiados cerca de 137 municípios das Regiões de Saúde: Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Aracati, Sobral, Acaraú, Tianguá, Crateús, Tauá, Limoeiro do Norte, Russas, Quixadá, Baturité e Canindé. Destaca-se, também, na área da Vigilância em Saúde, turmas do Curso de Especialização em Vigilância Sanitária e a oferta do primeiro Curso de Especialização em Endemias, no Brasil.

Avançando ainda mais em suas realizações, a ESP/CE, em conjunto com o Instituto de Tecnologia Educacional Open University, de Londres, na Inglaterra, e por intermédio de uma consultoria realizada pelo professor Dr. Fred Lockwood, deu início ao seu programa de Educação a Distância (EaD) e participou, também, da Comissão Interinstitucional Estadual, que implantou o sistema de videoconferência no Estado.

Para dar maior incremento a essas atividades, foi criado o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), por meio da Resolução nº 05/2002, de 13 de março de 2002, e do Conselho Técnico-Administrativo (Contec), da ESP/CE, com a finalidade de colaborar na formação de recursos humanos para o SUS, através do desenvolvimento de programas de educação a distância e da utilização do sistema de Infovias do Estado, transformando a ESP/CE em um polo difusor de novas tecnologias e estratégias educacionais na área da saúde.

A ESP Virtual foi criada para atuar no ensino presencial e a distância com o objetivo de contribuir para a formação e educação permanente dos trabalhadores do SUS, utilizando tecnologias da informação e comunicação com ênfase em educação a distância. A inovação do processo de ensino aprendizagem e uso das metodologias ativas de educação firmam a credibilidade e a qualidade dos cursos ofertados pela instituição.

Ao longo de sua trajetória, a ESP/CE desenvolveu, em parceria com a Fundação W. K. Kellogg, organização não governamental estadunidense, o Projeto Município Saudável, que começou no município de Sobral, que se estendeu para o município de Crateús. O objetivo desse projeto era construir novas práticas e um novo ensino em saúde pública no Ceará, incluindo participação social, promoção da saúde, município saudável e desenvolvimento educacional. Ainda, em 2000, a ESP/CE foi credenciada como Instituição de Ensino Superior pelo Parecer CEC nº 82/00, para o período de 09.02.2000 a 09.02.2003.

Em abril de 2001, a ESP/CE, com apoio da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID), no Reino Unido, promoveu o Seminário Internacional sobre Saúde da Família: Formação, Certificação e Educação Continuada do Médico de Família, reunindo, em um evento pioneiro na América Latina, cerca de 400 profissionais de saúde de todo o Brasil, além de expoentes da medicina de família de cinco países, Holanda, Canadá, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, para aprofundar um debate de importância crucial para a reforma do sistema de saúde brasileiro: a formação e o desenvolvimento profissional do médico de família.

Com o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (Profae), iniciado em 2001, foram realizadas 185 turmas de Auxiliar de Enfermagem até 2005, atendendo mais de 60% dos municípios do Estado, disponibilizando para o SUS cerca de 5.351 profissionais formados com qualificação técnica e preparação para a humanização dos cuidados de Enfermagem.

A coletânea das conferências, realizadas nesse evento, foi organizada em um livro, editado pela ESP/CE, que contém um rico acervo de informações históricas sobre o desenvolvimento da medicina da família no continente europeu e norte-americano.

Em março de 2002, foi criado o Comitê de Investigação Científica, atualmente, denominado Centro de Investigação Científica (CENIC), com a finalidade de estimular o desenvolvimento de pesquisas nas áreas programáticas da instituição, assegurando que as investigações estejam em consonância com as linhas de pesquisa de interesse do sistema de saúde e garantindo a originalidade, a relevância e um elevado padrão de qualidade.

A realização de estudos em parceria com instituições nacionais e internacionais, a elevada produção técnica e científica dos seus discentes, docentes e técnicos e o lançamento de editais por instituições de apoio e fomento à pesquisa, CNPq e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)/Ministério da Saúde, evidenciaram a necessidade desse Centro de Pesquisa na ESP/CE.

Assim, em seu processo de trabalho, o Cenic articula o desenvolvimento da pesquisa à capacitação do corpo docente da ESP/CE e à consolidação das Diretorias e dos Centros, como espaço de produção e desenvolvimento acadêmico da instituição, no campo do ensino, da pesquisa e extensão. Dessa forma, com base na definição do escopo de atuação das áreas programáticas e identificação de problemas/temas que configuram potenciais focos de investigação científica, foram estabelecidas quatro áreas prioritárias de pesquisa: Aspectos Assistenciais e Epidemiológicos da Atenção Primária à Saúde; Organização e Avaliação de Sistema e Serviços de Saúde; Desenvolvimento de Programas e Abordagens Educacionais para os Profissionais de Saúde; e Vigilância da Saúde.

Entre 1999 e 2003, foram elaborados 30 projetos de pesquisa, sendo 08 na área de Assistência e Epidemiologia da Atenção Primária à Saúde; 10 na área de Organização e Avaliação de Sistemas e Serviços de Saúde; 09 na área de Desenvolvimento de Programas e Abordagens Educacionais para os Profissionais de Saúde e 03 na área de Vigilância da Saúde.

É importante ressaltar a parceria de instituições nacionais e internacionais no desenvolvimento desses estudos. Para tanto, a ESP/CE tem concorrido a editais, lançados pelas diversas agências de fomento à pesquisa. Ainda, em 2002, a ESP/CE foi credenciada para ministrar cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio pelo Parecer CEC nº 694/2002, com validade até 31.12.2007.

O Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), idealizado pelo Ministério da Saúde, foi desenvolvido a partir de 2002, respaldado pelos resultados obtidos com o Profae.

Em novembro de 2003, a ESP/CE, procurando registrar a admiração e o respeito pelos notáveis na esfera da saúde pública no Estado do Ceará, instituiu a Medalha, criada por meio do Decreto nº 27.260. Essa comenda destina-se a homenagear pessoas, físicas e jurídicas, por relevantes serviços prestados nas áreas do ensino, da pesquisa e cooperação no âmbito do SUS, especialmente, no Ceará. A escolha do agraciado se dá anualmente, por meio de eleição, pelos funcionários da Escola, com aprovação, na época, do Conselho Diretivo.

Ao comemorar uma década de funcionamento do PSF, a ESP/CE, em parceria com a SESA, realizou, em novembro de 2004, a I Mostra da Saúde da Família do Ceará e II Seminário Internacional sobre Saúde da Família, com o intuito de compartilhar os conhecimentos e as experiências adquiridas, tanto no Brasil como em alguns países da América Latina (Chile, Cuba e El Salvador).

Em 2005, o Cenic coordenou a execução de diversos cursos do Programa de Educação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para o SUS do Ceará, fruto de um convênio entre o Ministério da Saúde, a Funcap e a Secretária da Saúde do Estado do Ceará.

Em setembro de 2005, em comemoração aos seus 12 anos ESP/CE realizou um evento especial, a I Expoesp, com o tema “A Escola na Produção do Conhecimento”. Nessa atividade, a ESP/CE mostrou sua trajetória, suas ações e atividades, realizadas ao longo desse tempo. Durante a solenidade, houve a outorga da Medalha (Patrono da ESP/CE) ao médico Carlile Lavor de Holanda, ex-secretário da Saúde do Estado e idealizador do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde, modelo que serviu de referência para a implantação da estratégia Saúde da Família em todo o Brasil. Ainda como parte da

programação da I Expoesp, foram realizadas a II Mostra Saúde da Família do Ceará, a I Mostra em Vigilância Sanitária do Ceará e o III Fórum de Residência Médica do Estado.

Outro momento especial foi o lançamento da revista Cadernos ESP, uma publicação semestral, voltada para atender às necessidades do SUS, divulgar pesquisas em saúde coletiva, no âmbito regional e nacional, apoiar a estratégia de Saúde da Família e fomentar o diálogo entre as profissões e os saberes, que estão na linha de frente dos serviços de saúde, contendo artigos e pesquisas de renomados profissionais de saúde do Brasil e do mundo. A revista tem a missão de publicar artigos originais e inéditos, de natureza científica, apresentando resultados de pesquisas relevantes para a saúde pública, de interesse regional, nacional e internacional, visando à redução das desigualdades em saúde no Brasil. Esse periódico está aberto a contribuições da comunidade científica regional e nacional, arbitrado e distribuído a leitores do Brasil.

Ampliando, ainda, mais sua atuação na área acadêmica, desde 2006, a ESP/CE sedia a realização do Doutorado Interinstitucional em Saúde Pública do Ceará (Dinter/CE), como resultado da celebração de um convênio de cooperação técnica, firmado entre a USP, SESA, UECE e UFC, com a interveniência da Faculdade de Saúde Pública (FSP) e da ESP/CE. Este convênio teve por objetivo oferecer, no Estado do Ceará, uma turma fora da sede do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública (PPGSP), da Faculdade de Saúde Pública da USP, na modalidade de doutorado, para atender às necessidades de capacitação docente das Instituições de Ensino Superior no Estado do Ceará, em nível de doutorado; além de promover a consolidação da pesquisa científica de qualidade e relevância social, nas instituições e no Estado.

Assim, o Dinter em Saúde Pública foi concluído em 2010; capacitou e titulou 17 docentes das instituições parceiras, potencializando suas atuações em ensino e pesquisa. O curso contemplou cinco áreas de concentração: Epidemiologia, Nutrição, Saúde Ambiental, Saúde Materno-Infantil e Serviços de Saúde Pública. Em cada uma dessas áreas, um conjunto abrangente de linhas de pesquisa ensejou o desenvolvimento de projetos multidisciplinares, conferindo ao curso amplas possibilidades para abordagens diferenciadas na esfera da Saúde Pública.

No período de 2006 a 2008, a ESP/CE sediou o Mestrado Profissional em Saúde Pública, com concentração em Vigilância em Saúde, ministrado pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-Fiocruz) e financiado pelo Banco Mundial, por intermédio do Projeto Vigisus. O mestrado, voltado para capacitar 30 profissionais de saúde com vínculo com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde dos estados do Ceará, Piauí e Alagoas, buscou capacitar gestores e outros profissionais de saúde em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área de Vigilância em Saúde.

Em 2006, a ESP/CE participou do Projeto de Intercâmbio de Conhecimentos para Formação de Recursos Humanos por Competências nas Escolas de Formação em Saúde do Estado do Ceará. Esse projeto envolveu uma parceria entre as seguintes instituições: Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria (SESA) e ESP/CE; Prefeitura Municipal de Fortaleza/Secretaria da Saúde; Prefeitura Municipal de Sobral/Secretarias de Desenvolvimento Social, Secretaria da Saúde e Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia; Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems); Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (Cosems-CE); e os parceiros canadenses: Consórcio Internacional de Desenvolvimento da Educação (CIDE), Colégio de Educação Geral e Profissional (Cegep) de Sainte Foy e John Abbott, apoiados pela Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI), de Quebec, no Canadá.

Esse projeto de fortalecimento da capacidade institucional das escolas de formação de recursos humanos para o SUS, que permitiu experimentar e ofertar programas de formação técnico-profissional, baseados em competência, foi uma experiência piloto, realizado no estado do Ceará.

Dentre os produtos deste projeto, destacam-se o desenho e a implantação de seis programas de educação técnico-profissional por competências, pelas escolas de saúde, participantes do projeto, de acordo com as necessidades do SUS, sendo geridos segundo as práticas de gestão por competências, a saber: Técnico em Prótese Dentária; Cuidador Domiciliar; Técnico em Sistemas de Informação em Saúde; Técnico de Atendimento Pré-Hospitalar; Técnico em Radiologia; e Técnico de Acolhimento em Saúde.

Em julho de 2006, a ESP/CE realizou a II Expoesp, com o tema “A ESP/CE na Construção do Conhecimento e do Controle Social”. Nesta edição, foram apresentados 154 trabalhos e cerca de 375 inscritos, que fizeram da Escola de Saúde Pública uma seara fértil para apresentações e debates de temas importantes e a formulação de propostas na área de saúde, educação, cultura e cidadania, conforme idealizado pelos organizadores do evento. Dentro da programação dessa exposição, aconteceram, simultaneamente, cinco eventos: III Mostra Saúde da Família do Ceará; II Mostra em Vigilância Sanitária do Ceará; IV Fórum e II Mostra de Residência Médica do Ceará; I Fórum de Responsabilidade Social; e I Mostra de Arte e Cultura em Saúde Pública.

A ESP/CE desenvolveu, em 2006, o projeto de expansão com a construção do Núcleo de Educação Profissional. O espaço construído, incluído na estrutura organizacional da ESP/CE, passou a ser chamado de Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps). A essa Diretoria cabe desenvolver projetos e programas da área de Educação Profissional, tendo como missão desenvolver programas de formação técnica dos profissionais de nível médio para as diversas áreas de Atenção à Saúde e fomentar a pesquisa em educação profissional, conforme a missão da ESP/CE. Em 2011, a Dieps elaborou propostas e iniciou dez cursos técnicos: Técnico em Vigilância em Saúde, Técnico em Radiologia, Técnico em Citopatologia, Técnico em Hemoterapia, Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Saúde Bucal, Técnico em Saúde Bucal (a distância), Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Enfermagem (complementação), Técnico em Enfermagem (a distância) e Técnico de Agente Comunitário de Saúde.

No mesmo ano, inaugura a Biblioteca Virtual em Saúde (Estação BVS), passo decisivo, com vistas a assegurar, ampliar e democratizar o acesso às informações em Saúde Pública nas unidades de informação e instituições do SUS-Ceará, permitindo, aos usuários da biblioteca da ESP/CE, acesso livre e gratuito a informações técnico-científicas, geradas por instituições do SUS e acadêmicas, disponíveis na BVS, possibilitando a navegação por mais de 13 milhões de referências.

Por meio do Sistema Rede E-Tec Brasil, no ano de 2007, a ESP/CE passou a ofertar educação profissional e tecnológica a distância, tendo como propósito ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, ofertados a comunidade e descentralizados, executando os Cursos Técnicos em Enfermagem e em Saúde Bucal, ambos com carga horária de 1800 horas, disponibilizando 200 e 100 vagas respectivamente. Os cursos beneficiaram os municípios de Aracati, Acopiara, Baturité, Caucaia, Crateús, Horizonte, Mauriti, Quixeramobim e Tauá.

Outro avanço, bastante significativo, no campo das novas tecnologias, foi a integração da ESP/CE à Rede Metropolitana de Fortaleza (GigaFor). Criada para integrar instituições de pesquisa, educação profissional e superior, a GigaFor é uma rede de alta velocidade (2,5 gigabits por segundo), constituída por um anel ótico, para servir algumas instituições públicas.

Em agosto de 2008, os funcionários da ESP/CE participaram de um curso para conhecer e aderir à proposta do GesPública (Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização), criado em 2005 pelo governo federal e elaborado a partir do modelo de excelência em gestão pública. Por meio do Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde, no ano de 2008, a ESP/CE deu início ao Programa de Desenvolvimento Docente para seu corpo de servidores, com 60 participantes.

Em setembro, do mesmo ano, a ESP/CE realizou a III Expoesp, com o tema “A Contribuição da ESP/CE na Consolidação do SUS”, confirmando a exposição como o mais importante e completo evento científico estadual de Saúde Pública, chegando a fazer parte do calendário nacional de encontros da área de saúde.

Na área de Atenção à Saúde, médicos e enfermeiros participaram de cursos de atualização em Saúde da Família e Procedimentos de Enfermagem e em Atenção Primária à Saúde. Foram formados 32 médicos em Engenharia Clínica, 26 em Gerontologia, 44 em Geriatria, 11 em Neonatologia e 18 em diabetes. Além de 66 especialistas na área de Vigilância em Saúde, 30 em Farmácia Hospitalar e 35 especialistas em Gestão da Assistência Farmacêutica.

Além disso, com o objetivo de desenvolver programas de formação e educação permanente em nível básico e técnico, a ESP/CE formou 1.256 Agentes Comunitários em Saúde, 75 Técnicos em Higiene Dental. Para os novos profissionais médicos, ofereceu 156 vagas em seu Programa de Residência. No mesmo período, normatizou o processo de seleção pública de 95 funções de diretores dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e Policlínicas.

Ainda em 2008, a ESP/CE obteve novo credenciamento, como Instituição de Ensino Superior (IES), expedido pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE) por meio do Parecer nº 0080/2008, de 13.08.2008, com vigência até 31.12.2008. A ESP/CE obteve seu 3º credenciamento, por meio do 3º Parecer CEE Nº 0585/2008, de 09/12/2008, com validade até 31.12.2012.

No ano 2009, a ESP/CE capacitou 6.767 trabalhadores do SUS nas categorias de médicos, enfermeiros, técnicos, agentes de saúde, gestores, conselheiros, entre outros profissionais da área de saúde, por meio de oferta de cursos, que atenderam às demandas das áreas estratégicas da política de saúde do governo do Estado, a saber, Atenção à Saúde, Gestão em Saúde, Vigilância da Saúde e Educação Profissional em Saúde.

No mesmo ano, foram desenvolvidas parcerias importantes, como a participação no Programa de Implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional - Curso Técnico de Enfermagem, com a SEDUC, na definição das diretrizes pedagógicas, supervisão e acompanhamento técnico-pedagógico do curso de Enfermagem, com meta de 3.375 estudantes do ensino médio, que iniciaram formação técnica em Enfermagem. Também, ocorreu a realização do Curso Nacional de Qualificação de Gestores do SUS, em parceria com a ENSP/Fiocruz, ofertando 311 vagas para os gestores do Ceará.

Em setembro 2009, aconteceu a IV Expoesp, com o tema “Gestão em Saúde para Fortalecimento do SUS: Desafios e Estratégias”. O evento envolveu 510 participantes, entre profissionais e estudantes da área da saúde, que debateram temas como: Democracia e Gestão Participativa; Financiamento do SUS; Educação a Distância em Saúde; Saúde do Idoso; Combate à Violência e Promoção da Saúde; Vigilância em Saúde, Controle Social e Consórcios Públicos no SUS.

No exercício de 2010, a ESP/CE manteve as discussões internas para encaminhamento de uma nova proposta de estrutura organizacional. Algumas atividades contribuíram para o aprofundamento das discussões com a realização da Oficina de Aprimoramento da Gestão.

Nesse ano, foram capacitados 3.853 profissionais de saúde no Programa de Vigilância em Saúde, por meio da realização de 07 cursos, entre eles o Curso de Especialização em Vigilância Ambiental e o de Especialização em Vigilância e Controle de Endemias pioneiro no Brasil. Pode-se registrar, ainda, ações de apoio à formação técnica em Enfermagem para estudantes da rede estadual, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará, onde foram capacitados aproximadamente, 5.086 estudantes das Escolas de Ensino Profissionalizante. Outra ação de destaque foi a capacitação de 311 gestores do SUS, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz.

Na área da Formação e Educação Permanente para o SUS, a ESP/CE realizou um Curso a Distância sobre a Atenção Integral do Idoso com Demência, para 60 profissionais e dois de Especialização, sendo um em Farmácia Hospitalar e outro de Especialização em Gestão da Assistência Farmacêutica.

A ESP/CE realizou, também, processo seletivo para os Programas de Residência Médica dos hospitais públicos estaduais, com 317 vagas.

Quanto à Expansão e Melhoria da Assistência Especializada, foram realizados os Cursos de Especialização em Gestão Hospitalar e de Formação de Tutores para o Curso de Atualização em Acompanhamento de Termos de Compromisso em Gestão das Unidades de Saúde.

Em 2011, a ESP/CE desenvolveu o Programa de Formação e Educação Permanente para o SUS, realizando 05 cursos:

- Pós-Graduação lato sensu em Gestão da Assistência Farmacêutica;
- Formação para o Centro Regional de Referência do Estado do Ceará para enfrentamento do Crack, Álcool e outras Drogas;
- Curso a Distância sobre Atenção Integral ao Idoso com Demência;
- Curso Técnico de Enfermagem na modalidade a distância;
- Curso Técnico em Saúde Bucal na modalidade a distância.

A ESP/CE disponibilizou 227 novas vagas nos Programas de Residência Médica, inclusive para Medicina de Emergência, distribuídas nos oito hospitais da Rede Pública Estadual, somando, assim, aos já existentes, 369 residentes, cursando os diversos Programas de Residência Médica, sendo que 335 bolsas de médicos residentes foram pagas pelo Tesouro do Estado do Ceará e 34 pelo Programa Pró-Residência/MS/MEC.

No mesmo período, a ESP/CE desenvolveu o Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência, realizando o Curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras), o Curso de Capacitação em Ostomias e o Curso de Fundamentos em Gerontologia.

Quanto ao Programa de Fortalecimento da Atenção à Saúde, nos níveis secundário e terciário, foram realizados os cursos de Especialização em Saúde Mental, formação da Escola de Supervisores Clínico Institucionais e Saúde do Trabalhador.

Por meio do Programa de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, a ESP/CE realizou 05 Cursos de Especialização em Saúde do Trabalhador; Cursos em Gestão, Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria; Gestão em Economia da Saúde; Gestão de Sistemas e serviços de saúde do SUS e Gestão em Urgência e Emergência.

Formou, ainda, 1.238 agentes comunitários no curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde – Etapa Formativa I; além de técnicos de Enfermagem, técnicos em Saúde Bucal; técnicos em Radiologia; técnico de Hemoterapia; técnicos de Citopatologia e técnicos de Análises Clínicas.

Buscando ampliar as condições estruturais existentes para o desenvolvimento da investigação científica e estimular o seu corpo de pesquisadores, a ESP/CE submeteu à convocatória nacional, lançada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia, uma proposta visando o fortalecimento dos seus grupos de pesquisa. O projeto “Desenvolvimento da Infraestrutura de Pesquisa da ESP”, executado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), modernizou a estrutura de informática e as instalações físicas do Cenic e do CEP da ESP/CE e ampliou o acervo da Biblioteca para melhoria do acesso e utilização de suas bases de dados.

A ESP/CE, também, participou do processo de avaliação e promoção da qualidade dos programas educacionais do SUS-CE. O marco inicial, para o desenvolvimento desse projeto, foi a criação do Comitê de Promoção da Qualidade dos Programas Educacionais, oriundo da parceria entre a SESA e a ESP/CE. Para tanto, foi constituída a Unidade de

Avaliação e Promoção da Qualidade em Educação da ESP/CE (Uniqualis). Como contribuição dessa unidade, destaca-se o desenvolvimento do conjunto de critérios e procedimentos, consolidados em um guia da qualidade, para funcionar como instrumento certificador e acreditador de programas educacionais da ESP/CE e da SESA.

Implantou, expandiu e interiorizou os programas de Residência Médica e de Residência Integrada em Saúde (RIS). A formação dos residentes foi considerada uma necessidade prioritária para qualificar os profissionais para atuarem no SUS. A ESP/CE aderiu aos editais do Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas – Pró-Residência.

A partir de 2011, foi ampliado o número de vagas para Residência Médica nos serviços já existentes e implantados novos programas de Residência Médica e Multiprofissional no interior do Estado e em áreas estratégicas. A Residência Médica criou 172 novas vagas, correspondendo a um aumento de 47% na oferta. Foram criados oito novos programas de Residência Médica nas especialidades de Pediatria, Medicina de Família e Comunidade e Ginecologia-Obstetrícia em Fortaleza; Ginecologia-Obstetrícia, Medicina de Família e Comunidade e Psiquiatria, no município de Iguatu; Cirurgia Geral, Medicina Intensiva, Clínica Médica e Radiologia, no Hospital Regional do Cariri.

A ESP/CE realizou o processo seletivo de profissionais das novas Policlínicas e dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), com o apoio da SESA e do Governo do Estado e foi responsável pela coordenação da seleção dos profissionais das Unidades. No total, foram realizados três processos seletivos em 2011; dois destinados a atender a 15 CEO e o terceiro processo seletivo foi destinado a 09 Policlínicas.

Importante destacar a Implantação da Rede Estadual de Saúde Escola, na qual o sistema de saúde estadual teve um ambiente de ensino-aprendizagem, promovendo um desenvolvimento profissional permanente, que viabilizasse o contínuo aprimoramento de competências nos campos gerencial, social e pessoal, além das habilidades relativas ao campo, estritamente, técnico-profissional, estabelecendo, assim, uma vinculação entre educação e prática profissional. Com a implantação deste Programa, a ESP/CE contou com toda a infraestrutura do cinturão digital e a disponibilidade de tecnologias de informação, que foram implantadas no Ceará, possibilitando a inclusão dos profissionais de saúde, que se encontravam no interior do Estado, mediante a utilização da Educação a Distância e

Implantação do Projeto do Centro de Referência no combate ao crack e outras Drogas. Em 2012, a ESP/CE buscou fortalecer e efetivar a Política de Educação Permanente do Estado, dando continuidade ao Programa de Formação e Educação Permanente para o SUS, mediante a realização dos Cursos: Atualização em Auditoria, Controle, Avaliação e Regulação nos Serviços de Saúde; Atualização em Monitoramento e Avaliação em Modelos de Gestão da Administração Pública nos Serviços de Saúde; Aperfeiçoamento em Gestão dos Serviços de Atenção em Saúde Bucal e, o Curso de Especialização na área da Gestão em Saúde, vinculados a três projetos:

- O Projeto de Qualificação de gestores do SUS no Ceará;
- Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará;
- Ações de Gestão da Assistência Farmacêutica.

Essas atividades educacionais foram desenvolvidas pelo Centro de Educação Permanente em Gestão em Saúde (Ceges) e resultaram na capacitação de 3.595 profissionais de saúde, dos quais 503 foram especialistas.

A Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps) formou trabalhadores da saúde, mediante a realização de diversos Cursos Técnicos: em Análises Clínicas; Citopatologia; Hemoterapia; Saúde Bucal; Radiologia; Vigilância em Saúde, Técnico em

Enfermagem (complementação), Apoio ao Acolhimento em Saúde, Atendimento Pré-hospitalar, sendo esses dois últimos os primeiros no Brasil. Realizou, ainda, o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (Etapas Formativas I e II); os Cursos de Aperfeiçoamento em Rede de Frio e Imunobiológicos; Atenção à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico-Puerperal e do Neonato (para auxiliares e técnicos da rede de saúde da Macrorregião de Fortaleza); Prevenção de Agravos e Controle da Saúde do Neonato de Alto Risco (para auxiliares de Enfermagem); e, ainda, o curso de aperfeiçoamento para os supervisores dos Agentes de Endemias do município de Fortaleza.

A ESP/CE vem se consolidando, ao longo dos últimos anos, como importante instituição de ensino superior, voltada para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde no Ceará. O periódico Cadernos ESP se constitui como instrumento potencial de divulgação da produção científica na área da Saúde Coletiva.

Em 2012, foram feitas mudanças na equipe de editores, na política editorial do periódico e da identidade visual, no sentido de promover maior interação entre os pesquisadores, trabalhadores da saúde e a sociedade, visando à sua profissionalização. Outra conquista importante foi a inserção do periódico Cadernos ESP no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), além da filiação na Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).

A atividade inicial desse processo foi a realização do Encontro de Editores Científicos da Saúde Coletiva, em parceria com o Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (NESP/UnB).

De 2012 a 2016, foram publicados 08 volumes do periódico, fomentando a produção e o compartilhamento de pesquisas e experiências dos pesquisadores e trabalhadores do SUS.

No ano de 2013, foi realizada a V Expoesp em comemoração aos 20 anos de existência da ESP/CE. Coordenada pelo Cenic, em parceria com o XIII Congresso do Cosems, esse evento contou com 1033 participantes. Na ocasião, também, foi realizada a II Mostra de Saberes da Educação Profissional em Saúde da ESP/CE.

No ano de 2013, a ESP/CE foi credenciada para implantar o Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – Residência Integrada em Saúde (RIS-ESP/CE), quando foram iniciados os programas nas Ênfases: Saúde da Família, Saúde Mental e Saúde Coletiva, em 27 municípios, e a Residência em Cancerologia, em parceria com o Instituto do Câncer do Ceará.

Em 2014, foram criados 07 novos programas de Residências Multiprofissionais na área hospitalar, nos hospitais de referência da Rede Pública Estadual, nas ênfases Hospitalar (Pediatria, Enfermagem Obstétrica, Infectologia, Urgência e Emergência, Neonatologia, Neurologia e Neurocirurgia, Cancerologia e Cardiopneumologia) e Comunitária (Saúde Coletiva, Saúde da Família e Comunidade, Saúde Mental Coletiva). Em dezembro, já se somavam 563 residentes e 624 preceptores da RIS.

O Curso de Especialização em Gestão da Qualidade em Ambientes Hospitalares, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, teve início em 2014 e contemplou três turmas de gestores atuantes na rede hospitalar das Regiões de Saúde do estado do Ceará. Teve como objetivo habilitar esses gestores para a gerência em diferentes modelos de gestão na administração pública, para implementarem a gestão da clínica nos serviços de saúde e aplicarem o planejamento das ações e dos serviços de saúde como ferramentas de gestão. Como estímulo ao desenvolvimento de capacidades, o curso utilizou uma abordagem construtivista e as metodologias ativas: Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) e Teem Básic Learn (TBL). Foi utilizado, ainda, o recurso tecnológico da videoconferência.

Ocorreram, ainda, no ano 2014, os Cursos de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (para Macrorregião de Fortaleza) e o de Terapia Intensiva para enfermeiros e fisioterapeutas (Macrorregião de Sobral e Fortaleza).

Destaca-se que, no mesmo ano, a ESP/CE foi, pela terceira vez consecutiva, credenciada para realizar o Projeto Interministerial, vinculado ao Centro Regional de Referência (CRR) sob a égide do Centro de Educação Permanente em Atenção à Saúde.

A Residência Multiprofissional, destaque em 2013, abriu mais duas turmas em 2014, inaugurou a 1ª turma da Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica e, no mesmo ano, a Residência Médica, em uma parceria com o Ministério da Saúde, ampliou seu número de vagas.

Na área de Vigilância à Saúde, um marco importante foi o início do processo para Acreditação Pedagógica do Curso de Especialização em Vigilância Sanitária. Esse Curso, ofertado desde o ano 2006, apresenta-se como uma das ações formativas mais consistentes, desenvolvidas pela instituição, à medida que responde, positivamente, pela formação de profissionais crítico-reflexivos, tecnicamente habilidosos e potencialmente resolutivos frente ao controle de produtos, serviços e ambientes de interesse à saúde, no estado do Ceará.

Por tais características, a ESP/CE, em uma atitude pioneira no país, submeteu o Curso de Especialização em Vigilância Sanitária ao processo de Acreditação Pedagógica, mediante adesão à Rede de Escolas aos Centros Formadores em Saúde Pública e à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), obtendo, em 2014, a condição de Acreditado, após cumpridas todas as etapas do referido processo. Atualmente, mantendo a certificação de curso acreditado, a área planeja-se para ofertar, em 2021, a 10ª edição do curso.

Até o ano de 2019, o CEVIG ofertou diversos cursos relevantes para a Vigilância do Estado do Ceará. Dentre as formações, é possível citar: Curso de aperfeiçoamento EpiSUS Fundamental, com 6 turmas realizadas e mais 3 sendo executadas em 2020; Curso de atualização em Vigilância Sanitária;

Quanto às especializações, o CEVIG concluiu, entre 2017 e 2020, quatro turmas do Curso de Especialização em Saúde Pública (em parceria com a Fiocruz e ESPCE), e a IX Turma do Curso de Atualização em Vigilância Sanitária. Ainda em 2019, em face do cenário atual, o centro inovou em ofertar a primeira turma do Curso de Especialização em Estratégias de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher na região Nordeste, como uma estratégia de capacitação de profissionais das várias áreas para reforçar a implementação das redes de enfrentamento à violência contra as mulheres, principalmente no âmbito da saúde, onde se evidenciam fragilidades e lacunas.

Dos projetos e das ações, que foram realizadas pela área do Centro de Desenvolvimento Educacional (CEDES), destaca-se o início dos procedimentos para o credenciamento, junto ao MEC, da oferta de cursos de especialização a distância, a revisão e implementação de um novo Programa de Desenvolvimento Docente para o corpo docente da ESP/CE.

Em 2014, também, o Centro de Documentação e Biblioteca teve seu acervo Bibliográfico aumentado em 20%, considerando as doações da Fiocruz, UFC, Ministério da Saúde, IBGE e Unifor.

O Centro de Investigação Científica (CENIC) desenvolveu o Curso Básico Projetos de Intervenção, voltado para os Orientadores de Trabalho de Conclusão da Especialização em Vigilância e Controle de Endemias, elaborou e publicou dois periódicos científicos “Revista Cadernos ESP”.

A Assessoria de Desenvolvimento Institucional (Adins) implementou o Escritório de Projetos em 2014, consolidando práticas de gestão de monitoramento e avaliação, o que permitiu o bom resultado na execução dos projetos, garantido pela repactuação das ações e dos recursos financeiros. Outro destaque foi a elaboração do Plano Diretor para realização do projeto “Reforma da Escola de Saúde Pública”, sendo conduzido pela Diretoria Administrativo-Financeira (Diafi).

Em 2014, a Diretoria de Educação Profissional (Dieps) formou 282 profissionais de saúde nos seguintes cursos: Curso Técnico em Análises Clínicas, Curso Técnico em Hemoterapia, Curso Técnico em Citopatologia, Curso Técnico em Radiologia, Curso Técnico em Saúde Bucal, Curso Técnico em Enfermagem.

A Diretoria de Educação Profissional (Dieps) realizou, também, no ano 2015, três cursos de Especialização Técnica de Nível Médio (Pós-técnicos), uma experiência inovadora, executando os cursos com carga horária de 380 horas/aula, autorizados pelo Conselho Estadual de Educação, com turmas de 30 estudantes para cada curso, voltados aos trabalhadores do SUS, com idade igual ou maior de 18 anos, que tivessem concluído o Ensino Médio e o Técnico em Enfermagem, sendo eles: Pós-técnico Saúde do Idoso; Pós-técnico em Urgência e Emergência; Pós-técnico em Saúde do Trabalhador.

A Dieps, também, executou os seguintes cursos: Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde (CTACS), em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, com o objetivo de preparar os ACS para seu trabalho como técnico de nível médio. Em 2015, foram capacitados 102 enfermeiros, de Fortaleza e do interior do estado, como facilitadores das Etapas Formativas II e III, para capacitarem 544 ACS. O material didático do CTACS foi elaborado a partir da metodologia da problematização, baseada em três níveis de diálogo. Em 2016, desses 544 ACS, 199 foram formados como técnicos, nos municípios de Fortaleza, Horizonte, Tauá e Iguatu, formando, assim, os primeiros técnicos dessa categoria profissional, no Ceará. A Dieps também promoveu o Curso Técnico de Apoio ao Acolhimento em Saúde; o Curso Técnico em Atendimento Pré-hospitalar; o Curso Técnico em Enfermagem; o Curso Técnico em Prótese Dentária, iniciado em 2013 e concluído em dezembro de 2016; o Curso Técnico em Radiologia, iniciado em agosto de 2015; o Curso Técnico em Saúde Bucal (TSB) e o Curso Técnico em Vigilância em Saúde.

No último quadrimestre de 2015, foram iniciados três cursos de Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde da Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal e do Neonato, curso este, oferecido desde 2011 por esta Escola. Esse curso faz parte das ações do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Infantil no Nordeste e Amazônia Legal, tendo como público auxiliares e técnicos em Enfermagem, que atuam nas maternidades, do estado do Ceará, nas regiões Quixadá, Russas e Aracati

Em 2015, o Curso de Aperfeiçoamento em Vigilância em Saúde para Agente de Combate às Endemias qualificou 221 agentes, com turmas ofertadas para o município de Fortaleza.

Com o objetivo principal de qualificar os projetos a serem desenvolvidos na ESP/CE, foi criada, no final do mês de dezembro de 2015, a Comissão Técnica de Avaliação de Projetos (Comtap), com a representação das principais áreas estratégicas da Escola, Adins, Projur, Cedes, Diafi, Seces e representantes da área demandante do projeto a ser avaliado. A Comissão se reúne sob demanda e, utilizando instrumentos de avaliação padrão, avalia o projeto, quanto aos aspectos educacionais, estratégicos, institucionais, administrativo-financeiro e jurídicos, emitindo parecer à superintendência.

A ESP/CE, por meio da Diretoria de Educação Profissional em Saúde, realiza, desde 2012, a “Mostra de Saberes da Educação Profissional da ESP/CE – Compartilhando Aprendizagens”. Essa iniciativa nasceu por se considerar que a aprendizagem é um processo de aprimoramento de habilidades e mudança de atitudes, porque há um novo ambiente de aprendizagem, permeado pela participação, mediação e interatividade dos envolvidos, levando o sujeito ao desenvolvimento de competências.

Nesse contexto, aconteceu, em 04 de dezembro de 2015, a IV Mostra de Saberes da Educação Profissional da ESP/CE, evento onde os estudantes dos cursos técnicos mostraram o que foi aprendido no decorrer de cada curso, demonstrando o que foi significativo nesse aprender, tanto para a vida como para mudanças das práticas profissionais.

Em 2015, foram autorizados, pela Comissão Nacional de Residência Médica, 78 novas vagas de Residência Médica no estado do Ceará, credenciados 08 novos programas, sendo 02 deles vinculados à ESP/CE: Medicina de Emergência e Cirurgia Geral com 6 e 4 vagas, respectivamente.

O Centro de Residência em Saúde coordenou as visitas de avaliação dos programas de Residência Médica do estado do Ceará, estimulando a ampliação de vagas em Anestesiologia e Pediatria, no Hospital Geral de Fortaleza, de Clínica Médica, no Hospital São José de Doenças Infecciosas. A ampliação de vagas na rede SESA correspondeu a 28% de novas vagas ofertadas.

Destaca-se a efetiva participação da ESP/CE na Seleção Unificada para Residência Médica no Estado do Ceará (Surce). Essa participação possibilitou a integração de todos os programas de Residência Médica do nosso estado, possibilitando um processo seletivo unificado, além da cooperação técnica e científica entre as instituições e o intercâmbio de residentes nos diversos cenários de prática.

Outra ação de destaque, no período, foi a participação da ESP/CE como instituição supervisora e apoiadora dos projetos de provimento de médicos para Atenção Básica, como o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) e o Programa Mais Médicos para o Brasil (PMMB), em parceria com os Ministérios da Educação e da Saúde. Além disso, a ESP/CE acolheu mais de 1.400 médicos intercambistas no módulo introdutório do PMMB, tornando-se uma das instituições de referência para os dois Ministérios. Ainda, no âmbito da Residência Médica, a ESP/CE coordenou 73 Programas de Residência Médica, distribuídos nas instituições da Rede Estadual de Saúde, oferecendo 277 vagas nas diversas especialidades.

Os Programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde são voltados à educação em serviço e destinados às categorias que integram a área da saúde. A Residência Multiprofissional em Saúde está respaldada pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde.

Na ESP/CE, a execução da Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde se dá por meio da Residência Integrada em Saúde, nominada de RIS-ESP/CE.

As Bolsas, para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde/Uniprofissional, são financiadas com recursos da programação orçamentária do Ministério da Saúde, conforme disposto nos Editais nº 17, de 4 de novembro de 2011, e nº 28, de 27 de junho de 2013, da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Ensino Superior, do Ministério da Educação.

Em 2015, estiveram em curso 03 turmas do Programa, sendo a primeira (T1), iniciada em maio de 2013, com término em abril de 2015; a segunda (T2), iniciada em maio de 2014, com término em abril de 2016, portanto, constituídas por R2 e R1; e a terceira Turma (T3), com início em março de 2015 e término previsto para abril de 2017.

A terceira turma (T3) foi selecionada em dezembro de 2014, por meio do edital nº 63/2014, com término do período de convocação e matrícula dos classificáveis e demais ajustes de matrícula de 02 a 31 de março de 2015. Esse processo seletivo público selecionou 327 candidatos para a Residência Integrada em Saúde.

Ainda, em 2015, a ESP/CE obteve a renovação das bolsas do Programa de Residência Multiprofissional e Uniprofissional para 2015-2017, segundo a Portaria Conjunta MS/MEC nº 03, de 15 de setembro de 2015. Em maio desse mesmo ano, foi concluída sua primeira turma, certificando 190 egressos; e em março de 2016, concluída a segunda turma, com 321 egressos. O processo Seletivo do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde continua sendo realizada anualmente pela ESP/CE.

O Ministério da Saúde iniciou, no ano 2011, a implantação de polos da Academia Saúde nos municípios brasileiros. Os polos são espaços físicos, dotados de equipamentos, estrutura e profissionais, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população.

Nesse contexto, a ESP/CE firmou convênio com o Ministério da Saúde para qualificação dos secretários municipais de saúde, coordenadores e profissionais da Atenção Básica, profissionais de Educação Física, das equipes multiprofissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e dos gestores do programa Academia da Saúde, iniciando, em 2014, a qualificação desses profissionais. No início de 2015, foram realizadas as últimas três turmas, com a conclusão de 303 estudantes.

No total, foram executadas e concluídas 11 turmas do projeto Academia da Saúde, sendo capacitados 975 profissionais, conforme previsto no referido Convênio MS nº 776462/2012, sendo, assim, atingindo a meta proposta.

No âmbito da Atenção à Saúde, vários projetos, ações e programas foram desenvolvidos pelo Centro de Educação Permanente em Atenção à Saúde (Ceats), dentre estes:

- Projeto de Qualificação de Profissionais de Saúde para Atuação em Saúde Mental e na Atenção a Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas com a realização em 2015 da quinta turma do Curso de Capacitação de Profissionais de Saúde de Nível Superior para Atuação em Consultórios de Rua e Serviços de Urgência e duas turmas do “Curso de Capacitação dos Profissionais dos CAPS para Atuação como Teleconsultores para Serviços de Saúde não Especializados;
- Projeto de Implantação da Caderneta Nacional de Saúde de Adolescente nos Municípios Cearenses, em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES) de Sobral, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Crato, Maracanaú e Tianguá;
- Curso de Diagnóstico Precoce do Câncer de Boca; Curso em Terapia Intensiva para Enfermeiros e Fisioterapeutas do Estado do Ceará;
- Curso de Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde do Trabalhador com Módulos sobre: Câncer Relacionado ao Trabalho;
- Curso de Atualização Multiprofissional em Atenção à Saúde do Trabalhador, em Fortaleza; Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho e Pneumoconioses;
- Curso de Acolhimento, Vínculo e Responsabilização: um novo modelo de atenção ao pré-natal;
- Curso de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual e Formação de Rede;
- Curso de Qualificação em Boas Práticas na Atenção ao Parto e Nascimento;
- Curso de Atualização em Gestão na Atenção Primária à Saúde; Curso de Aprofundamento em Supervisão Clínico Institucional da RAPS Ceará;
- Curso de Aprofundamento em Supervisão Clínico Institucional da RAPS Ceará, qualificando profissionais de saúde para o exercício da função de supervisor clínico institucional no campo da Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica do SUS;
- Encontros do Coletivo de Supervisores - a realização desse projeto, suas experiências, seus resultados e a produção científica resultou na confecção do livro “A experiência da Escola de Supervisores Clínico Institucional da RAPS – Ceará”;
- Seminário de Atenção à Saúde do Idoso, com ênfase em Geriatria para o Clínico; Curso de Fundamentos em Gerontologia e Curso de Cuidador de idosos;
- Projeto de Qualificação de Profissionais de Saúde para Atuação em Saúde Mental e na Atenção a Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas com a realização em 2015 da quinta turma do Curso de Capacitação de Profissionais de Saúde de Nível Superior para Atuação em Consultórios de Rua e Serviços de Urgência e duas turmas do “Curso

de Capacitação dos Profissionais dos CAPS para Atuação como Teleconsultores para Serviços de Saúde não Especializados; Projeto de Implantação da Caderneta Nacional de Saúde de Adolescente nos Municípios Cearenses, em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRES) de Sobral, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Crato, Maracanaú e Tianguá;

- Curso de Diagnóstico Precoce do Câncer de Boca; Curso em Terapia Intensiva para Enfermeiros e Fisioterapeutas do Estado do Ceará;
- Curso de Aperfeiçoamento em Atenção à Saúde do Trabalhador com Módulos sobre: Câncer Relacionado ao Trabalho; Curso de Atualização Multiprofissional em Atenção à Saúde do Trabalhador, em Fortaleza;
- Transtorno Mental Relacionado ao Trabalho e Pneumoconioses; Curso de Acolhimento, Vínculo e Responsabilização: um novo modelo de atenção ao pré-natal;
- Curso de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual e Formação de Rede; Curso de Qualificação em Boas Práticas na Atenção ao Parto e Nascimento;
- Curso de Atualização em Gestão na Atenção Primária à Saúde; Curso de Aprofundamento em Supervisão Clínico Institucional da RAPS Ceará, qualificando profissionais de saúde para o exercício da função de supervisor clínico institucional no campo da Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica do SUS; Encontros do Coletivo de Supervisores - a realização desse projeto, suas experiências, seus resultados e a produção científica resultou na confecção do livro “A experiência da Escola de Supervisores Clínico Institucional da RAPS – Ceará”;
- Seminário de Atenção à Saúde do Idoso, com ênfase em Geriatria para o Clínico; Curso de Fundamentos em Gerontologia e Curso de Cuidador de idosos;

O Ceats tem executado com êxito, através de processos pedagógicos e operacionais, cursos relacionadas ao projeto de capacitação de profissionais da Hemorrede do Ceará através de em um convênio estabelecido entre o Ministério da Saúde e a SESA.

O Ceats, cada vez mais, tem estreitado os laços da ESP/CE com a saúde mental. Em 2020, iniciou-se a realização dos seguintes cursos: Especialização em Atenção Integral em Álcool e outras Drogas, Cuidados em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (SMAPS): avaliação, manejo e seguimento nos territórios e Curso Básico em Saúde Mental; Projeto de Educação Permanente em Transplantes, que desde 2018, tem desenvolvido atividades em prol do fortalecimento da cultura educacional, assistencial e organizacional da doação de órgãos e tecidos para transplantes.

Os programas e projetos educacionais na área de Vigilância em Saúde que foram ou estão sendo desenvolvidos pelo Centro de Educação Permanente em Vigilância em Saúde (Cevig), são:

Seminário de Acreditação Pedagógica do Curso de Especialização em Vigilância Sanitária, resultando no reconhecimento do referido curso à condição de acreditado pela Agência Acreditadora de Cursos lato sensu em Saúde Pública/Coletiva pela Agência Acreditadora/Abrasco; Formação docente do curso Planificação da APS, na unidade laboratório em Tauá; Seminário de qualificação de TCC do curso de Especialização em Vigilância e Controle de Endemias; Oficinas de avaliação dos cursos realizados em 2014 com professores e coordenação; Oficinas de elaboração de novos cursos em Vigilância em Saúde para ESP/CE; Criação da Residência em Epidemiologia em Serviços de Saúde/ Epissus; Elaboração do relatório de produção científica do curso Especialização em Vigilância Sanitária nos últimos 5 anos; II Especialização em Vigilância e Controle de Endemias; VIII Especialização em Vigilância Sanitária Especialização em Saúde Pública; Especialização em Estratégias de Enfrentamento à Violência Contra A Mulher.

Os programas e projetos educacionais na área de Gestão em Saúde são desenvolvidos pelo Centro de Educação Permanente em Gestão em Saúde (Ceges). Dentre as ações

realizadas, ou em realização, destacam-se: o Curso de Especialização em Gestão da Qualidade em Ambientes Hospitalares para as Macrorregiões de Fortaleza, Cariri e Sobral; O Curso de Especialização em Processos de Gestão na Atenção à Saúde, cujo objetivo é o de formar especialistas em gestão do território saúde para atuar no processo de gestão e de atenção à saúde; o Curso de Especialização em Gestão para Resultados cujo objetivo é o de contribuir e fortalecer o Modelo de Gestão para Resultados do Governo do Estado do Ceará, por meio da formação de especialistas que atuam na Rede Estadual de Planejamento

O Centro de Investigação Científica (CENIC) da ESP/CE é responsável por promover o desenvolvimento da investigação científica, coerente com o planejamento estratégico da instituição, desencadeando articulações interinstitucionais e provendo suporte técnico às Diretorias de Educação Profissional e de Pós-graduação em Saúde com seus respectivos Centros. O Cenic atua nas dimensões do ensino, pesquisa e disseminação do conhecimento. Dentre as competências do Cenic, uma delas é a realização de projetos de pesquisa em consonância com as pesquisas prioritárias do SUS, que ocupa lugar de destaque nas atividades do Centro e da própria Escola. As pesquisas em andamento e realizadas pelos pesquisadores da área, vem contribuindo para o fortalecimento do SUS e para o reconhecimento do Centro como um espaço de reflexão e produção de conhecimento. Dentre as pesquisas realizadas, destacam-se:

- Educação Permanente dos Trabalhadores do SUS Ceará: avaliação para o aprimoramento dos programas educacionais;
- Vigilância de base territorial para o monitoramento de agrotóxico em água para consumo humano no Ceará;
- Atenção integral à população vulnerável: população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras substâncias psicoativas (2013/2014);
- Pesquisa de avaliação do Curso Técnico dos Agentes Comunitários de Saúde em parceria com a Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps).

Além da realização das pesquisas, os pesquisadores do Cenic publicaram um artigo, como resultado da participação na avaliação externa do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) 1º Ciclo, realizada em 2012/2013, a saber: *The Health School Programme: a health promotion strategy in primary care in Brazil. Journal of Human Growth and Development. 2015; 25(3): 307-312. (DOI: <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.96709>).*

O estabelecimento de parcerias tem sido a tônica no desenvolvimento das atividades do Cenic, ao longo dos últimos anos, visando à exploração de novas fronteiras. Nesse sentido, parcerias importantes e ações inovadoras foram consolidadas, tanto na própria ESP, como a execução de Módulos de Metodologia de Pesquisa para os Cursos de Residência Médica e Multiprofissional e Uniprofissional, curso Básico para projetos de Intervenção, voltado para os Orientadores de Trabalho de Conclusão da Especialização em Vigilância e Controle de Endemias, realizado pelo Cevig, entre outros. Também, foram estabelecidas parcerias externas com o Cosems, Conass, a UECE, Fiocruz-CE e Rede Unida.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ESP) funciona na Escola desde o ano de 2006 e tem como finalidade atender às exigências éticas e científicas fundamentais das pesquisas, que envolvem seres humanos, garantindo os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade, defendendo os interesses dos sujeitos envolvidos nas investigações científicas em sua integridade e dignidade e com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. Os projetos, que envolvem pesquisas com humanos, são submetidos ao CEP/ESP para autorização da pesquisa por meio da emissão de parecer, consubstanciado dos componentes do Comitê.

O Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde (Cedes), da ESP/CE, é responsável pela coordenação do processo de concepção, revisão e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP), pela orientação da atividade pedagógica da Escola e contribui, decisivamente, para a melhoria da qualidade dos programas educacionais, oferecidos pela ESP/CE, com o objetivo de levar a uma melhor qualificação dos trabalhadores da saúde e, por consequência, à melhoria das ações de saúde, oferecidas no SUS do Ceará.

O Cedes, dentre outras atribuições, capacita os docentes da ESP/CE, no campo da educação, orientando-os sobre o desenho de currículos baseados em competências, o uso de Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem e avaliação por competência, por meio do Programa de Desenvolvimento de Docentes (PDD). Tais metodologias embasam a formação e educação permanente dos profissionais que atuam na área da saúde. Em 2015, foram 105 docentes capacitados em cursos relacionados à educação para as profissões de saúde. Até novembro de 2016, por meio do PDD, foram capacitados 426 docentes.

O Projeto do Cedes de formar e qualificar docentes nas práticas de ensino e educação permanente (PPA 2016-2019/iniciativa 076.1.07) ultrapassou a meta em 113%, capacitando 732 docentes no ano 2019 por meio dos Cursos: Introdução a Educação para as Profissões da Saúde (CIEPS); Aperfeiçoamento em Preceptorial de Residências Médicas (Caprem); Especialização em Docência para Atenção Primária à Saúde (CEDAPS); Capacitação dos Coordenadores do Desenvolvimento Educacional (CDE) além de assessoramento a outros docentes dos Centros de Educação Permanente da ESP.

O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) assessora todos as Diretorias e os Centros da Escola nas atividades pertinentes à educação a distância por meio de suporte, desenvolvimento e gerenciamento na plataforma Moodle, desde a inserção dos programas educacionais, criação das aulas (html, hiper links, animações em flash), edição de vídeos, cadastro dos usuários (matrícula), gerenciamento dos estudantes, frequência, relatórios, sistemas de avaliações, esclarecimento de dúvidas e soluções de acesso à plataforma.

Em 2015, alguns cursos presenciais foram apoiados pela plataforma Moodle, em parceria com as áreas de execução da ESP/CE, com unidades e módulos, distribuídos em cargas horárias, conforme os parâmetros estabelecidos pelas orientações do PPP, atendendo a estudantes da capital e do interior. Dentre os cursos, pode-se destacar:

- Curso de Formação de Docentes da Residência Médica; Curso Formação de Docentes da Residência Integrada em Saúde, com ênfase em Saúde Comunitária e Hospitalar;
- Curso de Atualização em Urgência e Emergência para profissionais da Rede SUS;
- Curso de Introdução em Procedimentos Institucionais;
- Curso Procedimentos Administrativos.

O curso de “Capacitação em Procedimentos Institucionais” foi desenvolvido para o público interno, os trabalhadores da ESP/CE, com carga horária de 24 horas (20 horas a distância e 4 horas presenciais), sendo recomendado para todos os profissionais admitidos pela ESP/CE, e ao final do curso os participantes escreveram capítulos, depoimentos que deu origem ao livro “Gestão Pública, uma abordagem dos procedimentos administrativos”

No segundo semestre de 2016, o Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde (Cedes) coordenou as Oficinas I e II de Organização de Projetos Educativos, na plataforma Moodle/AVA, promovidas pela FioCruz/Rede de Escolas e pelos Centros Formadores em Saúde Pública. Como produtos das Oficinas, destacam-se a atualização do Moodle da ESP para a versão 3.1.2, a ampliação do conhecimento e de habilidades para uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle), a implementação de tecnologias de informação e comunicação digitais para a Educação a Distância (EaD) e a implementação do uso da ESP Virtual.

Ainda, sob a coordenação do Cedes, aconteceram quatro Seminários de Educação, com os temas: Elaboração de Matriz de Competência; PBL; Ensino-Aprendizagem no Ambiente de Trabalho; e Avaliação por Competência, além de Oficinas sobre PBL, para os docentes do CEVIG, e sobre Problematização, para os docentes do Dieps.

Em 2019, o Cedes desenvolveu o Projeto de Avaliação da Efetividade do Uso de tecnologias educacionais para o aprimoramento da formação e educação permanente de preceptores da Residência Médica em Saúde do Estado do Ceará.

O Cedes, no ano de 2020, realizou oficinas, cursos e treinamentos voltados para o desenvolvimento de habilidades e competências para o uso correto da ventilação mecânica em pacientes com insuficiência respiratória hipóxica pelo Covid 19 na modalidade EAD com simulação realística, através da plataforma X-lung destinados aos docentes e profissionais de saúde.

Em 2016, foi realizada a VI Expoesp: Compartilhando Aprendizagem, com a participação de 458 profissionais e estudantes, que tiveram à sua disposição uma programação bastante diversificada. Além de se discutir temas atuais e de relevância para a saúde, foram apresentados trabalhos científicos e relatos de experiências, oportunizando a troca de saberes e produção de trabalhos exitosos dos trabalhadores da saúde do estado do Ceará. O evento congregou, ainda, a V Mostra de Saberes da Educação Profissional da ESP/CE e I Mostra de Residências Multiprofissionais em Saúde. Contou-se, também, com uma Feira Cultural, que durante todos os dias fomentou a magia e o poder da arte, do belo, da mistura e da diversidade de saberes.

No ano de 2018, ocorreu o 1º Encontro Nordeste de Saúde da Família (1º ENESF). O Evento teve a parceria da ESP/CE, dentre outras instituições. O 1º ENESF integrou 8 eventos, dentre eles a VII EXPOESP, que apresentou 161 trabalhos relacionados a I Mostra de Vigilância em Saúde, 142 trabalhos na III Mostra de Residências Multiprofissionais em Saúde, 39 experiências relacionadas a VI Mostra de Saberes da Educação Profissional e 15 trabalhos da Mostra Estadual do Programa Mais Médico do Ceará. Representantes de vários Estados estiveram presentes, entre estes do Ceará, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná.

A Dieps realizou, no ano 2016, a primeira seleção pública para contratação de ACS nos municípios de Cascavel, Piquet Carneiro e General Sampaio.

Em 2018, foi criado o Programa de Formação de Gestores, com dois eixos básicos: uma Especialização em Gestão para Resultados e o outro voltado para ações de educação permanente em serviço.

A ESP/CE, em 2019, iniciou 3 (três) turmas de Especialização em Atenção Primária à Saúde (APS), com conclusão em 2019. em parceria com a Secretaria da Saúde de Fortaleza (SMS) no intuito de especializar em torno de 150 profissionais para atuação nos serviços de saúde de Fortaleza. Outro grande projeto, em execução na ESP, está sendo realizado em parceria com a Secretaria da Saúde (SESA) e com o Gabinete da Primeira Dama o Curso de Desenvolvimento Infantil para atender 5.000 Agentes Comunitários de Saúde.

Para assegurar o cumprimento de sua missão, a ESP/CE formaliza convênios, contratos, acordos de cooperação técnica com organizações públicas, privadas e filantrópicas em âmbito federal, estadual, municipal e internacional. Tem estruturado o Escritório de Monitoramento de Projetos (EMP) que é um arranjo institucional, coordenado pela Adins, com a finalidade de gerar informações, referentes à execução dos projetos, acompanhar monitorar e identificar possíveis riscos e ameaças, bem como recomendar medidas, que subsidiem a tomada de decisões dos níveis estratégicos, visando ao alcance dos resultados desejados com a execução dos projetos.

Os projetos de ensino, pesquisa e extensão, elaborados pelos órgãos de execução programática e instrumental, são analisados e avaliados pela Comissão Técnica de Avaliação de Projetos (Comtap), instância colegiada, instituída com a finalidade de assegurar que as execuções dos mesmos estejam alinhadas com as diretrizes das políticas públicas de saúde, com o Plano Estadual de Saúde (PES), Plano Anual de Saúde (PAS), Plano Político Pedagógico (PPP), bem como os instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO, LOA), e de planejamento estratégico e missão institucional. Os processos de trabalho são mapeados, acompanhados, monitorados e avaliados pelo Escritório de Processos Organizacionais (EPO). Em 2019, a ESP/CE obteve por meio do Parecer CEE nº 0454/2019, de 24/09/2019, seu Recredenciamento para ministrar Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização, com vigência até 31/12/2023.

3.2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

3.2.1 Conceito

Encontramos, em literaturas, vários conceitos de identidade organizacional. Segundo Albert e Whetten (1985), identidade organizacional compreende as crenças e os valores compartilhados, junto aos colaboradores, sobre o que é central, distintivo e duradouro na organização. Riel e Balmer (1997) seguem o mesmo raciocínio e acrescentam que, além do nível da percepção, a identidade organizacional se refere às características únicas e distintas da forma que estão enraizadas nos comportamentos dos membros.

Por sua vez, Markwick e Fill (1997) afirmam que, assim como os indivíduos possuem uma identidade, nas organizações isto também é verdadeiro. A identidade organizacional se refere à maneira como um órgão se apresenta a si mesmo, aos seus Stakeholders e ao modo como ela se distingue dos outros órgãos, tornando-se única. Sandberg (2003) afirma que o conceito de identidade organizacional está relacionado à pergunta “quem somos nós como organização?”.

3.2.2. Definição de Identidade Organizacional

A definição da identidade institucional representa o estágio inicial do planejamento organizacional, entendido como um conjunto de passos onde são identificados a missão, a visão de futuro e os valores institucionais da organização.

É importante ressaltar que, ao contrário da iniciativa privada, as organizações públicas só podem fazer o que a lei permite, assim, cabe a elas, principalmente na definição de sua missão, observar o que impõe a legislação sobre sua área de atuação, de forma que, na definição de sua identidade, seja assegurada a decisão do legislador.

A organização pública tem como destinatário de suas ações os cidadãos, sujeitos de direitos, e a sociedade, demandante da produção do bem comum, criada para atender a uma necessidade da sociedade. Atender a essa necessidade é a missão da organização. Na criação de uma organização pública, o legislador define, objetivamente, sua área de atuação. Isso significa dizer que a organização desenvolverá suas atividades naquela área para atender à necessidade dos cidadãos e, que apesar de possuir missão mais rígida e determinada, o planejamento institucional – estratégico – deve definir, claramente, sua forma de atuação e a sua visão de futuro.

3.3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico (PE) é um processo gerencial, que busca apresentar a sequência lógica da formulação da missão, visão, dos valores e objetivos para a seleção e execução de programas de ação, levando em conta as condições internas e externas e sua evolução esperada.

O Programa de Gestão Estratégica e Operacional da Escola de Saúde Pública do Ceará foi elaborado a partir da concepção tradicional de Planejamento e do Balanced Scorecard dos Professores Kaplan e Norton. O alinhamento do Programa de Gestão Estratégica e Operacional, com as diretrizes do Planejamento Governamental, é a questão-chave para o efetivo desempenho organizacional da ESP/CE, interligando o Planejamento Estratégico da instituição aos instrumentos de planejamento governamental, nos níveis nacional e estadual (PPA 2016/2019); nos eixos “Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico” (PPA nacional); “Ceará Saudável” (PPA estadual); e no tema “Educação Permanente em Saúde” foco da nossa ação.

A formulação das estratégias e dos planos da ESP/CE está consolidado no documento Programa de Gestão Estratégica e Operacional - Planejamento Estratégico, elaborado com a participação pessoal do superintendente, dos diretores, supervisores das áreas programática e instrumental e gerentes de projetos em oficinas de trabalho, para o período de 2016 a 2019. Ressalte-se que o referido Programa é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para monitorar seus projetos, a ESP/CE estruturou o Escritório de Monitoramento de Projetos (EMP), que é um arranjo institucional, coordenado pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional (Adins), com a finalidade de gerar informações, referentes à execução dos projetos, acompanhar monitorar e identificar possíveis riscos e ameaças, bem como recomendar medidas, que subsidiem a tomada de decisões dos níveis estratégicos, visando ao alcance dos resultados desejados com a execução dos projetos. Os projetos de ensino, pesquisa e extensão, elaborados pelos órgãos de execução programática e instrumental, são analisados e avaliados pela Comissão Técnica de Avaliação de Projetos (Comtap), instância colegiada, instituída com a finalidade de assegurar que as execuções dos mesmos estejam alinhadas com as diretrizes das políticas públicas de saúde, com o Plano Estadual de Saúde (PES), Plano Anual de Saúde (PAS), Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como os instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO, LOA), de planejamento estratégico e missão institucional.

Os processos de trabalho são mapeados, acompanhados, monitorados e avaliados pelo Escritório de Processos Organizacionais (EPO), criado pela Portaria nº 12/2018, sob a coordenação da Adins em parceria com as demais áreas orgânicas, cuja finalidade é promover o gerenciamento dos processos organizacionais da ESP/CE de forma a conferir maior efetividade às ações desenvolvidas e contribuir para ampliação da cooperação e integração entre as diversas áreas da instituição.

O planejamento é monitorado e avaliado, sistematicamente, em reuniões, denominadas “café.com.adins”, no Escritório de Projetos, coordenadas pela Assessoria de Desenvolvimento Institucional (Adins). Nesse processo, é utilizada a ferramenta “Relatório 3 Gerações”, que permite a análise das causas, dos efeitos e desvios entre o programado e o executado, de forma que os responsáveis pelas metas, possam corrigir, em tempo real, as distorções e realinhar suas ações.

Em 2019, foi realizado um novo Planejamento Estratégico, ciclo 2020/21, quando foram propostos novos conceitos. A Missão, Visão e os Valores Organizacionais, apresentados abaixo, representam a intenção estratégica, o pensar sistêmico, que influenciam o comportamento e as atitudes dos trabalhadores da ESP/CE.

MISSÃO

Promover a educação, o conhecimento e a inovação, contribuindo para a saúde, individual e coletiva e a melhoria da qualidade de vida e felicidade.

VISÃO

Ser referência de inteligência, ensino, pesquisa e extensão para os cidadãos, gerador de conhecimento e desenvolvimento sustentável, visando a qualidade e a eficiência do sistema de saúde .

VALORES ORGANIZACIONAIS

- Resultado centrado do cidadão
- Humanização do atendimento
- Valorização das pessoas
- Transparência
- Conhecimento e inovação

3.3.1 Objetivos Institucionais

Os objetivos institucionais da ESP/CE são resultados de todo processo de Planejamento Estratégico, que teve início na realização da análise de cenário, que possibilitou a compreensão, por parte dos participantes, do posicionamento estratégico da ESP/CE no cenário das variáveis do ambiente total no qual está inserida. O processo tem respaldo na análise SWOT, técnica creditada a Albert Humphrey que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford.

Após a aplicação da matriz SWOT, os objetivos estratégicos, definidos para o cumprimento da Missão e Visão Institucional, foram estruturados no Mapa Estratégico, segundo o Modelo Balanced Scorecard (BSC), a metodologia de medição e gestão de desempenho, desenvolvida pelos professores da Harvard Business School (HBS), Robert Kaplan e David Norton, em 1992.

Os objetivos estão distribuídos nas perspectivas: Resultados Institucionais, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento e Sustentabilidade Financeira, em uma relação de causa e efeito.

3.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESP/CE**3.4.1 Estrutura Administrativa**

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE) é autarquia estadual, vinculada à Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, criada pela Lei n.º 12.140, de 22 de julho de 1993, com sede e foro na capital do estado do Ceará, personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

Desde sua criação, conforme o parágrafo único do Art. 6º, da referida Lei, todos os recursos financeiros, destinados às ações de ensino e pesquisa, informação e documentação, no âmbito da SESA, deverão ser carreados para a ESP/CE. Daí advém a responsabilidade maior da ESP/CE em atender às demandas de capacitação de recursos humanos dos programas de saúde do governo do Estado.

Para consecução de seus fins e dentro da sua competência legal, a ESP/CE desempenha, em permanente e estreita articulação com a SESA e de acordo com as políticas de saúde por ela formuladas, dentre outras funções, as seguintes:

- Formação e aperfeiçoamento de profissionais para o setor de saúde;
- Planejamento e execução de atividades, referentes à educação permanente e à pós-graduação dos profissionais do setor de saúde, diretamente e/ou em articulação com outras instituições;
- Apoio ao desenvolvimento de recursos humanos do setor de saúde;
- Coordenação dos programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde, desenvolvidos no âmbito do SUS;
- Difusão de conhecimentos técnicos e científicos, por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, possibilitando, inclusive, a extensão à população das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, produzidas na instituição;
- Assessoria técnica e consultoria especializada na área da educação para a saúde, direcionada a instituições governamentais e não governamentais.
- Pelo Decreto Estadual nº 31.129, de 21 de fevereiro de 2013, que aprova o Regulamento da Escola de Saúde Pública do Ceará, a estrutura organizacional da ESP/CE ficou estabelecida da seguinte forma:

I DIREÇÃO SUPERIOR

1. Superintendente

II ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

1. Assessoria Jurídica
2. Assessoria de Desenvolvimento Institucional

III ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

1. Diretoria de Pós-Graduação em Saúde
 - 1.1 Centro de Educação Permanente em Vigilância da Saúde
 - 1.2 Centro de Educação Permanente em Gestão em Saúde
 - 1.3 Centro de Educação Permanente em Atenção à Saúde
 - 1.4 Centro de Residência em Saúde
- 2 Centro de Investigação Científica
- 3 Centro de Extensão em Saúde
- 4 Centro de Documentação e Biblioteca
- 5 Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde
- 6 Diretoria de Educação Profissional em Saúde
- 7 Secretaria Escolar

IV ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

1. Diretoria Administrativo-Financeira
 - 1.1 Núcleo de Gestão Financeira
 - 1.2 Núcleo de Gestão Administrativa
- 2 Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação

V ÓRGÃOS COLEGIADOS DE CONSULTA, FISCALIZAÇÃO E DELIBERAÇÃO

- 1 Conselho Consultivo
- 2 Conselho de Coordenação Técnico-Administrativo

A estrutura básica e setorial da ESP/CE conta, ainda, com uma Ouvidoria, que foi instituída com o objetivo de ser o canal de intermediação no processo de participação popular, avaliando os serviços prestados e contribuindo com a implementação das políticas públicas; garantindo a harmonia na relação entre a autarquia e o usuário; atuando

como mediadora na solução de conflitos, buscando a satisfação do cidadão, assistido pelo serviço prestado; exercendo todas as atividades próprias da Ouvidoria com transparência, imparcialidade, moralidade, legalidade, ética, credibilidade e confiabilidade. No contexto da gestão pública, a ouvidoria é um canal de comunicação principal entre os cidadãos e as várias instituições governamentais. Essa ferramenta possibilita um diálogo aberto com o poder público e o exercício do controle social pelo registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias relativas aos serviços públicos. O Estado do Ceará, por meio da Controladoria e Ouvidoria Geral – CGE, vem se destacando em âmbito nacional por possuir uma Política de Ouvidoria, uma plataforma própria Ceará Transparente e uma Rede de Ouvidorias composta por 63 Ouvidorias Setoriais, distribuídas em cada órgão ou entidade do Governo do Estado.

A Ouvidoria da ESP/CE é uma Ouvidoria Setorial do Poder Executivo Estadual, integrante da Rede de Ouvidorias do Estado do Ceará, que viabiliza um canal de comunicação entre os cidadãos e colaboradores com a gestão do órgão, dando tratativas às manifestações recebidas. É um setor vinculado diretamente à superintendência da ESP/CE, que, ao receber a manifestação, encaminha para o setor responsável, estabelece um prazo de resposta, acompanha o andamento, realiza mediação, analisa a resposta e retorna ao cidadão com maior brevidade, sempre buscando apresentar uma resposta efetiva.

O Superintendente da ESP/CE é nomeado pelo Governador do Estado para o exercício de cargo de provimento em comissão, dentre pessoas pós-graduadas, de ilibada reputação e comprovada experiência no exercício de funções, relacionadas à gestão nas áreas de saúde ou educação, para mandato de 02 anos, permitida a recondução.

As atribuições dos responsáveis legais pela estrutura organizacional encontram-se descritas no Regulamento da ESP/CE, segundo o Decreto nº. 31.129 de 21/02/2013, em anexo, no final deste documento.

3.4.2 Estrutura física

3.4.2.1 Instalações Físicas

A ESP/CE possui uma sede própria situada à Av. Antônio Justa, 3161, no bairro Meireles, em Fortaleza-Ce, compreendendo um total de (3.340,59m²) de área construída, dotada de recursos estruturais para a execução de suas atividades. Tais instalações estão equipadas com insumos audiovisuais (multimídia, equipamentos de som e vídeo) e infraestrutura de informática que garante a adequada implementação das atividades de ensino. O espaço físico da ESP/CE (Central) é distribuído em CINCO PAVIMENTOS:

- No subsolo estão localizados 03 auditórios (sendo 01 com capacidade para 260 lugares; e 03 para 60 pessoas cada);
- Pátio interno; Arquivo permanente; 01 (um) Banheiro masculino, 01 (um) feminino e 02 (dois) especiais.

No Pavimento térreo, encontram-se: jardim externo, pátio interno, rampa de acesso, Ouvidoria, Grupo de trabalho de Seleção Pública, Recepção, Protocolo, Reprografia, Núcleo de Gestão Administrativa, RH, Almoxarifado, Ouvidoria, Diretoria Administrativo-Financeira, Núcleo de Gestão Financeira, 02 (dois) banheiros femininos, 02 (dois) banheiros masculino e 02 (dois) especiais.

No 1º PAVIMENTO estão localizados o Centro de Extensão em Saúde, Secretaria Escolar, Centro de Educação Permanente em Atenção à Saúde, Centro de Documentação e Biblioteca, Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação, Refeitório.

No 2º PAVIMENTO, estão o Centro de Educação Permanente em Vigilância da Saúde, Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde, bem como a Assessoria de Comunicação, além de 01 (um) banheiro masculino, 01 (um) feminino e 01 (um) unissex dentro da (Ascom) e sala de monitoramento da segurança eletrônica.

No 3º PAVIMENTO, encontram-se Assessoria Jurídica, Diretoria de Educação Profissional em Saúde, Assessoria de Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Pós-graduação em Saúde, Centro de Educação Permanente em Gestão em Saúde, Centro de Residências em Saúde, o Centro de Inteligência em Saúde do Estado do Ceará, o Gabinete da Superintendência, 01 (um) banheiro unissex, 01 (um) banheiro masculino, 01 (um) feminino, (sala de apoio).

O acesso a todos os pavimentos da ESP/CE se faz por rampas, para portadores de necessidades especiais, e escadas.

Desde 2008, a ESP/CE conta com um prédio anexo, que sediou a Diretoria de Educação Profissional em Saúde, com uma área construída de 1.091,20m², distribuída em dois pavimentos. A distribuição dos ambientes, ao longo da circulação e pelos níveis do edifício, obedeceu às necessidades de proximidade entre eles e a função a qual o mesmo se destina.

O espaço físico desse prédio, anexo, é distribuído em dois pavimentos, sendo adaptado e sinalizado para atendimento a pessoas com necessidades especiais, para isso, conta com um elevador destinado a esse público.

No PAVIMENTO TÉRREO estão localizados a recepção, 04 salas de apoio de cursos, 01 sala de aula, Centro de Investigação Científica, Comitê de Ética em Pesquisa, 1 laboratório de informática, 02 banheiros femininos e 01 para pessoas com necessidades especiais.

No 1º PAVIMENTO estão localizados 03 salas de aula, 02 laboratórios de práticas integradas I e II, nos quais serão desenvolvidas as habilidades dos estudantes de diversas áreas como análises clínicas, citologia, Enfermagem, prótese dentária, dentre outros (Centro de Simulação Realística), banheiros masculino e feminino.

3.4.2.2 Laboratórios

O laboratório de informática está equipado com 20 computadores, para apoiar os estudantes, oferecendo um ambiente favorável para realizações de trabalhos e pesquisas acadêmicas. Todos os computadores possuem acesso à Internet, com excelente velocidade.

3.4.2.3 Centro de Documentação e Biblioteca

O Centro de Documentação e Biblioteca (Cedob) tem o propósito de oferecer suporte aos programas e projetos, desenvolvidos na ESP/CE; subsidiar as atividades docentes e discentes, tanto em nível técnico-profissionalizante quanto de pós-graduação; e disponibilizar recursos bibliográficos, pertinentes aos conteúdos programáticos dos cursos e demais atividades correlatas, responsável pelo provimento de informações às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Cabe destacar que é responsabilidade dos docentes a indicação das bibliografias básicas e complementares das disciplinas de cada curso, como vistos ao desenvolvimento do acervo bem como sua manutenção e constante atualização, parte essencial perante as avaliações realizadas pelo Conselho de Educação do Estado do Ceará para reconhecimento, renovação e autorização dos cursos.

O Cedob integra o Projeto de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde - Brasil (Rede BiblioSUS), iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, com o objetivo de democratizar o acesso às informações em saúde, integrando

bibliotecas e unidades de informação de instituições federais, estaduais e municipais voltadas ao ensino, à pesquisa e participação social. A Rede BiblioSUS conta, ainda, com a base de dados Coleção Nacional de Fontes de Informação do SUS, considerada a memória técnica do SUS, compreendendo a produção bibliográfica e institucional de saúde pública no Brasil. A expectativa é que as ações da Rede BiblioSUS alicerçarão as unidades de informação, sobretudo, quando à qualificação de serviços, integração de equipes e troca de experiências, considerando o acesso equitativo à informação sob a ótica do trabalho cooperativo

O (Cedob) dispõe de uma área física de 125,27m², com espaço adaptado para 35 lugares no salão de estudos, que é acoplado ao acervo. O Cedob está equipado com 06 computadores, com acesso à Internet, que permitem a pesquisa no Sistema de Gerenciamento de Biblioteca (Gnuteca) - catálogo online do Cedob - e acesso aos bancos de dados nacionais e internacionais, como LILACS, MEDLINE, COCHRANE, SciELO, Portal de Periódicos do Capes: BVS/MS e Bibliotecas Virtuais em Saúde de livre acesso.

O Cedob oferece suporte aos estudantes, desde o início do curso, expondo os serviços que a Biblioteca oferece e na orientação do Guia para Normalização de Trabalhos Conclusão de Curso (TCC; TCR), na aplicação das normas da ABNT como elaboração da folha de rosto, sumário, das seções primárias e secundárias, da paginação e das referências bibliográficas; e no decorrer da elaboração do TCC e TCR, o estudante é orientado em suas pesquisas.

O Cedob dispõe de uma seção no site da ESP/CE (www.esp.ce.gov.br), com informações como o Manual para Normalização Bibliográfica de Trabalhos Acadêmicos: estilos ABNT e Vancouver, revisto e atualizado; Alerta CEDOB é boletim para divulgar as últimas aquisições bibliográficas e Links para pesquisas.

O acervo bibliográfico, especializado em saúde pública e coletiva, tem cerca de 10.571 livros; 2.491 TCC; e com acesso digital 1.090 obras de referência 910 todos com acesso para pesquisa registrados no Sistema Gnuteca contemplando várias áreas de conhecimento, com ênfase em:

- Gestão e Administração; Especialidades Médicas;
- Política de Saúde do SUS; Educação;
- Educação em Saúde; Epidemiologia;
- Metodologia Científica; Promoção da Saúde;
- Saúde Ambiental; Saúde Mental;
- Vigilância em Saúde; Atenção Primária.

3.4.2.4 Tecnologia da Informação

A ESP/CE dispõe de um Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (Nutic), estruturado para atender a todas as demandas institucionais. Sua infraestrutura tecnológica conta, atualmente, com 214 microcomputadores, sendo 20 alocados no laboratório de informática, interligados em uma rede local de acesso restrito aos funcionários da Escola, mediante autenticação de segurança. Os demais equipamentos de informática são: 10 Servidores; 11 Impressoras; 18 Notebooks; 03 No-breaks; 11 Switches; 10 Projetores Multimídia; 142 Estabilizadores, 02 Scanners, 01 Tablet, 01 Robô de Backup, 170 ResponseCards RF e 04 Bases Receptora USB.

Visando a promover encontros virtuais com outras instituições, a ESP/CE mantém uma sala de videoconferência, equipada com equipamentos Tandberg; além de mais um equipamento adicional para videoconferência, disponibilizado no gabinete da superintendência.

A Rede interna (Intranet) possui um papel fundamental no gerenciamento das atividades internas da ESP/CE e, gradualmente, sistemas informatizados vêm sendo desenvolvidos e implantados para otimizar a administração de processos e serviços, tais como:

- Gestão Acadêmica SAGU: ferramenta em Software Livre, customizado para atender às necessidades da ESP/CE, que visa a gerenciar todo o relacionamento do estudante com a instituição, dentro da esfera acadêmica e administrativa; possibilita o registro de todos os componentes dos currículos dos programas educacionais, todo o controle e acompanhamento acadêmico dos cursos, a emissão de relatórios e outros documentos, tudo online, de forma rápida, confiável e segura.
- Gestão de Biblioteca (Gnuteca): sistema para automação e gestão de bibliotecas, que usa o padrão MARC21 para catalogação. Tendo sido customizado na versão 3.2 e implantado em todos os órgãos vinculados e unidades mantidas pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará.
- Portal de Educação a Distância (EaD): Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), usa a plataforma Moodle®, que é um ambiente que atende às principais necessidades dos estudantes e docentes e contém diversos espaços, recursos e diversas ferramentas, que possibilitam trocas de informação, interações e a construção do conhecimento.
- Sistema de Gestão de Recursos Humanos (Sigrh): desenvolvido pela equipe interna da ESP/CE, que utiliza recursos de software livre. O Sigrh visa a gerenciar todas as contratações de trabalhadores que atuam na ESP/CE.
- Concursos e Seleções: os processos seletivos, realizados pela ESP/CE, contam com um sistema que gerencia todas as fases do certame.
- Sistema de Solicitação de Documentos (SSdoc): gerencia a solicitação de emissão de 2ª via de Certificados ou Diplomas de cursos realizados pela ESP/CE.
- Sistema de Gestão de Frotas (SigaFrota): visa a gerenciar e controlar o uso dos veículos na instituição. Sistema disponível no Portal do Software Público Brasileiro, que foi customizado para atender às necessidades da ESP/CE.
- Revista Cadernos ESP criada em 2005, possui periodicidade semestral, é um instrumento de difusão técnica e científica de caráter inter e multidisciplinar em diversos campos do fazer saúde, em especial da Saúde Coletiva. Tem por finalidade publicar trabalhos relevantes para a saúde pública e suas interfaces, visando tornar públicos e de livre acesso os resultados de pesquisas e as experiências advindas do contexto dos serviços de saúde.
- Área de acesso corporativo (SISWeb): ambiente de acesso aos sistemas corporativos da ESP/CE e está em constante atualização.
- Sistema de Pesquisa Interna (Lime Survey): sistema gerenciador de pesquisas, que permite coletar informações através de questionários online, permite cadastrar pesquisas abertas ou fechadas, anônimas ou identificadas, públicas ou privadas e, também, gera relatórios estatísticos das respostas obtidas.
- Sistema de gerenciamento de atas (Ataweb): visa a gerenciar os registros de atas de reunião, integrado aos recursos de correio eletrônico, utilizado na ESP. Esse sistema foi cedido pela Secretaria das Cidades.
- Service Desk (chamados técnicos): serviço de atendimento ao usuário interno via sistema (service desk) para resolução de problemas de TI e outras solicitações, relativas a assuntos pré definidos e tem como principal objetivo: funcionar como um ponto central de contato entre os usuários e o departamento de TI.

A ESP/CE mantém seu provedor de Internet através de uma ligação com o Cinturão Digital do Ceará (CDC), fazendo parte da GigaFor -GOV (Etice), com velocidade de 1 gigabit. A implantação do provedor colocou à disposição de seus técnicos e funcionários todo potencial de comunicação e informação oferecido pela Internet. Em seu portal (<http://www.esp.ce.gov.br>), são encontradas diversas informações pertinentes à ESP/CE e seus serviços.

Considerando os vários meios de tecnologias colaborativas, a ESP/CE promove capacitação dos seus servidores/colaboradores para uso de tecnologias colaborativas. Para isso, segue-se um fluxo para a execução de capacitações, sendo ele:

1. Identificar e propor soluções para capacitação das equipes de trabalhos de todos os setores para o uso de recursos tecnológicos colaborativos, importantes para a realização de suas tarefas.
2. Acompanhar e facilitar processo de trabalhos na modalidade Home Office quando necessário.
3. Propor Oficinas com cada setor da ESP/CE para o cumprimento eficiente das capacitações.
4. Incentivar o uso de metodologias ágeis para os trabalhos colaborativos.
5. Acompanhar e contribuir na criação e instituição do Comitê de Políticas Digitais que deverá fornecer as diretrizes para a execução deste.

3.4.2.5 Assessoria de Comunicação

A Assessoria de Comunicação (Ascom) da ESP/CE atua em sala específica no primeiro andar do prédio. Formada por 3 jornalistas e 3 designers, a Ascom funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h.

A Ascom tem como objetivo estabelecer sólidas e confiáveis relações com os meios de comunicação, aproximando-os no sentido de divulgar ações, projetos de pesquisa, cursos e eventos ligados à saúde do Estado; promover a imagem institucional de forma positiva, estabelecendo uma relação de confiança e credibilidade com a comunidade; divulgar internamente e externamente as atividades promovidas pela ESP/CE.

Para atender às demandas referentes aos processos de comunicação interna e externa da ESP/CE, a Assessoria de Comunicação conta com uma equipe localizada na Escola com apoio da Sesa e Casa Civil. A equipe busca cumprir com qualidade e profissionalismo todas as suas atividades. Estas podem ser divididas em: manutenção da intranet e site institucional; produções gráficas; alimentação dos murais institucionais; planejamento, divulgação e participação na execução de eventos (no que tange a comunicação) e campanhas institucionais; atendimento à imprensa; cobertura jornalística; produção de vídeos de caráter informativo; e cobertura fotográfica.

3.4.3 Recursos Humanos

3.4.3.1 Caracterização do Corpo Docente

O corpo docente participa, ativamente, do processo de planejamento e organização dos programas de capacitação, respeitando as grandes linhas de atuação da Instituição e os projetos estratégicos dos cursos.

A vinculação do docente com a ESP/CE é formada por meio de um compromisso individual, de acordo com a composição requerida e estabelecida nos projetos pedagógicos dos cursos. Atualmente, o corpo docente da ESP/CE é constituído por graduados,

especialistas, mestres e doutores. O seu quadro de docente é formado por técnicos, cedidos das instituições públicas e por bolsistas, distribuídos nas Diretorias e Centros da ESP/CE.

Quadro 1: Distribuição dos docentes por Diretorias e Centros da ESP/CE

Diretorias/ Centros	Nº de Docente	Titulação Doutor	Titulação Mestre	Titulação Especialização	Titulação Graduação
DIEPS	14	-	-	-	
DIPSA	44	-	-	-	
CEGES	1	-	-	-	
CERES	117				
CEATS	13	3	2	6	2
CEVIG	22	-	5	16	1
CEDES	4	2	1	1	
CEESA	1	-	-	1	
CENIC		6	6	3	
TOTAL	352	-	-	-	

OBSERVAÇÃO: A composição do corpo docente se faz de acordo com a necessidade de cada curso, podendo ocorrer uma variação de profissionais.

3.4.3.2 Caracterização do Corpo Técnico-Administrativo

O Corpo Técnico-Administrativo é composto pelos trabalhadores que realizam atividades na ESP/CE ou na condição de ocupantes de cargos em comissão ou, ainda, de servidores públicos, cedidos pelas instâncias federal, estadual e municipal, além de trabalhadores contratados por meio de empresas na prestação de serviços e bolsistas de Desenvolvimento Educacional, de Extensão Tecnológica; de Pesquisa, de Professor-Visitante e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, selecionados por meio de editais. Esses profissionais são responsáveis pelo desempenho dos serviços, necessários ao bom funcionamento da ESP/CE, visando ao alcance de sua missão e ao cumprimento das diretrizes, demandadas pelo Contec, definidas no planejamento anual. Fonte: Sistema de Gestão de Recursos Humanos da ESP/CE (SIGRH)

3.4.4 Comitês, Comissões, Conselhos

A ESP/CE instituiu Comissões Conselhos, Comitês como forma de trabalho transversal e de tomada de decisões coletivas para determinadas temáticas, as quais envolvem várias áreas da Instituição. Dentre essas, podemos citar:

3.4.4.1 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Na década de 1960 tiveram início os sistemas de revisão ética de pesquisas ao redor do mundo, proporcionando aos profissionais da saúde reafirmar o exercício ético na sua prática no atendimento do paciente, na realização de pesquisas, além de publicações científicas.

O sistema foi criado no Brasil por meio de resolução de 1988 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão de controle social vinculado ao Ministério da Saúde. Mais tarde, esse

sistema passou por revisão pela Resolução 196/96, “que definiu a criação e a consolidação do sistema brasileiro de revisão ética das pesquisas, o sistema Comitê de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP)” (BATISTA, ANDRADE E BEZERRA, 2012, p. 150). Desse período aos dias atuais além dessa Resolução, o CNS elaborou outras inúmeras resoluções complementares, que regulamentam e do credencia o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), de regras específicas para áreas especiais, tais como, de cooperação estrangeira, reprodução e genética humana, populações indígenas, projetos multicêntricos envolvendo o armazenamento e o uso de material biológico dentre outras.

Vale ressaltar que o CEP deve ter uma formação multidisciplinar, avaliar as pesquisas em todas as etapas dos estudos envolvendo seres humanos, ou seja, desde a elaboração do projeto até o relatório final e a publicação, observando a desenvoltura das etapas por meio dos relatórios parciais. Sua atuação juntamente com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e do próprio CNS, educando e fiscalizando as pesquisas é, sobretudo, no sentido de garantir a manutenção dos direitos humanos como um direito de todos os membros da sociedade. É sabido que os membros do CEP, assim como os pesquisadores, devem estar inscritos na Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos do sistema CEP/CONEP, para o acompanhamento nas diversas etapas da pesquisa.

Cada pesquisa, de acordo com o que se pretende investigar, apresenta uma lista de documentos que devem ser partes constituintes do projeto. Daí a necessidade de os membros do CEP apresentarem conhecimento suficiente para realizar a avaliação do projeto que vai dos aspectos metodológicos aos preceitos éticos, no intuito de, ao oferecer o parecer consubstanciado, apresentar a fundamentação, maneira essa que se traduz em contribuição para com o pesquisador responsável pela pesquisa ao orientar, apontar, sugerir melhorias que garantam a aprovação do projeto e, conseqüentemente, a sua realização, uma vez que, somente essa é condição que permite a iniciação dos trabalhos.

No atual contexto e em virtude da crescente demanda de pesquisa em nosso meio, sobretudo em razão da pandemia Covid-19, fortalecer os CEPs existentes é uma necessidade, inclusive no sentido de fazer fluir o trâmite dos projetos para maior celeridade de resultados das investigações, como condição para evolução dos impactos das pesquisas no bem-estar da vida das pessoas.

Sendo assim, propomos para o ano de 2021, que o CEP da ESP/CE seja alocado em uma ambiente amplo, com mesa, cadeiras, computador, internet, estante com alguns livros e uma Secretaria Executiva durante um turno, de segunda a sexta-feira, não só para subsidiar os pesquisadores e seus membros, mas, para que possa melhor observar os prazos e a alguns procedimentos para aprovação dos projetos, que atualmente se tenta minimizar com a criação do sistema informatizado denominado Plataforma Brasil, além de contribuir com a Portaria N° 903/2020, que prima pela regulamentação e a realização de pesquisas científicas e inovação em saúde nas unidades de saúde hospitalares, ambulatoriais e administrativas da Rede SESA e dá outras providências.

3.4.4.2 Conselho Editorial da Escola de Saúde Pública Paulo Marcelo Martins Rodrigues

O Conselho Editorial é um colegiado interdisciplinar e permanente, de natureza normativa, deliberativa, avaliativa e supervisora em assuntos editoriais de natureza técnica e científica, com a atribuição de definir a política editorial, os critérios de avaliação e o planejamento das publicações periódicas ou não, em diferentes suportes e mídias, com vistas à democratização da informação em saúde.

Assim, a implantação da Política Editorial da ESP/CE visa garantir produções em conformidade com as prioridades do setor saúde, maximizar e agilizar a organização do conhecimento produzido no âmbito do SUS no Estado do Ceará, o aperfeiçoamento da gestão e da avaliação dos processos e dos produtos editoriais, tendo como principais objetivos:

- Normalizar a produção editorial submetida a ESP/CE, consoante às normas técnicas e padrões adotados para as publicações, estabelecendo responsabilidades que orientem o conjunto de ações relativas ao planejamento, produção, tratamento, edição, difusão, preservação, acesso e avaliação da informação em saúde;
- Subsidiar gestores, trabalhadores, conselheiros, professores, pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral, com produtos editoriais e informacionais que tenham consonância com os aspectos legais, éticos, técnicos e científicos e com a política de saúde vigente.

Toda instituição, seja pública ou privada, grande ou pequena, precisa ter um conjunto de diretrizes e normas que devem ser seguidas para a execução de um fim. Nesse sentido a ESP/CE busca promover a integração da produção editorial nas diversas áreas da saúde envolvendo ensino, pesquisa e extensão com o intuito de divulgar, distribuir e socializar suas produções em âmbito local, nacional e internacional.

4. CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM A AÇÃO PEDAGÓGICA

4. CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM A AÇÃO PEDAGÓGICA

Neste tópico, são apresentadas as concepções que norteiam todas as ações pedagógicas da ESP/CE. Inicialmente, os pressupostos filosóficos, que embasam essas ações, são descritos, fundamentando-se no pensamento filosófico-educacional de John Dewey e nas concepções da educação transformadora de Paulo Freire. Em seguida, os pressupostos político-educacionais são apresentados, com ênfase nas Políticas de Educação Permanente em Saúde. São, ainda, apresentados os pressupostos teórico-metodológicos, a partir das descrições das principais teorias da aprendizagem do adulto, bem como discorrendo sobre as principais premissas educacionais, consistentes com os conhecimentos gerados pela investigação científica no campo da educação, que devem fundamentar os programas educacionais a serem realizados na ESP/CE. Apresenta-se, também, Metodologias Ativas de Aprendizagem, utilizadas no processo de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde, e aborda-se a sistemática de desenho de currículos baseados em competências. Finalmente, discute-se as concepções sobre avaliação na Educação, incluindo a avaliação da aprendizagem, e a avaliação dos programas educacionais e a avaliação institucional.

4.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

Os pressupostos filosóficos, aqui apresentados, estão coerentes com a missão da ESP/CE, norteiam sua ação pedagógica, embasam os pressupostos teórico-metodológicos e orientam novas formas de organizar programas educacionais e de estruturar o processo de aprendizagem. Esses pressupostos filosóficos tomam como base os fundamentos do pensamento filosófico-educacional de John Dewey, apresentados em sua obra, sobretudo Democracia e Educação e Como Pensamos, e as concepções da educação transformadora de Paulo Freire, que, até certo ponto, ecoa direta ou indiretamente a obra de Dewey. 'De maneira sintética, os pressupostos filosóficos deste PPP estão embasados na teoria do conhecimento, aplicada à educação, sustentada por uma concepção dialética em que o professor e o estudante aprendem juntos e trocam experiências em uma relação dinâmica, na qual a prática é orientada pela teoria e, em um processo constante de aperfeiçoamento, reorienta essa teoria. Assim, para a teoria dialética do conhecimento, a melhor maneira de aprender é refletir sobre a experiência, é pensar a prática e retornar a ela para transformá-la em um ciclo permanente de ação-reflexão-ação. Portanto, pensar a prática, o concreto, a realidade, e não pensar pensamentos.

Seis pressupostos filosóficos centrais dão base ao Projeto Pedagógico da ESP/CE, de uma maneira abrangente, inter-relacionando-se entre si: Educação e Democracia; Educação em um contexto de mudanças e para a transformação social; Educação como reconstrução da experiência; Educação como processo de crescimento e desenvolvimento continuado; Educação num contexto de inovação tecnológica; e Educação como ferramenta de ressocialização.

4.1.1 Educação e Democracia

Este pressuposto filosófico é a base para os demais. Democracia é mais do que uma forma de governo; é, essencialmente, uma forma de vida associada de experiência conjunta (DEWEY, 1916). Democracia é a discussão pública e inteligente em torno de problemas comuns. A sociedade democrática está baseada na comunicação, cooperação e livre interação entre todos os indivíduos envolvidos nos problemas, e não no uso da força para solucionar os conflitos.

A vida democrática depende de uma educação, que desenvolva o hábito de pensar reflexivo. Aprender a pensar, portanto, é a principal função da educação e é condição de possibilidade para a vida democrática. Por sua vez, a vida democrática não é a repetição de fórmulas ou a aplicação mecânica de conhecimentos memorizados, mas uma contínua reconstrução da experiência compartilhada na qual as experiências prévias, acumuladas ao longo da vida, são imprescindíveis.

Educação é vista, sobretudo, como um processo e uma ação social, cultural e política da comunidade humana em qualquer tipo de sociedade. Em uma sociedade democrática, há a participação nos seus bens de todos os membros em igualdade de circunstâncias e é assegurado um reajuste flexível das suas instituições através da interação das diferentes formas de vida associativa. Assim, toda sociedade democrática deve ter um tipo de educação, que desenvolva, nos indivíduos, um forte interesse pessoal nas relações e no controle social, que assegure transformações sociais. Neste contexto, a Educação deve ser antiautoritária, dialógica e interativa, colocando o poder nas mãos da sociedade.

Concretamente, uma das implicações da Educação, em uma sociedade democrática, é a mudança de postura do professor, ou seja, a relação professor-estudante, que sempre foi vista como uma relação entre opressor e oprimido, passa a ser agregadora, em que ambos aprendem em conjunto, buscando soluções para os problemas do cotidiano, na qual o professor respeita as limitações e condições do estudante e contribui para que ele não se desvincule de sua realidade.

4.1.2 Educação em um contexto de mudanças e para a transformação social

Os novos contextos sociais, epistemológicos, tecnológicos, econômicos, políticos e sanitários vêm exigindo mudanças profundas nos modelos educacionais de todos os profissionais, sobretudo, no campo da saúde. O modelo tradicional, baseado na transmissão dos conhecimentos, estabelecido para as gerações seguintes se esgotou. Esse tipo de Educação não tem levado a formação de seres pensantes, críticos, capazes de interagirem entre si para buscarem soluções para o enfrentamento dos graves problemas existentes na sociedade.

Essas transformações profundas, nos diversos contextos, resultariam de maneira mais intensa a partir de uma verdadeira democratização da sociedade. Por isso, neste contexto de mudanças, faz-se necessário que o indivíduo passe a ter uma postura, conscientemente crítica diante dos vários problemas, tornando-se, assim, agente de sua transformação.

Desse modo, Educação, no seu sentido mais amplo, deve ser entendida, não de uma forma mecanicista e tecnológica, mas sim como uma forma de mudança social, política e cultural (FREIRE, 2002). A Educação só atua como um processo de mudança e transformação, por meio de um método ativo, dialógico e participativo, ou seja, quando estimula e cria oportunidades para fazer com que os indivíduos interajam com os aspectos sociais, econômicos e políticos que os rodeiam. Neste contexto, as instituições de ensino se veem desafiadas quanto aos seus projetos, uma vez que, agora, passam a ter a responsabilidade de desenvolver novas e complexas competências nos seus estudantes.

4.1.3 Educação como reconstrução da experiência

Educação é uma “reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e, também, a nossa aptidão para dirigir o curso das experiências subsequentes” (DEWEY, 1979 p. 83). Portanto, o processo educativo é uma experiência reflexiva contínua, regida pelo pensamento inquiridor. O processo do pensar segue a

lógica do problema originário da experiência de vida, que gera a investigação reflexiva, operação que, necessariamente, é original à medida que leva a reconstruir as crenças e solucionar a situação problemática, produzindo, assim, o conhecimento.

Para superar o método de tentativa e erro e tornar o ato de pensar uma autêntica experiência, o processo reflexivo deve seguir o ciclo que se inicia na análise dos dados, oriundos da observação atenta de uma situação, retirando dela os dados mais relevantes, os conhecimentos e conteúdos acumulados de experiências anteriores; a reflexão continua, com a elaboração de hipótese, como solução possível para o problema; e, por fim, a elaboração de um plano de ação, para pôr à prova a hipótese (verificação). A novidade, que o pensamento produz, consiste na percepção de novas relações para as coisas familiares, enriquecendo a experiência. Praticamente, todos os conhecimentos – as descobertas científicas, invenções, teorias e as produções da arte – resultam desse processo.

4.1.4 Educação como processo de crescimento e desenvolvimento continuado

A Educação se identifica com a vida, portanto não é algo separado da vida humana, embora ela não seja a vida. No entanto, é ela que faz com que a vida alcance todo o seu sentido. Já pensou a vida sem Educação? É a Educação que torna o homem consciente de suas capacidades, possibilidades, aspirações, valores, limitações e o motiva a procurar sua realização.

A educação humana estende-se pela vida inteira. Por isso, é de grande importância que o homem renove e aprofunde, continuamente, o sentido de sua vida, atualizando o seu quadro de valores, por meio de uma educação permanente, que contribua para a constante atualização e o desenvolvimento do homem, quanto aos seus conhecimentos, valores e suas atitudes, seja do ponto de vista intelectual, social, moral, estético, político e espiritual.

O fim da educação não é vida completa, mas vida progressiva, vida em constante ampliação, em constante crescimento e desenvolvimento. A vida é, portanto, tanto melhor, quanto mais alargarmos nossa atividade, pondo em exercício todas as nossas capacidades. Esse ideal é não somente individual, como social, no desenvolvimento de cada indivíduo, dirigido de modo que se assegure o máximo desenvolvimento de todos. Tal desenvolvimento progressivo e permanente constitui a essência da vida perfeita (DEWEY, 1975, p. 41). Assim, a sociedade determina seu próprio destino e futuro por meio da Educação. Essa marcha cumulativa de ação para um resultado ulterior é o que se chama crescimento e desenvolvimento do ser humano.

4.1.5 Educação num contexto de inovação tecnológica

A inovação tecnológica ocorrida na sociedade nas últimas décadas exigiu a reconfiguração de antigos processos metodológicos de ensino, o que ocasionou a busca incessante pela mudança do padrão de aprendizado baseado na ótica mecânica e reprodutivista para um aprendizado que se adeque à tendência atual da indústria 4.0. Essa inovação na indústria tem imposto mudanças nos processos de ensino-aprendizagem, em que o aluno precisa possuir habilidades específicas. Tais habilidades, como o pensamento não linear, a autogestão e a autocompetência, devem responder às mudanças sociais atuais (PUNCREOBUTR, 2016; WALLNER; WAGNER, 2016). Com base no exposto, surge o termo Educação 4.0, que preconiza a necessidade da educação se alinhar às inovações tecnológicas da sociedade, pois, devido sua abrangência, a educação não deve restringir-se apenas a sala de aula.

Nesse contexto, a chamada Educação 4.0 possui algumas características peculiares, tais como: currículo flexível e contextualizado; novas tecnologias da educação e comunicação (TICs); interdisciplinaridade; transdisciplinaridade; interatividade digital; ensino híbrido; internet das coisas (IOT), ambiente colaborativo; material didático digital, dentre outras características.

Com isso, a Educação 4.0 tem contribuído para o acesso ao ensino e a novas tecnologias da educação, isso sugere que a qualquer momento e em qualquer lugar ferramentas e aplicativos poderão oferecer novas oportunidades de aprendizado remoto. O aprendizado poderá ser personalizado, ou seja, o aluno poderá escolher ferramentas adequadas a sua forma de aprendizagem. O conhecimento teórico pode ser transmitido fora da sala de aula, porém, o conhecimento prático ainda deve ocorrer de forma presencial.

É importante deixar claro que a Educação 4.0 continuará a influenciar na adequação das competências necessárias aos profissionais da saúde (conhecimentos, habilidades e atitudes) e nos desafios e situações que possam surgir em serviço. Sabe-se que esses profissionais encontram-se no limiar de um espaço educacional que exigirá novas estratégias educacionais para sua formação, que transcende o espaço e o tempo.

Seguindo essa linha de raciocínio, as competências docentes na Educação 4.0 estão relacionadas com a capacidade do professor/facilitador em saúde de promover a cultura digital, assim como de participar de comunidades virtuais. Da mesma forma, o professor/facilitador deve repensar tempos e espaços, analisar dados, evoluir resultados e possuir a transdisciplinaridade como uma busca ativa. Outras características, como a criatividade, a dinamicidade, a comunicação e o diálogo devem prevalecer na prática docente. As características supracitadas tornam o aprendizado com o discente cada vez mais motivador e colaborativo, pois, na Educação 4.0, o discente passa do pensamento linear para o pensamento em rede (FÜHR, 2018).

4.1.6 Educação como ferramenta de ressocialização e acessibilidade

O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004). Acessibilidade deve ser lida não somente como aceitar o diferente, e torná-lo igual aos demais, mas tratar com respeito e empatia as diversidades, propondo a ressocialização. Dessa forma, podemos pensar a Escola como cada indivíduo, e a Educação como o resultado de suas vivências e capacidades de fazer o melhor com os recursos que possui, e o Universo que pode ser alcançado, a partir da Educação formal, Intra ou Extramuros. Sassaki (2002) propõe seis tipos de acessibilidade, que impactam do desenvolvimento pessoal e profissional:

1. Atitudinal: Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras;
2. Arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos;
3. Metodológica: Ou pedagógica, é a ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas;
4. Programática: Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).

5. Instrumental: Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva);
6. Comunicacional: É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais); escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil); e virtual (acessibilidade digital, ou outros equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos).

Dessa forma, cada indivíduo com suas peculiaridades superará suas deficiências e alcançará sua excelência, a partir da socialização dos saberes.

4.2 PRESSUPOSTOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS: AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Outros pressupostos, que embasam as ações educacionais da ESP/CE, são os político-educacionais. As Políticas de Educação Permanente em Saúde serão enfatizadas neste PPP.

O conceito de Educação Permanente em Saúde, adotado pela Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS, é de uma proposta educativa, realizada nos contextos de trabalho, destinada a refletir e intervir sobre o processo de trabalho, direcionado à melhoria da qualidade dos serviços e das próprias condições de trabalho.

Rovere (1994) definiu a Educação Permanente como “educación en el trabajo, por el trabajo y para el trabajo”. Isso indica que não, necessariamente, as muitas atividades educacionais e de treinamento, realizados no setor de saúde, correspondem ao que é conhecido como educação permanente. De acordo com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde:

A Educação Permanente é aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. A educação permanente se baseia na aprendizagem significativa e na possibilidade de transformar as práticas profissionais. A educação permanente pode ser entendida como aprendizagem-trabalho, ou seja, ela acontece no cotidiano das pessoas e organizações. Ela é feita a partir dos problemas, enfrentados na realidade, e leva em consideração os conhecimentos e as experiências que as pessoas já têm. Propõe que os processos de educação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho e considera que as necessidades de formação e o desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações. Os processos de educação permanente em saúde têm como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho (BRASIL, 2009, p.20).

O pressuposto político-educacional da Educação Permanente, adotado pela ESP, representa uma importante mudança na concepção e nas práticas de capacitação dos trabalhadores dos serviços, pois tenta superar o enfoque, centrado na transmissão de conhecimento por meio de aulas (educação tradicional).

Como prática de ensino-aprendizagem, a Educação Permanente em Saúde (EPS) significa a produção de conhecimentos, a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos, tendo os problemas, enfrentados no dia a dia do trabalho, e as experiências desses atores como base de reflexão e mudança. Apoiar-se no conceito de ensino problematizador, inserido de maneira crítica na realidade e sem superioridade do educador em relação ao educando (CECCIM, 2005).

Os processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde devem ser orientados pelas necessidades de saúde da população, do próprio setor Saúde e do controle social. A educação deve servir para preencher lacunas e transformar as práticas profissionais e a própria organização do trabalho. Para tanto, não basta, apenas, transmitir conhecimentos para os profissionais, pois o acúmulo de saberes técnicos é, apenas, um dos aspectos para a transformação das práticas, e não o seu foco central. A formação e o desenvolvimento dos trabalhadores, também, têm que envolver os aspectos pessoais, os valores e as ideias que cada profissional tem sobre o Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2005).

Neste contexto, é mister salientar que, a formação e/ou capacitação de novos profissionais de saúde deve objetivar à realização de reflexões dialéticas sobre o contexto no qual esses profissionais estão sendo formados, de forma a conduzi-los ao desenvolvimento: (i) de uma investigação científica como busca ativa do conhecimento (medicina baseada em evidências) como forma de aprimorar sua prática profissional; (ii) do uso de tecnologias da comunicação social como recurso suplementar para as práticas ativas; (iii) do compromisso com a responsabilidade socioambiental que reflete no cuidado com o ambiente e com a humanidade e (iv) da avaliação como parte da própria ação educativa e como ferramenta de apoio para a qualificação da prática (SOUZA; COSTA, 2019).

Quando a ESP/CE assume como seu objetivo atender às necessidades de EPS, dos profissionais do SUS, assume, com isto, o conceito de saúde da Constituinte e os princípios norteadores do SUS, quais sejam: universalidade, acessibilidade e integralidade da saúde. Assume, portanto, uma posição técnica, e, também, política, de trabalhar para sua efetivação. A partir desta constatação, a política educacional, adotada pela instituição, deve guardar coerência com estes propósitos e os programas educacionais devem ocorrer de modo descentralizado, ascendente e transdisciplinar, ou seja, envolvendo vários saberes.

As políticas e as abordagens de Educação Permanente devem contribuir com a preparação de adultos para o aprendizado, no contexto da prática, e suas atividades são desenhadas para produzir aprendizado como parte do processo, integradas à educação ampla e permanente, em que as atividades educacionais, em sala de aula, são, apenas, momentos de retroalimentação para análise da prática e o desenvolvimento de novas ações no serviço, invertendo a lógica da educação tradicional (BRASIL, 2009 p.44):

- Incorporando o ensino e aprendizado à vida cotidiana das organizações e às práticas sociais e laborais, no contexto real em que ocorrem;
- Modificando, substancialmente, as estratégias educativas, a partir da prática, como fonte de conhecimento e de problemas, problematizando o próprio fazer;
- Colocando as pessoas como atores reflexivos da prática e construtores do conhecimento e de alternativas de ação, em vez de receptores;
- Abordando a equipe e o grupo como estrutura de interação, evitando a fragmentação disciplinar;
- Ampliando os espaços educativos fora da sala de aula e dentro das organizações, na comunidade, em clubes e associações, em ações comunitárias.

Portanto, a Educação em Saúde voltada para as práticas assistenciais presumem a:

- Integração Ensino-Serviço-Comunidade;
- Abordagem integral do processo saúde-doença;
- Valorização da atenção primária em saúde;
- Formação profissional interdisciplinar continuada e permanente.

Por Educação Continuada subentende-se que seja de cunho pessoal de aquisição de informação técnico-científica sequencial e cumulativa, através de metodologia tradicional. Por outro lado, subentende-se que a Educação Permanente seja de cunho coletivo e de aprendizagem reflexiva e significativa, cotidianamente e através de metodologias ativas.

Neste contexto, os impactos positivos presumidos são a excelência da assistência; biossegurança no cuidado centrado na pessoa; sustentabilidade da gestão e governança clínica. Porém, os maiores entraves ainda consistem na falta de compreensão dos gestores da importância do binômio educação-trabalho, e no cronograma baseado em necessidades apontadas pelos trabalhadores em saúde. Logo, a maior contribuição destes aspectos político-educacionais seria a profissionalização da Educação em Serviço (BRASIL, 2018).

4.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os pressupostos teórico-metodológicos, que embasam as ações educacionais da ESP/CE, incluem a descrição das principais Teorias da Aprendizagem, com ênfase na aprendizagem do adulto, a apresentação de cinco premissas educacionais e a proposição de metodologias ativas de aprendizagem. Discute-se, ainda, brevemente, o uso de metodologias ativas de aprendizagem na modalidade da Educação a Distância (EaD).

4.3.1 Teorias da Aprendizagem

Seis teorias da aprendizagem embasam as ações pedagógicas da ESP/CE: Teoria Experencial, Teoria Cognitiva da Aprendizagem, Teoria Social Cognitiva, Andragogia, Teoria da Carga Cognitiva e a Teoria de Fitts e Posner. A seguir, uma breve descrição de cada uma delas.

4.3.1.1 Teoria Experencial

A Teoria Experencial surgiu no início do século passado para contrapor a Educação Tradicional, que era vista como autoritária, não compatível com a democracia. Os estudantes eram meros agentes passivos e os conhecimentos transmitidos de forma isolada e descontextualizada.

As raízes filosóficas, dessa teoria, estão ligadas ao Iluminismo de Thomas Hobbes e René Descartes, onde se enfatiza a importância da mente e dos sentidos humanos para a aprendizagem. Essa teoria foi a base para a moderna Psicologia.

Seu principal expoente é o filósofo John Dewey, que defendia o pragmatismo e, para o qual, a realidade é encontrada dentro da experiência de cada indivíduo, daí o nome da teoria. Dewey valorizava o desenvolvimento individual, além de propor a necessidade do treinamento da mente, dentro do processo de aprendizagem, e ter contribuído para o desenvolvimento do empirismo.

A Teoria Experencial tem como foco a experiência de cada indivíduo como fonte da aprendizagem, ou seja, a aprendizagem nasce da experiência. O currículo é baseado na experiência e nas necessidades dos estudantes, respeitando a individualidade de cada indivíduo, em um formato abrangente e flexível. Vários princípios e várias características, dessa teoria, são aplicados pelas metodologias ativas, utilizadas na ESP/CE, como o PBL e a Problematização.

4.3.1.2 Teoria Cognitiva da Aprendizagem

De acordo com a Teoria Cognitiva da Aprendizagem (TCA), aprender é construir o conhecimento, de maneira significativa, a partir do que já se sabe. As chamadas operações cognitivas - pensar, raciocinar, tomar decisões - são valorizadas, e não somente os resultados ou a mudança de comportamento, como propõe a Teoria Comportamental (Behaviourism).

Jerome Bruner, considerado o Pai da Psicologia Cognitiva, propõe uma série de premissas e diretrizes para a aplicação da TCA no processo de ensino-aprendizagem, destacando-se a aprendizagem por descoberta (Learning by Discovery), a importância da participação ativa do estudante em todo o processo de ensino-aprendizagem, desde o desenho do programa educacional até sua avaliação, e a proposta do currículo em espiral, no qual os temas são trabalhados em diferentes momentos e em diferentes contextos e complexidade. Schmidt (1993) propõe seis princípios cognitivos da aprendizagem do adulto:

1. Disponibilidade de conhecimentos prévios;
2. Ativação dos conhecimentos prévios;
3. Estruturação dos conhecimentos na memória;
4. Elaboração das novas informações;
5. Dependência contextual; e
6. Motivação para a aprendizagem (intrínseca e extrínseca).

Na TCA, o estudante aprende, construindo, ativamente, ideias, gerando significado, interpretando as informações, tomando como base o conhecimento e as experiências preexistentes, o que caracteriza a Aprendizagem Significativa.

Na Aprendizagem Significativa, há a interação entre o novo conhecimento e o conhecimento prévio. Nesse processo, que não é literal e nem arbitrário, o novo conhecimento adquire significados para o aprendiz e o conhecimento prévio fica mais rico, mais diferenciado, mais elaborado em termos de significados e adquire mais estabilidade (MOREIRA; MASINI, 1982; MOREIRA, 1999, 2000). A Aprendizagem Significativa ocorre quando a nova informação 'ancora-se' em conhecimentos, especificamente, relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva, ou seja, novas ideias, proposições e novos conceitos podem ser apreendidos, significativamente (e retidos), à medida que outras ideias, outros conceitos, outras proposições relevantes e inclusivos estejam, adequadamente, claros e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e funcionem, dessa forma, como ponto de ancoragem para os primeiros (MOREIRA, 1999).

4.3.1.3 Teoria Social Cognitiva

A Teoria Social Cognitiva foi proposta por Albert Bandura. Inicialmente, foi formulada com o nome de Teoria da Aprendizagem Social e, ainda, é conhecida com esses termos por muitos pesquisadores e profissionais no Brasil. No entanto, o conceito de aprendizagem social está ultrapassado e precisa dar lugar a abordagens, que descrevem mais claramente o papel ativo, atribuído aos indivíduos no processo de aprendizagem e a interlocução, que eles fazem com o ambiente, principal mediador deste processo.

Na Teoria Social Cognitiva, Bandura trabalha o conceito da autorregulação, ao longo de sua trajetória investigativa, como um processo consciente e voluntário do indivíduo, pelo qual possibilita o controle dos próprios comportamentos, pensamentos e sentimentos, ciclicamente, voltados e adaptados para a obtenção de metas pessoais

e guiados por padrões gerais de conduta (BANDURA, AZZI & POLYDORO, 2008). Trata-se de um fenômeno multifacetado, que opera por meio de processos cognitivos subsidiários, incluindo, automonitoramento, julgamentos autoavaliativos e autorreações. A autorregulação, na perspectiva sociocognitiva, tem um relevante papel no exercício da aprendizagem humana – capacidade do homem de intervir, intencionalmente, em seu ambiente, isto é, as pessoas não, apenas, reagem ao ambiente externo, mas possuem a capacidade de refletir sobre ele, antecipar, cognitivamente, cenários construídos por ações e seus efeitos, de forma a vislumbrar e escolher cursos de ação que julgarem mais convenientes ou necessários.

Portanto, o processo de autorregulação do comportamento, descrito por Bandura, tem três subprocessos: auto-observação, julgamento e autorreação.

4.3.1.4 Andragogia

Segundo Malcolm Knowles, Andragogia é a arte e a ciência, destinada a auxiliar os adultos a aprenderem e a compreenderem o processo de aprendizagem dos adultos. De fato, existem diferenças significativas entre crianças e adultos, o que, naturalmente, provoca diferentes processos de aprendizagem nos mesmos indivíduos, quando em diferentes fases da vida (CAVALCANTI; GAYO, 2005). O aprendiz adulto tem uma série de características, que devem ser levadas em consideração no processo de ensino-aprendizagem. A maturidade da fase adulta traz a independência. As experiências, vividas pelos adultos, proporcionam aprendizados e erros, que trazem vivências marcantes para toda a vida. Os adultos são capazes de criticar e analisar situações, fazerem paralelos com as experiências já vividas, aceitarem ou não as informações que chegam. O adulto desenvolve habilidades intelectuais e quer experimentar e vivenciar.

Além disso, o aprendiz adulto tem profunda necessidade psicológica de ser percebido pelos outros como “autodirigido”. Qualquer experiência educacional infantilizada, na qual o adulto percebe que está sendo tratado como criança, pode interferir negativamente no seu aprendizado. No modelo andragógico, o educador atua como um facilitador. O planejamento do programa educacional deve ser realizado com a participação dos potenciais estudantes, com base na avaliação de suas necessidades. A formulação de objetivos instrucionais deve respeitar as necessidades identificadas. Experiências de aprendizagem motivadoras devem ser criadas. O caráter voluntário da educação de adultos é um pressuposto fundamental da Andragogia (HOLMES; ABINGTON-COOPER, 2000). De acordo com Malcolm Knowles, a Andragogia é baseada em cinco princípios:

- A necessidade de saber: o aprendiz adulto precisa saber por que eles necessitam aprender algo, antes de se engajar na tentativa de aprender.
- A independência e o conceito de si mesmo: adultos precisam sentir-se responsáveis por suas próprias decisões e serem tratados como capazes de se autodirigir.
- Orientação para aprender: adultos são motivados para aprender à medida que percebem que isso melhorará seu desempenho nas atividades diárias e profissionais.
- Papel da experiência: aprendizes adultos têm uma série de experiências de vida que representam o recurso mais rico de aprendizagem. No entanto, essas experiências podem conter pressuposições.
- Disposição para aprender: adultos estão dispostos a aprender aquilo que eles precisam saber para enfrentar, efetivamente, situações profissionais e da vida.

4.3.1.5 Teoria da carga cognitiva

A Teoria da Carga Cognitiva foi proposta pelo psicólogo australiano John Sweller no final da década de 1980, e teve como objetivo desenvolver estratégias de design instrucional com base em um modelo de arquitetura cognitiva humana. A teoria é relevante para a compreensão do atual cenário tecnológico em que se encontram os profissionais de saúde, onde se observa cada vez mais a utilização de recursos digitais nos processos de ensino e aprendizagem.

Constituída de princípios, cuja resultante é um ambiente de aprendizagem eficaz, a teoria nos alerta sobre a quantidade de informação que a memória de trabalho pode apreender de uma vez, pois não se pode processar informações além do que a cognição humana pode suportar; isso porque a arquitetura cognitiva humana é constituída por uma memória de trabalho limitada e uma memória de longo prazo ilimitada que contém esquemas cognitivos.

Sabendo-se que a experiência vem exclusivamente do conhecimento armazenado na forma de esquema na memória de longo prazo, a Teoria da Carga Cognitiva considera três classificações: a carga intrínseca, a carga irrelevante ou externa e a carga relevante. A carga intrínseca está envolvida com a complexidade da tarefa executada e com a experiência do aluno. Por outro lado, a carga irrelevante está relacionada com processos desnecessários, e não contribui para o desenvolvimento da aprendizagem. Por último, temos a carga relevante que é promovida por processos de aprendizado que lidam com a carga cognitiva intrínseca (SEWELL et al., 2019; VAN MERRIËNBOER, SWELLER, 2010).

Nessa linha de raciocínio, convém mencionar que a Escola de Saúde Pública do Ceará-ESP/CE também se apoia na Teoria da Carga Cognitiva, e considera sua contribuição para melhorar a compreensão de estratégias educacionais no ensino em saúde, assessorada pela tecnologia. Além disso, a literatura discute implicações positivas no que se refere ao ensino no local de trabalho; aos ambientes de aprendizagem; ao design curricular e à metacognição.

Diante disso, além de fornecer uma estrutura conceitual útil para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem e desenvolver diretrizes de design instrucional com base em um modelo de arquitetura cognitiva humana, a teoria supracitada pode ser utilizada como um guia para auxiliar no desenvolvimento de conhecimentos, de habilidades e de atitudes (competências), incluindo o ensino de procedimentos em cenário simulado, que pode ser em sala de aula ou em ambiente hospitalar. Assim, a revisão de paradigmas educacionais tradicionais é imprescindível para a construção de novos modelos que relacionam saúde, tecnologia e educação com os anseios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), sempre evitando a sobrecarga cognitiva no processo de ensino-aprendizagem.

4.3.1.6 Teoria de Fitts e Posner

Paul Fitts (FITTS, 1964) afirmava que a aprendizagem é um processo que envolve estágios, com características peculiares. Cada estágio depende da capacidade que o indivíduo tem de processar informações. Dessa forma, Fitts junto com Posner (FITTS; POSNER, 1967) desenvolveram uma explicação para a aquisição de habilidades motoras, estabelecendo a teoria de Fitts e Posner que possui três fases:

A primeira fase corresponde ao momento em que a habilidade é aprendida, e é chamada de fase cognitiva em que o aprendiz intelectualiza a tarefa. A segunda fase, a associativa, é o estágio em que o desempenho se aproxima da habilidade, e por último, temos a fase da autonomia, ou seja, é o estágio em que a habilidade se tornou totalmente automática e pode ser realizada sem pensar muito sobre a tarefa. Este último estágio está

relacionado a um desempenho mais qualificado em que o aluno começa a se concentrar nos demais aspectos relacionados à atividade proposta (REZNICK; MACRAE, 2006). Essa teoria é fundamental, portanto, para o desenvolvimento de competências, principalmente, para os treinamentos de habilidades que devem ser realizados em ambientes simulados e laboratórios de habilidades.

4.3.2 Premissas Educacionais

Atualmente, os programas educacionais devem fundamentar-se em um conjunto de premissas consistentes, com os conhecimentos gerados pela investigação científica, no campo da educação, e, potencialmente, efetivas para a formação de profissionais com os atributos desejados. Estas premissas são apresentadas a seguir.

a) Centrado no estudante

O estudante desempenha um papel central no processo de ensino-aprendizagem ao longo de um programa educacional. Isso pressupõe que:

- O estudante deve exercer papel ativo na construção do seu próprio aprendizado, por meio da mobilização de conhecimentos e experiências de que já dispõe, estabelecendo seus objetivos de aprendizagem e buscando, de maneira ativa, novas informações;
- Uma fração importante das atividades educacionais deve ser dedicada ao estudo individual, de modo que estimule o estudante a assumir a responsabilidade por seu aprendizado e a conduzi-lo com autonomia crescente;
- O estudante deve envolver-se no processo de avaliação, de modo que desenvolva a capacidade de formular um juízo crítico de sua performance e de seus colegas.

b) Baseado em Problemas

O problema é, preferencialmente, o ponto de partida e o eixo condutor do processo de aprendizagem no programa educacional. A aprendizagem, a partir de problemas, favorece a estruturação de redes de conhecimentos, organizadas da maneira mais adequada à sua utilização posterior. A abordagem de problemas, em pequenos grupos, promove, além da aprendizagem de conhecimentos integrados, o desenvolvimento de atitudes de cooperação, o suporte mútuo e a congruência social. Um processo de aprendizagem, baseado em problemas, apresenta as seguintes características:

- O problema é o ponto de partida de todo o processo de aprendizagem. Para o trabalho com o problema, os estudantes são organizados em pequenos grupos e têm o suporte de um facilitador;
- A partir do problema, todos os conhecimentos do grupo são mobilizados para a geração de hipóteses explicativas, que conduzem à identificação de objetivos de aprendizagem;
- Após uma busca ativa de novas informações, pelos estudantes, utilizando-se de múltiplos recursos de aprendizagem para responder aos objetivos traçados, as hipóteses formuladas, anteriormente, são “testadas” e enriquecidas ou modificadas de acordo com os conhecimentos adquiridos.

c) Aprendizagem no contexto

Segundo achados em investigações científicas, os conhecimentos, adquiridos em contextos semelhantes àqueles em que deverão ser utilizados, permanecem mais acessíveis na memória, facilitando sua recuperação e aplicação.

Por isso, os currículos dos programas educacionais, que são elaborados nessa perspectiva, procuram assegurar a máxima similaridade entre o contexto, onde a aprendizagem acontece, e aquele onde os profissionais (estudantes) deverão atuar. A aprendizagem no contexto se expressa nos seguintes aspectos:

- A aprendizagem dar-se-á, preferencialmente, em torno de problemas ou temas, gerados no âmbito de encontros estudante-usuário/paciente e/ou interações entre estudantes entre si e estudante/comunidade;
- Os estudantes têm oportunidade para vivenciarem diferentes situações, que correspondem, progressivamente, àqueles reais, de acordo com o contexto do seu ambiente de trabalho.

d) Abordagem por Competências, Multidisciplinar e Integrada

Uma abordagem multidisciplinar e integrada é favorecedora de uma compreensão profunda dos fenômenos, relacionados à saúde, por parte do estudante-trabalhador. Outra dimensão da integração, que é valorizada nos currículos, refere-se aos aspectos, relacionados às competências, que devem ser desenvolvidas pelos profissionais de saúde ao longo de seus processos de formação e educação permanente.

A Abordagem por Competências vem marcando, fortemente, os processos de reforma educacional em diferentes países, desde a década de 1960. No Brasil, ela pauta a educação de modo mais intenso, a partir dos anos de 1990. Seu conceito vem recebendo diferentes significados, às vezes, contraditórios e, nem sempre, suficientemente claros para orientar a prática pedagógica das escolas. Para o Conselho Nacional de Educação do Brasil (CNEB), entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários ao desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Compreendendo a importância de bem conceber esta abordagem, no campo da educação, para orientar os programas de formação, a Escola de Saúde Pública do Ceará, tomando esta abordagem como referência para o desenho de seus currículos, aponta o socioconstrutivismo como referencial epistemológico, que orienta a concepção de competência, compreendendo que o sujeito constrói conhecimentos, partindo do que ele já conhece sobre o assunto, sendo fundamental a sua participação ativa para o desenvolvimento das competências profissionais em seu itinerário formativo. Compreende-se, assim, que competência vai para além do fazer, exclusivamente técnico, e o seu desempenho eficiente e eficaz está para além da atividade e responsabilidade exclusiva do sujeito da ação. Envolve, também, uma ação coletiva e o contexto de trabalho.

Para Le Boterf (2005), “ser competente é ser capaz de agir e de sair-se bem com competência dentro de uma situação de trabalho (atividade a realizar, evento que se mostra a frente, problema a resolver, projeto a realizar). Ser competente é colocar-se em atividade em uma prática profissional pertinente, mobilizando uma combinação apropriada de recursos (saber, saber-fazer, comportamento, modo de raciocínio) (...), para o desempenho eficiente e eficaz de atividades, requeridas pela natureza do trabalho”. O autor, também, reconhece a competência como atributo coletivo, sem contudo deixar de fazer uma reflexão sobre a dimensão pessoal.

A ESP/CE entende essa dimensão com um sentido desafiador, à medida que a formação, baseada em competências, deve articular conhecimentos amplos e específicos de maneira a promover uma maior capacidade de análise de situações complexas para apoiar a tomada de decisão do(s) sujeito(s) envolvido(s) na ação.

É sob essa perspectiva que a capacidade técnica não pode ser, unicamente, considerada quando falamos de competência, pois não se faz suficiente ante os desafios, situados em sistemas complexos de atuação profissional, como é o caso da saúde. Le Boterf (2005) defende:

Ser competente significa saber agir e reagir, diz-se: “saber o que fazer” e “quando”. Frente aos imprevistos e frente a complexidade dos sistemas e das lógicas de ação, o profissional deverá saber tomar as iniciativas e as decisões, negociar e arbitrar, fazer as escolhas, tomar os riscos, reagir, inovar no cotidiano e tomar as responsabilidades. Para ser reconhecido como competente, não basta mais ser capaz de executar o prescrito, mas de ir além do prescrito (LE BOTERF, 2005, p.59).

Desse modo, o desenvolvimento de atitudes e habilidades, tanto no campo cognitivo - incluindo o raciocínio científico - como nos âmbitos afetivo ou perceptual-motor, será valorizado e conduzido de forma integrada à aquisição de conhecimentos no processo de aprendizagem. A ênfase na formação de atitudes, usualmente escassas nos programas tradicionais para o ensino, na área da saúde, busca, inclusive, responder às demandas crescentes por um profissional dotado de uma visão integral dos principais problemas de saúde.

Essa concepção de competência traz grandes desafios para as instituições formadoras, à medida que exige novos desenhos curriculares, com metodologias e estratégias pedagógicas, que permitam a coerência entre o proposto e o praticado, nas diversas etapas do desenvolvimento curricular, envolvendo os diferentes sujeitos dos processos formativos.

A abordagem por competência, multidisciplinar e integrada se expressará nos seguintes aspectos:

- O desenho dos currículos dos diversos programas educacionais deve ser baseado no desenvolvimento de competências, conforme concepção acima apresentada;
- A organização curricular deve assumir a configuração de módulos, que devem ser multidisciplinares, ou seja, incluir conceitos de diferentes áreas e disciplinas, relacionadas à saúde pública;
- O desenvolvimento de habilidades e atitudes, requeridas para a abordagem do(s) problema(s) em estudo, dar-se-á, simultaneamente, e de forma integrada à aquisição de conhecimentos a eles relacionados;
- As diversas dimensões, que compõem as competências, esperadas do estudante-trabalhador - dimensões técnicas, científicas, pessoais e profissionais, relacionadas ao sistema de saúde e à sociedade - serão abordadas no âmbito dos módulos, de forma integrada, em torno do problema ou do tema em estudo.

e) Orientação e base na comunidade

Os programas educacionais, orientados e baseados na comunidade, são direcionados para formar profissionais aptos a lidarem com os problemas de saúde, mais relevantes no contexto onde eles atuarão, assegurando a coerência entre o perfil estudante-trabalhador e as necessidades da população e configurações do sistema de saúde.

Os programas educacionais, que têm orientação e base na comunidade, apresentam as seguintes características:

- Os conteúdos curriculares refletem as necessidades da comunidade e abordam os problemas de maior prevalência e relevância no contexto socio-sanitário da população;
- A aprendizagem dá-se, majoritariamente, em estreita relação com a comunidade ou em ambientes e estruturas a ela pertencentes;
- A experiência do trabalho de saúde na comunidade é utilizada como um fator de estímulo para que os profissionais possam avaliar e analisar as forças políticas, sociais, culturais e econômicas, que influenciam a saúde e a doença, e como um instrumento para o desenvolvimento de suas capacidades para atuarem em equipe com outros profissionais.

4.3.3 Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem são caracterizadas pelo ensino centrado no estudante, pelo desenvolvimento da autonomia do mesmo na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço. Esses tipos de metodologias vêm tendo destaque na formação em saúde nas últimas décadas. Elas representam a ruptura do modelo tradicional de ensino e passam a estruturar a educação de forma integrada, reflexiva e crítica, de maneira a desenvolver, nos estudantes, a capacidade de encontrarem soluções para um problema em consonância com o perfil psicossocial da comunidade na qual ele está inserido (CYRINO e TORALLES-PEREIRA, 2004; MARIN et al, 2010; MITRE et al, 2008).

Nas metodologias ativas de ensino-aprendizagem, o estudante deixa de receber, passivamente, os conteúdos, assumindo a responsabilidade pela sua aprendizagem. Por meio de processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e discussões em grupo, o estudante é instigado a estabelecer relações entre suas experiências prévias e os novos conceitos em estudo, a fim de construir novos significados, novas interpretações e relações. É um método que estimula a autoaprendizagem e facilita a educação permanente, porque desperta a curiosidade do estudante e valoriza aquilo que tem importância, que tem significado para sua vida (profissional, intelectual, social). O professor, nesse novo contexto, atua como facilitador ou orientador do processo de ensino, guiando o estudante para que faça pesquisas, reflita e decida, por ele mesmo, o que fazer para atingir o objetivo de aprendizagem (MARIN et al, 2010; MITRE et al, 2008).

Os métodos de aprendizagem ativa trabalham, intencionalmente, com problemas para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e valorizam o aprender a aprender (BERBEL, 1998). A reflexão, sobre as situações-problema, desencadeia a busca de fatores explicativos e a proposição de solução ou soluções para os problemas. Desta forma, problematizar significa ser capaz de responder ao conflito intrínseco que o problema traz (ZANOTTO, DE ROSE, 2003). Os conhecimentos são construídos pelo estudante, que precisa ser reorganizado à sua estrutura cognitiva prévia para descobrir relações ou conceitos que ele precisará assimilar e reestruturar (GARCIA MADRUGA, 1996).

Dentre as metodologias ativas, que embasam a formação e o desenvolvimento profissional em saúde, três são apontadas como principais: Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) ou Problem Based Learning (PBL), como é mais conhecido, Metodologia da Problematização e Aprendizagem Baseada em Equipes – Team Based Learning (TBL).

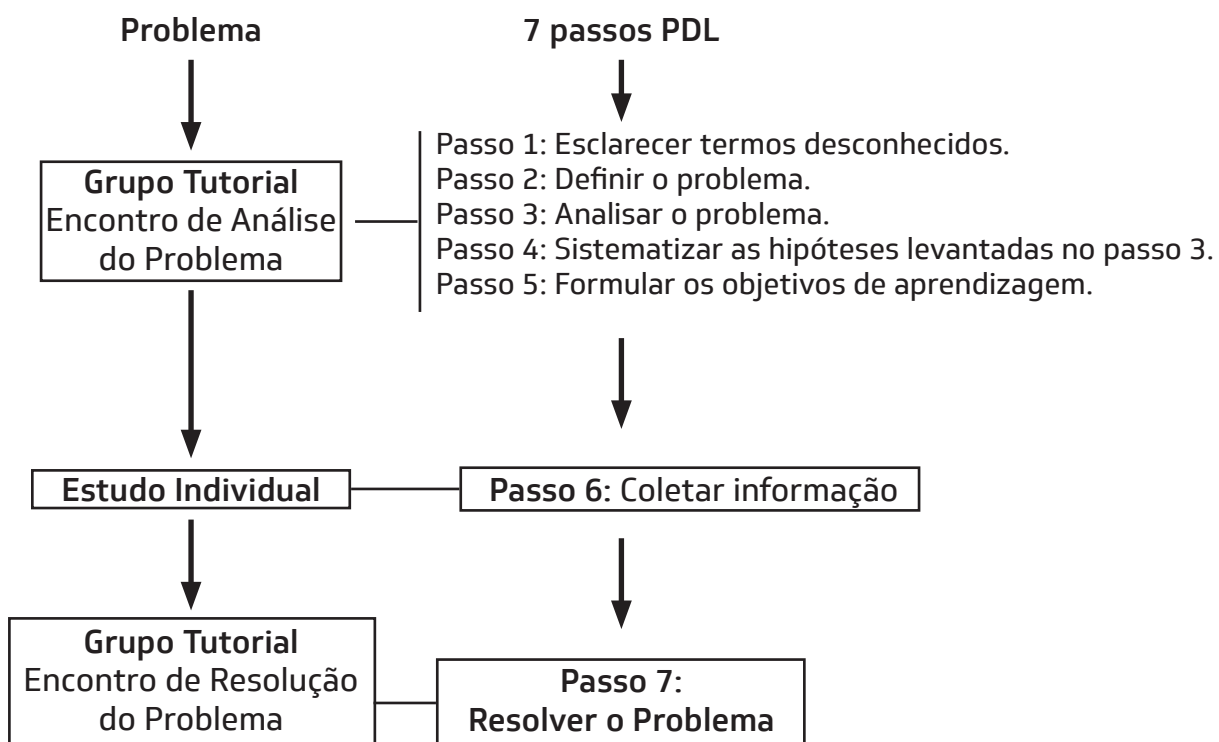
4.3.3.1 Problem Based Learning (PBL)/Aprendizagem Baseada em Problemas

Problem-Based Learning (PBL)/Aprendizagem Baseada em Problemas, nascida na Universidade McMaster, no Canadá, e, hoje, amplamente, adotada em diversos países, é considerada como uma das mais importantes inovações no campo da educação dos profissionais de saúde nas últimas décadas e guarda estreita coerência com os princípios da aprendizagem, consolidados pela investigação no campo da psicologia cognitiva. O PBL permite, por suas características essenciais, superar muitas das limitações centrais da educação convencional e vem, conseqüentemente, sendo adotado como eixo central em diversas escolas, que atuam na formação e educação permanente de profissionais de saúde, e em muitas instituições em diversos países, incluindo o Brasil.

De maneira sintética, no PBL, o processo de aprendizagem é estruturado por meio dos trabalhos de grupos tutoriais (GT), formados por oito a dez estudantes, atuando com o suporte de um facilitador, integrante do corpo docente. Nos grupos tutoriais, os conhecimentos são compartilhados e sistematizados em torno de problemas previamente elaborados. Os grupos tutoriais são, dessa maneira, o eixo do processo de aprendizagem em torno do qual se articulam as demais atividades educacionais complementares, como os treinamentos de habilidades e atitudes, as práticas na comunidade, os projetos individuais e em equipes, as práticas de laboratório, mini-exposições interativas e outras.

Os grupos tutoriais seguem uma abordagem sistemática, intitulada “Sete Passos do PBL” (Figura 1), que se inicia pela definição e análise de um problema, para a qual os estudantes buscam, neste primeiro momento, utilizar-se de conhecimentos de que eles já dispõem. Uma avaliação de lacunas e conhecimentos a serem adquiridos para a resolução do problema gera objetivos de aprendizagem, que, no momento subsequente, orientam a busca de fontes de informações e o estudo individual. Reunidos, novamente, em seu grupo tutorial, os participantes compartilham os resultados de seu estudo individual, aplicando-os à resolução do problema e verificando, com a ajuda do tutor, se os tópicos foram abordados e o problema resolvido, incluindo as propostas de transformação da realidade, quando pertinente.

Figura 1: O ciclo do PBL e os Sete Passos



4.3.3.2 Metodologia da Problematização

A Metodologia da Problematização baseia-se no aumento da capacidade do estudante em participar como agente de transformação social, durante o processo de detecção de problemas reais e de busca por soluções originais. Procura mobilizar o potencial social, político e ético do estudante, para que este atue como cidadão e profissional em formação. No Brasil, essa Metodologia fundamenta-se nos princípios de Paulo Freire, tendo como referência os trabalhos de Diaz Pereira, pautados no arco de Maguerz, que propõe um esquema de problematização da realidade em cinco etapas: observação da realidade; identificação dos pontos-chave; teorização; hipóteses de solução e aplicação à realidade (MARIN et al, 2010).

Arco da Problematização de Maguerz



A primeira etapa é a “observação da realidade”, quando é identificado o problema. É o início de um processo de apropriação de informações pelos participantes, que são levados a observarem a realidade em si, com o seu olhar, e a identificarem-lhe as características para, mediante os estudos, encontrarem soluções, que contribuam para a transformação da realidade encontrada. Os estudantes, apoiados pelo facilitador, selecionam uma das situações e a problematizam.

Definido o problema a estudar/investigar, inicia-se a segunda etapa, que consiste em uma reflexão acerca dos possíveis fatores e determinantes maiores, relacionados ao problema, possibilitando uma maior compreensão da complexidade e da multideterminação do mesmo. Os estudantes, também, deverão observar a existência das variáveis menos diretas, que interferem na existência do problema em questão. Tal reflexão culminará na “definição dos pontos-chave do estudo”, cuja investigação possibilitará uma nova reflexão sobre o mesmo. Os pontos-chave podem ser expressos de forma variada: questões básicas, que se apresentam para o estudo; afirmações sobre os aspectos do problema; tópicos a serem investigados; ou, ainda, por outras formas. Assim, possibilita-se a criatividade e flexibilidade nessa elaboração, após a compreensão do problema pelo grupo. É necessário que os estudantes percebam que os problemas de ordem social são complexos e, geralmente, multideterminados. O estudo deve ser crítico e reflexivo, tendo em vista que os estudantes estão, a todo o momento, em busca da solução do problema. A partir dessa análise, os estudantes devem elaborar a síntese dos pontos essenciais, que deverão ser estudados, no intuito de compreender o problema de maneira profunda e encontrar formas de interferir na realidade para solucioná-lo.

A terceira etapa, a da “teorização”, é o momento de construir respostas mais elaboradas para o problema. Os dados obtidos, registrados e tratados, são analisados e discutidos, buscando-se um sentido para eles, tendo sempre em vista o problema. Todo estudo, até a etapa da teorização, deve servir de base para a transformação da realidade. Então se chega à quarta etapa, a das “hipóteses de solução”, em que a criatividade e a originalidade devem ser bastante estimuladas para se pensar nas alternativas de solução. Bordenave (1989) afirma que o estudante usa a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la.

A quinta etapa, a da “aplicação à realidade”, é aquela que possibilita o intervir, o exercitar, o manejar situações associadas à solução do problema. A aplicação permite fixar as soluções geradas e contempla o comprometimento do pesquisador para voltar para a mesma realidade, transformando-a em algum grau (COLOMBO; BERBEL, 2007).

A Metodologia da Problematização resulta, portanto, em uma aprendizagem significativa, pois considera a interação entre os conhecimentos prévios e o aprofundamento dos temas em estudo, para a descrição do processo de aprendizagem, visto que isso possibilita o estabelecimento de associações entre os elementos novos e aqueles já presentes na estrutura cognitiva. A aprendizagem significativa estrutura-se em um movimento de continuidade - o estudante é capaz de relacionar o conteúdo apreendido aos conhecimentos prévios - e de ruptura - surgimento de novos desafios, os quais deverão ser trabalhados pela análise crítica, levando o aprendiz a ultrapassar suas vivências (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004; MITRE et al, 2008).

4.3.3.3 Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL)

Uma alternativa de Metodologia Ativa de Aprendizagem, na educação de trabalhadores da saúde, é a Aprendizagem Baseada em Equipe – Team Based Learning (TBL). O TBL é uma estratégia educacional bem definida, que está sendo utilizada cada vez mais na educação. Foi desenvolvida, originalmente, para as escolas de negócios e outras de ensino superior.

Há vários estudos na literatura que mostram evidência empírica dos potenciais benefícios do TBL no processo de ensino-aprendizagem, levando a um maior envolvimento dos estudantes, uma maior qualidade nos processos de comunicação e as melhores notas nas avaliações, nos exames de certificação de categorias profissionais, como no National Board of Medical Examiners (NBME).

O TBL é composto por três fases que se repetem. Durante a primeira fase, os estudantes leem e estudam, independentemente, o material para estudo antes da aula. Durante a segunda fase, os estudantes realizam um teste para avaliar sua compreensão básica de fatos e conceitos, incluídos na fase 1 do estudo, do material.

Após o teste individual, equipes pré-designadas de 5-7 estudantes voltam a fazer o mesmo teste, formando um consenso sobre cada resposta. Essas respostas consensuais são avaliadas para imediato feedback.

Quando o professor sente que os estudantes já têm o domínio dos conceitos fundamentais, adquiridos nas fases 1 e 2, o grupo, então, deve realizar atividades de aplicação na fase 3. Durante a fase 3, os estudantes trabalham em suas equipes, em atribuições que oferecem a oportunidade de aplicarem os conhecimentos adquiridos nas fases 1 e 2, em problemas do mundo real.

4.3.3.4 Simulação Realística

A simulação realística é um método avançado para treinamento e, na área da saúde, vem sendo utilizada no treino de habilidades, principalmente em atividades de risco. Dessa forma, a simulação realística objetiva aumentar a segurança do processo de aprendizagem no treinamento de atividades práticas. Na área da saúde, sua aplicação é ainda recente, mas vem apoiada por alta tecnologia e é reproduzida por meio de cenários clínicos com equipamentos específicos que possibilitem desenvolver experiências da vida real. São utilizados: simuladores, manequins e atores, em instalações apropriadas que criam um ambiente simulado de atendimento nas diversas áreas da saúde e em diferentes situações de saúde em geral com o objetivo de estimular e garantir a segurança no processo de capacitação na assistência ao paciente.

É uma formação contemporânea com abrangência multiprofissional que trará para a Escola de Saúde Pública ESP/CE, a partir de 2020, uma valorização para os métodos de aprendizagem na busca de aperfeiçoar as atividades educacionais. O currículo que agrega à sua estrutura de aprendizagem cenários especializados, preocupa-se com uma proposta destinada ao desenvolvimento de competências exigidas para o exercício das profissões da saúde, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

A Simulação Realística é um método educacional que pode ser utilizado em todas as etapas de um curso da saúde e pode ser distribuída de acordo com planejamento das unidades curriculares propostas. Apresenta de forma gradual ao discente diferentes cenários, que podem ser simples ou complexos e contemplam desde o treinamento de procedimento de menor complexidade ou habilidade específica, chegando a simulações de alta fidelidade (High-Fidelity Simulation).

É desenvolvida em espaço criado especificamente para este fim: o Centro de Simulação Realística (CSR). O CSR da Escola de Saúde Pública Paulo Marcelo Martins Rodrigues – ESP/CE fornece ferramentas para a criação de cenários apropriados para a formação segura e interativa de futuros profissionais da saúde, simulando situações com diversos graus de complexidade e esferas que envolvem o cuidado em saúde.

Nesta proposta metodológica, são estimuladas também as tomadas de decisão e as relações interpessoais, completando um conjunto de atividades que proporcionam experiências voltadas ao desenvolvimento de capacidades técnicas psicomotoras, cognitivas e afetivas.

4.3.3.5 Educação a Distância

O sistema de ensino brasileiro para os trabalhadores da saúde ainda não está devidamente preparado para assumir, em curto prazo, o processo de capacitação de toda a demanda dos recursos humanos necessários. A carência de profissionais capacitados tem sido um dos fatores mais limitantes do desenvolvimento de serviços e programas para a população. Novas estratégias educacionais têm sido propostas, destacando-se a Educação a Distância (EaD).

De fato, a EaD tem sido uma das alternativas educacionais propostas para capacitar profissionais de uma maneira mais rápida, com qualidade e sem a necessidade de deslocamento constante por parte dos participantes. Isso é de fundamental importância no contexto do SUS, já que a maioria dos profissionais, a serem qualificados, já está inserida nos serviços de saúde e boa parte deles reside em diferentes locais, muitas vezes, distantes das instituições de ensino de saúde e dos diversos recursos tradicionais de ensino e aprendizagem (Universidades, bibliotecas de saúde, sociedades médicas, entre outros). Na realidade, a EaD, aliada às metodologias ativas de aprendizagem, pelas suas características, parece bastante adequada para a formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde.

4.3.3.6 Estratégias educacionais complementares

Além das estratégias educacionais, classicamente, utilizadas nas abordagens ativas de aprendizagem, como os Grupos Tutoriais (GT), no PBL, e o Arco de Maguerez, na Metodologia da Problematização, um conjunto de outras estratégias educacionais complementares pode ser utilizado para promover o desenvolvimento das competências, propostas no currículo, e o alcance dos objetivos de aprendizagem nas três dimensões: cognitivas, de habilidades e atitudinais. Exemplos de métodos complementares são Treinamentos de Habilidades (TH), Estudos de Caso (EC), Estudos Dirigidos (ED), Práticas na Comunidade (PC), Projetos em Equipe (PE), Ensino-Aprendizagem AutoDirigido (EAAD) e Ensino-aprendizagem em Ambientes de Trabalho (EAAT). Podem, ainda, ser utilizadas ferramentas de Educação a Distância (EaD), como fóruns virtuais e chats, disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

4.3.4 Desenho de Currículo Baseado em Competências

O desenho do currículo é um processo fundamental para o sucesso de um curso em qualquer abordagem educacional. Nas Metodologias Ativas de Aprendizagem, esse processo é imprescindível.

Na realidade, o termo currículo é compreendido de diferentes formas. Alguns acham que se trata, apenas, do conjunto dos conteúdos a serem cobertos por um determinado curso (conhecido como grade curricular). Outros pensam que, além do conteúdo, o currículo deve conter, também, os métodos e as técnicas de ensino. Outros são da opinião que, o currículo confunde-se com o próprio curso, devendo abranger desde sua justificativa, os objetivos de aprendizagem, sua estrutura, os conteúdos, os métodos, as técnicas de ensino e o processo de avaliação do facilitador, do estudante e do próprio curso (POSNER, 1987).

Há currículos que tendem a ser mais inovadores e os que são mais tradicionais, centrados no professor, com ênfase nos conhecimentos e estruturados em disciplinas. Contemporaneamente, tem sido, cada vez mais, proposta a utilização de currículos inovadores, que têm algumas características específicas, como centrados no estudante,

que enfatizam o desenvolvimento de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) e são baseados em problemas ou casos.

Em uma perspectiva mais abrangente, currículo pode ser conceituado como um plano para um determinado curso, que inclui a justificativa, as competências, os objetivos de aprendizagem, o perfil da clientela (conhecimentos, habilidades e atitudes prévios), os princípios e as premissas educacionais, a estrutura (módulos, unidades, seções, etc.), os conteúdos, os métodos e as técnicas de ensino, o sistema de monitoramento e a avaliação do facilitador, do estudante e do curso, como também o sistema de organização e gerenciamento do curso.

Existem, na literatura, diversos modelos para o desenho de um currículo, como os clássicos Tyler Rationale, publicado em 1949, e o Modelo de Johnson, de 1967, aprimorado em 1977 (POSNER, 1995). Mais recentemente, foram propostos outros modelos, como o Modelo de Harden (HARDEN, 1986), o Modelo de Posner & Rudnitsky (POSNER; RUDNITSKY, 1989), e a abordagem de Ten Cate (1997).

A abordagem de Ten Cate é uma proposta pragmática, que estabelece dez passos para desenhar um currículo. O Quadro 1 resume seu ponto de vista. Propõe-se, ainda, incluir a elaboração de um Mapa Conceitual, que apresenta o conjunto de tópicos e subtópicos a serem abordados no currículo, com suas interconexões.

Quadro 1: Dez passos para o desenho de um currículo.

1. Descrição da justificativa do currículo.
2. Análise do perfil da clientela – competências (conhecimentos habilidades e atitudes) prévias dos estudantes.
3. Elaboração das competências e dos objetivos de aprendizagem.
4. Estabelecimento das premissas e dos princípios educacionais, aplicados ao currículo.
5. Estruturação do currículo (Módulos, Unidades, Seções).
6. Descrição das unidades de aprendizagem e elaboração do material didático do curso.
7. Elaboração do sistema de avaliação da aprendizagem dos estudantes.
8. Descrição do modelo de organização do currículo.
9. Estabelecimento do processo de gerenciamento do currículo.
10. Montagem do sistema de avaliação do curso.

Essa sistemática pode ser usada para o desenho de qualquer currículo, principalmente, para o planejamento de cursos, que utilizam Metodologias Ativas de Aprendizagem. É bom ressaltar ainda, que a descrição dos passos, de maneira sequenciada, pode criar a falsa impressão que se trata de uma abordagem linear. Na realidade, muitos dos passos são inter-relacionados e muitos esboços são necessários antes da versão final do currículo. De fato, o desenho de um currículo é um processo, essencialmente iterativo, de frequentes idas e voltas.

Pode-se utilizar a Matriz de Competência, como uma ferramenta de planejamento curricular, na qual, para cada competência, são elaborados objetivos de aprendizagem, cognitivos, de habilidades e atitudinais, relacionando-os com um conjunto de estratégias educacionais e a carga horária estimada.

Várias vantagens da utilização dessa sistemática são descritas na literatura. Currículos elaborados dessa maneira respondem melhor às necessidades levantadas

(problemas identificados), ficam mais adequados ao contexto e à clientela; têm propósitos e objetivos de aprendizagem mais claros; têm uma maior coerência interna; ficam mais fácil de serem implementados e gerenciados; possuem um sistema de avaliação do estudante e do curso, coerente com os propósitos e objetivos de aprendizagem; e são mais efetivos e eficazes. Além disso, os docentes compreendem melhor a lógica do currículo, ficam mais motivados, e têm melhor desempenho e os estudantes ficam mais motivados e aprendem mais.

4.4 PRESSUPOSTOS DE PESQUISAS

Tratamos como pressupostos um conjunto de crenças, a epistemologia ainda aduz, que ele está relacionado a um valor, a um sentido, portanto, considerando as condições de conhecimento que valoram a formação das crenças, temos a pesquisa ou o senso comum. Para este texto, nos deteremos na pesquisa, condição de desenvolvimento do conhecimento. Antes de contemplarmos quais os pressupostos da pesquisa presentes no Projeto Político Pedagógico-PPP da Escola de Saúde Pública do Ceará-ESP/CE, será necessário inicialmente conceituar pesquisa, sendo assim, podemos entendê-la como:

[...] toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PÁDUA,1996, p.94).

A pesquisa científica busca esclarecer um problema através de um estudo planejado, que considera o método como caminho para este esclarecimento. Nestas condições a pesquisa científica vem para analisar, investigar, assim, contribuindo com a classificação dos fenômenos e na resposta aos questionamentos. Observamos então, que a pesquisa pode ser ampla em sua conceituação, diante do conceituado por Pedro Demo a pesquisa pode ser considerada um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático” (1996, p. 34).

A pesquisa científica está ligada diretamente à fundamentalidade enquanto meio de garantia para o saber formal. O espírito científico, ou seja, o entusiasmo pela ciência, deverá ser construído de maneira a fomentar a pesquisa, deste modo, podemos perceber que um está ligado ao outro. O meio acadêmico à pesquisa e a própria pesquisa ao meio acadêmico, a formalidade da ciência. Sobre esta observação, podemos esclarecer que “[...] o objetivo da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 1999, p. 42).

É fundamental que percebamos a pesquisa enquanto um meio de adquirir o conhecimento, para que se possa cumprir um papel de desenvolvedor do conhecimento, local onde encaixa-se a Escola de Saúde Pública do Ceará. O cultivo do espírito científico, ou seja, o entusiasmo pela ciência também não deve ser esquecido, visto que o mesmo gera o melhor espaço para o desenvolvimento das atividades de pesquisa (NAVES, 1998).

A prática científica está voltada para a capacidade de raciocinar logicamente, bem como de analisar situações para contribuir como a realidade vivenciada a fim de transformá-la, confrontando-a de forma relacional. Podemos dizer que se trata de uma forma de participar na história e não apenas condicionar-se a realidade posta. As informações em pesquisa são significativas, ou seja, são dotadas de capacidade de mudança das realidades.

A pesquisa é um meio para chegar-se ao conhecimento formal, portanto, podemos anuir que a formação educacional de nível superior pressupõe a pesquisa como uma garantia de saber, o que a torna relevante e fonte de desenvolvimento do conhecimento acadêmico. Segundo Ruiz (1985) a “Pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas da metodologia consagradas pela ciência” (p. 170). Podemos salientar que essa rigidez metodológica completa o caráter formal da investigação, elemento fundamental da pesquisa. Essa investigação busca dar uma resposta, uma solução satisfatória a um determinado problema, mas não reduz-se nela mesma, o que auxilia na formação de novas indagações e, posteriormente, mais conhecimento. As ciências evoluíram a partir da pesquisa (NAVES, 1998).

Para além das questões já levantadas, temos as condições da pesquisa como citado por Gallian (2008), que trata como conhecimento transmitido na história, não excluindo conhecimentos empíricos e o bom senso do pesquisador. Diante do descrito, temos que pressupostos são respostas prováveis para uma condição de pesquisa, condição esta que contempla a realidade a ser estudada por meio da cientificidade, destaca-se no PPP da ESP/CE os seguintes pressupostos de pesquisa:

1. Cientificidade, os meios pelos quais se realizará pesquisa serão dotados de ciência, assim, colaborando para a comunidade de forma fidedigna com métodos considerados científicos e teorias que abranjam a realidade a ser estudada.
2. Contemporaneidade do Estudo, considerando que a pesquisa tem rigor não apenas de método, científico, como teórico, estabelecemos a atualidade como um dos pressupostos de pesquisa, a fim de contemplar o desenvolvimento de estudos que abranjam as discussões mais recentes, assim, dialogando com as questões contemporâneas. Lembrando que a realidade é movimento e que as verdades científicas não são fixas e nem sempre hegemônicas.
3. Tal como cita Gramsci “Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto.” (1987, p.70).
4. A Ética Científica, tal pressuposto contempla dispositivos legais que serão fundamentais para o caminhar da pesquisa, além de definir uma segurança ao desenvolvimento da ciência. Este pressuposto lembra ainda que as pesquisas com seres humanos precisam observar as resoluções do Conselho Nacional de Saúde-CNS, para justamente a obtenção dos requisitos éticos de pesquisa.
5. Integridade na/da Pesquisa: o pressuposto pode ser considerado um resultado da ética científica, uma vez que ele é a materialização da conduta científica, que nega ao plágio e à falsificação da pesquisa. Esse pressuposto compreende a necessidade de gerar dados confiáveis e a conduta responsável diante da pesquisa.

4.5 CONCEPÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO

Os processos avaliativos, no âmbito educacional, em seu conjunto, devem constituir um sistema de avaliação, que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e das diversas modalidades, sendo constituído pela avaliação da aprendizagem, avaliação dos programas educacionais e avaliação institucional.

4.5.1 Avaliação da Aprendizagem

O processo de avaliação do aprendizado é peça central para o sucesso de um programa de ensino, mesmo que, muitas vezes, seja relegado a segundo plano. Muito esforço se faz no sentido de montar a estrutura do curso, seus objetivos de aprendizagem, seus métodos, seu cronograma e, por vezes, as estratégias de avaliação são subestimadas em importância, ou, o que pode ser pior, reduzidas a um conjunto de técnicas de mensuração do atingimento dos objetivos de aprendizagem pelos estudantes.

Na verdade, a avaliação da aprendizagem requer o uso de um número de métodos e técnicas para essa mensuração, mas é mais do que isto. É um processo sistemático, que desempenha um papel significativo no ensino efetivo. Esse processo se inicia com a identificação dos objetivos de aprendizagem e termina com um julgamento acerca da extensão em que esses objetivos foram atingidos (LINN; GRONLUND, 1993).

4.5.1.1 Tipos de avaliação da aprendizagem

Em busca de um sistema mais completo de avaliação da aprendizagem, propõem-se os seguintes tipos de avaliação, sugeridos por Airasian e Madaus (1972):

I. Avaliação de Situação (placement assessment): determina a performance do estudante no início do processo educacional.

A Avaliação de Situação está relacionada à performance de entrada do estudante e, tipicamente, enfoca questões como:

1. O estudante possui competências necessárias para o início do processo educacional planejado?
2. Em que extensão o estudante já desenvolveu as competências, que geram os objetivos de aprendizagem do programa educacional? Níveis suficientes de proficiência podem indicar um salto para outras unidades de aprendizagem ou um reenfoque dos conteúdos das unidades;
3. Em que extensão os interesses dos estudantes, seus hábitos de trabalho e estudo e suas características pessoais indicam que um método de ensino-aprendizagem poderia ser melhor que outro?

O uso de pré-testes, sobre os objetivos do programa e de aprendizagem, bem como as técnicas observacionais e os processos seletivos, dentre outros, podem auxiliar na avaliação da situação do estudante no programa educacional e da utilização dos métodos de ensino-aprendizagem mais adequados, não só para o programa educacional atual, mas para as futuras turmas.

II. Avaliação Formativa (formative assessment): monitora o progresso da aprendizagem durante o processo educacional.

A Avaliação Formativa é utilizada para monitorar o progresso da aprendizagem. Seu propósito é de prover feedback contínuo, tanto para o estudante, quanto para o facilitador a respeito de sucessos e falhas na aprendizagem. Feedback, para os estudantes, provê reforço no aprendizado exitoso e identifica problemas de aprendizagem específicos, que necessitam de correção. Feedback, para o facilitador, provê informação para possíveis adequações nos métodos e nas técnicas de ensino-aprendizagem. A Avaliação Formativa depende de instrumentos preparados, especificamente, para cada segmento do currículo

(unidade, módulo). Técnicas de observação, naturalmente, podem ser úteis, uma vez que a Avaliação Formativa é direcionada para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e seus resultados não são utilizados para a obtenção de notas para o programa educacional.

III. Avaliação Somativa (summative assessment) ou certificativa: avalia o alcance dos objetivos de aprendizagem no final do processo educacional.

A Avaliação Somativa/Certificativa ocorre no final da unidade ou do programa educacional, sendo desenhada para determinar a extensão do alcance dos objetivos de aprendizagem. É utilizada para a obtenção de graus ou notas ou para certificação da maestria do estudante nos desfechos de aprendizagem desejados. As técnicas, utilizadas para Avaliação Somativa, são determinadas pelas competências e pelos objetivos de aprendizagem, incluindo testes de aquisição de conhecimentos, escalas de mensuração de performance (p.ex. prática de exame físico) e avaliações de produtos do processo educacional (p.ex. relatórios de pesquisa, de atividades de campo, ensaios, etc.). Apesar do principal propósito da Avaliação Somativa ser a certificação do aprendizado pelo estudante, ela, também, provê valiosa informação à coordenação sobre a adequação dos objetivos e a efetividade do processo educacional.

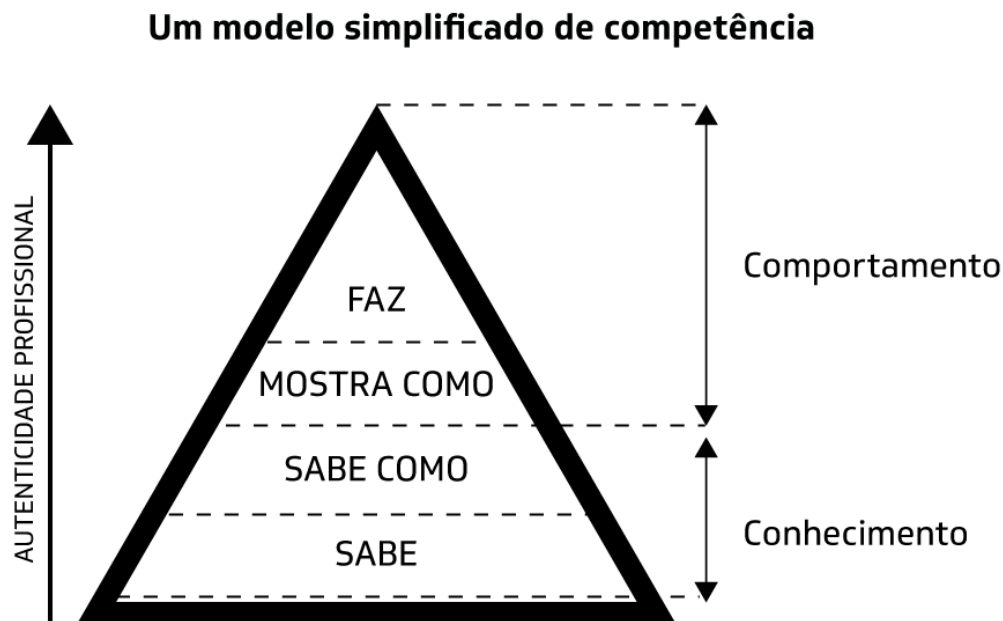
4.5.1.2 Avaliação de Competências Profissionais

Uma das questões relacionadas à avaliação da aprendizagem é a determinação do que avaliar. Podem-se avaliar conhecimentos (fatos, princípios, mecanismos, etc.), habilidades (cognitivas, psicomotoras, perceptuais, afetivas) e atitudes (comportamentos, opiniões, visões). No entanto, se o currículo é baseado em competências, deve-se optar por um sistema de avaliação, que avalie o grau de desenvolvimento das competências propostas pelo curso. Caso se deseje avaliar a capacidade de realizar determinada ação ou atividade no contexto real, trata-se de avaliação de performance ou desempenho profissional.

Para avaliar o componente cognitivo da competência, podemos nos basear na Taxonomia de Bloom, de acordo com o nível crescente de complexidade, incluindo: Conhecimento, Compreensão, Aplicação, Análise, Síntese e Avaliação.

Para a avaliação de competência como um todo, Miller (1990) propôs um modelo piramidal (Figura 2) no qual, na sua base, avalia-se o conhecimento (Saber); em uma camada acima, a habilidade cognitiva (Saber como); em seguida, a capacidade de demonstrar a competência em ambiente simulado (Mostra como); e, finalmente, a capacidade de demonstrar a competência no contexto real (Faz). Portanto, nas duas primeiras camadas da pirâmide avalia-se o campo cognitivo e nas duas últimas o campo comportamental.

Figura 2. Modelo de Avaliação de Competência de Miller (1990)



Miller GE. The assessment of clinical skills competence performance. *Academic Medicine (Supplement)* 1990. 65: 563-87.

Dentro desse modelo, diferentes métodos e instrumentos de avaliação devem ser utilizados. Assim, para avaliar o componente cognitivo da competência (“Sabe” e o “Sabe como”) testes factuais ou baseados no contexto clínico, por exemplo, devem ser utilizados. Exemplos destes tipos de testes podem ser questões de múltipla escolha, ensaio e avaliação oral. Para avaliar o componente comportamental da competência, diferentes métodos e instrumentos de avaliação de habilidades e de performance devem ser utilizados. No ambiente simulado (Mostra como), pode-se utilizar, por exemplo, o Oral Structured Clinical Examination (OSCE) e Testes baseados em Pacientes Simulados. No ambiente real (Faz), pode-se utilizar vídeos, testes, baseados em pacientes simulados, e observação direta, por exemplo.

4.5.2 Avaliação de Programas Educacionais

Outra dimensão da avaliação na Educação é a avaliação dos programas educacionais, que deve ser abrangente e estar atrelada a um processo de melhoria de qualidade. Assim, os programas educacionais, em uma perspectiva de consecução responsável, demandam ter a avaliação como atividade inerente à sua execução, vindo a subsidiar decisões aos seus proponentes e participantes, com vistas ao seu contínuo aprimoramento.

Integrando as decisões relativas ao delineamento da proposta avaliativa, está o desafio de se estabelecerem indicadores capazes de sintetizar dimensões de qualidade do objeto em análise. O processo de definição de indicadores é complexo, não só por que condensa a noção de qualidade que se está tomando, como referência para avaliação, mas, também, por dificuldades de operacionalização, em particular, quando se trata de investigar objetos multifacetados, usualmente, focalizados na pesquisa social, no âmbito em que se inserem as iniciativas em educação. Nesse contexto, que é complexo, todos os programas educacionais devem prever um conjunto de métodos e instrumentos de monitoramento e avaliação com diversos indicadores de estrutura, processo, resultado e impacto.

4.5.3 Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional é um instrumento, que contém o processo de acompanhamento contínuo das atividades e da implementação de mudanças necessárias à retomada da missão, proposta pela instituição.

O governo brasileiro, historicamente, busca, por meio de instrumentos normativos (Lei e Decretos), apoiar e estimular os gestores públicos à cultura da avaliação institucional. A exemplo disso, a publicação, em 14.04,2004, da Lei nº 10.861, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que prevê a criação de Comissões Próprias de Avaliação (CPA), com o objetivo de proceder à autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior (IES) e, em 23 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.378, instituindo o Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), sistema de gestão pública, caracterizado pela orientação a pelos resultados, que atendam às demandas dos cidadãos e gerem ganhos de qualidade.

O Instrumento de avaliação, preconizado pelo Sinaes, pode ser aplicado em instituições públicas ou privadas, enquanto que o preconizado pelo GESPÚBLICA é exclusivo para o serviço público.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP),

A avaliação das Instituições de Educação Superior tem caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Tal ocorre, em especial, quando conta com a participação efetiva de toda a comunidade interna e, ainda, com a contribuição de atores externos do entorno institucional. Nesses casos, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação, que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e as finalidades acadêmica e social” (BRASIL, 2004).

Segundo o Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA),

“Avaliar a gestão de um órgão ou entidade público é verificar o grau de aderência das suas práticas gerenciais ao Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP), concebido a partir dos critérios de excelência, utilizados no Brasil e em diversos países e que representam o “estado da arte” da gestão contemporânea. O Modelo é a representação de um sistema de gestão, constituído de 8 critérios interligados e interatuantes, que concorrem para construção de órgãos e entidades públicos de alto desempenho”.

Na busca de estabelecer nexos possíveis de interlocução entre as avaliações, Farias Filho (2011) analisou os instrumentos de autoavaliação em blocos temáticos e “observou que os instrumentos, preconizados pelo SINAES e pelo GESPÚBLICA, lograram organizar um sistema descritivo, coerente e amplo, que proporciona um conhecimento qualitativo e holístico do objeto avaliado”

Nesse contexto e com embasamento nos instrumentos de avaliação, preconizados pelo SINAES e Modelo de Excelência, a equipe gestora da Escola de Saúde Pública do Ceará desenvolve um trabalho participativo de planejamento, acompanhamento e monitoramento continuado da gestão das ações acadêmica (ensino, pesquisa, extensão) e da gestão estratégica e operacional, visando à melhoria da qualidade na ESP/CE, a orientação pedagógica dos cursos, a definição de uma concepção de excelência acadêmica a ser alcançada e a estruturação de um Banco de Dados do Sistema Acadêmico de Gestão Unificada (SAGU) para socializar o fluxo de informações relevantes.

4.5.3.1 Procedimentos metodológicos

Considerando-se que a Avaliação Institucional da ESP/CE ocorre tanto interna quanto externamente, o universo da pesquisa, em sua dimensão interna, é composto por docentes, corpo técnico-administrativo e discentes. O universo da avaliação externa é acrescido dos egressos dos cursos de pós-graduação, cursos livres, cursos técnicos e pós-técnicos, elementos da sociedade, usuários das atividades de pesquisa e extensão.

4.5.3.2 Autoavaliação da gestão

A autoavaliação da gestão se desenvolve em quatro processos, dispostos de forma distinta, mas inter-relacionados e interatuantes, representando o Ciclo PDCA.

4.5.3.2.1 Processo de Planejamento:

a) Subprocesso: Planejamento da sustentabilidade financeira.

Neste subprocesso, é elaborado o projeto anual de execução e, em seguida, o mesmo é apresentado à Comissão Técnica de Avaliação de Projeto (Comtap) para análise e aprovação e posterior negociação com o financiador.

b) Subprocesso: Seleção e preparação dos facilitadores.

A seleção dos facilitadores é realizada mediante seleção pública para professor-visitante, por meio de edital.

A preparação dos facilitadores é realizada em oficinas presenciais, tomando como referência o Instrumento de Avaliação da Gestão Pública (IAGP).

4.5.3.2.2 Processo de execução

a) Subprocesso: Realização do Seminário de Lançamento da Autoavaliação nas Entidades e nos Serviços de Saúde.

b) Subprocesso: Seleção, inscrição das entidades candidatas à autoavaliação.

Para se inscrever, o dirigente da entidade (Secretário, Diretor, Coordenador de Unidades de Saúde, Superintendente) preenche um formulário de inscrição, assina e encaminha à Adins/ESP/CE, dentro do prazo definido no cronograma do ciclo.

c) Subprocesso: Realização da autoavaliação da gestão.

Autoavaliação da gestão é o diagnóstico interno, feito pela própria entidade, e significa verificar o grau de aderência das suas práticas de gestão em relação ao referencial de excelência - Modelo de Excelência da Gestão (MEGP) - com ênfase nos resultados institucionais.

O subprocesso se caracteriza pela participação incondicional de todos os gestores e as demais lideranças, e começa pela indicação de uma equipe com representantes de cada área da instituição, que atuará como relator interno, sob a orientação de um facilitador, disponibilizado pela Adins/ESP/CE. Na oportunidade, são descritas as práticas de gestão e identificadas as oportunidades de melhoria, conforme as alíneas dos oito critérios do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP).

A descrição da prática de gestão deve conter as seguintes informações:

- O que é feito;
- Onde é feito (setores e pessoas envolvidas);
- Com que periodicidade é feito;
- Há quanto tempo é feito;
- A sistemática de controle;
- Os mecanismos de aprendizado utilizados.

d) Subprocesso: Elaboração do Plano de Melhoria da Gestão (PMG).

Com base nos resultados da autoavaliação, a entidade seleciona alguns requisitos, que, na sua interpretação, precisam ter suas práticas melhoradas e elabora o PMG.

O Plano de Melhoria da Gestão (PMG) é um instrumento de gestão constituído, de um conjunto de metas e ações, estabelecidas a partir do processo de autoavaliação da gestão da organização, com vistas a transformar a sua ação gerencial e melhorar o seu desempenho institucional, utilizando a ferramenta 5W2H.

Por ser um instrumento de melhoria da gestão, o PMG independe do planejamento estratégico e dos planos dele decorrentes, nem os substitui. Pode, entretanto, contemplar metas de implementação ou de melhoria do próprio sistema de planejamento estratégico da organização avaliada.

e) Subprocesso: Validação externa.

Concluída a autoavaliação e elaborada o PMG, a entidade encaminha os resultados à Adins/ ESP/CE, que valida a pontuação e confere certificação com o nível de gestão, em nome da entidade, com validade de um ano.

A validação externa consiste no processo de verificação dos aspectos relevantes da autoavaliação da gestão, com vista ao estabelecimento de um consenso entre a entidade, que concluiu, e o facilitador, indicado pela Adins/ESP/CE.

4.5.3.2.3 Processo de implementação das melhorias e monitoramento dos resultados

Aprovado o PMG, a entidade passa, imediatamente, a implementar as ações de melhoria, designando responsáveis para cada ação e estabelecendo pontos de verificação ao longo do ano.

4.5.3.2.4 Processo de avaliação

Ao final da implementação do PMG, a entidade realiza uma nova autoavaliação, elabora um novo Plano de Melhoria, reiniciando, assim, um novo ciclo da melhoria contínua da gestão.

Essa forma de avaliação, além de contribuir para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela instituição de ensino, também traz subsídios importantes para a regulação e formulação de políticas educacionais. Mediante análises documentais, visitas in loco, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional, as comissões externas ajudam a identificar acertos e equívocos da avaliação interna, apontam fortalezas e debilidades institucionais, apresentam críticas e sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providências a serem tomadas (BRASIL, 2006).

Os indicadores da avaliação externa devem estar balizados pela Missão e pelo Projeto Pedagógico Institucional, próprios e dependentes da dimensão, da natureza e dos propósitos que a instituição de ensino define para si. Eles devem levar em conta a diversidade dos contextos, atores, processos e das atividades das escolas, dando atenção às especificidades e, ao mesmo tempo, permitindo o delineamento de uma visão global da instituição (BRASIL, 2006).

O resultado desta avaliação produz recomendações, gera proposições e projetos de ação, apresenta alterações a serem feitas nos programas desenvolvidos, indica onde e como as metas e os objetivos dos diversos atores e as unidades da instituição podem ser revertidos em aspectos alinhados à sua missão, potencializando os recursos existentes (BRASIL, 2006).

5. POLÍTICAS E DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA ESP/CE

5. POLÍTICAS E DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA ESP/CE

Neste tópico, são apresentadas as políticas e diretrizes pedagógicas da ESP/CE, todas elas norteadas pelas concepções e pelos pressupostos descritos no item 4.

5.1 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A Escola de Saúde Pública do Ceará, de acordo com sua missão institucional de qualificar profissionais das mais diversas áreas de saúde, tem acumulado, ao longo dos anos, uma extensa experiência em ensino na saúde. Essa experiência tem se baseado nas necessidades, surgidas a partir das políticas públicas, que, dentre outros aspectos, expressam a carência de um contingente, cada vez maior, de trabalhadores qualificados para atuarem no SUS.

A ESP/CE, desse modo, qualifica e aperfeiçoa os recursos humanos e forma profissionais com novas possibilidades de realização econômica e pessoal, no exercício de atividades de largo alcance social, ao mesmo tempo em que contribui para minimizar as dificuldades da população, pela elevação dos padrões de qualidade do atendimento à saúde.

Para tanto, a Escola, sempre, buscou aliar metodologias de aprendizagem ativa, voltadas ao desenvolvimento de competências, não só na dimensão técnica, mas, também, científica, profissional, social e política, que possibilitem garantir a formação de profissionais, comprometidos com a realidade que os cerca, além de estimular posturas profissionais dinâmicas, ativas, críticas e reflexivas e em constante sintonia com o desenvolvimento dos processos tecnológicos.

Por isso, as políticas de ensino-aprendizagem da ESP/CE tomam como base as concepções e os pressupostos da Política de Educação Permanente em Saúde (PEPS), sobretudo no que se refere à aprendizagem no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho. Desse modo, a ESP/CE propõe a utilização de um modelo de ensino-aprendizagem com o objetivo de, a médio e longo prazo, promover o desenvolvimento de competências, por meio de programas educacionais, direcionados aos trabalhadores da saúde, que atuam ou que venham a atuar nos serviços de saúde, que compõem o SUS, visando à melhoria da qualidade da atenção à saúde da população. Para ser efetivo, tal modelo deverá caracterizar-se, dentre outros, pelos seguintes aspectos:

- Vinculação da aquisição de novos conhecimentos à melhoria da prática profissional;
- Abordagem educacional, baseada em competências, incluindo o desenvolvimento de habilidades e atitudes, além do conhecimento;
- Ênfase nas habilidades de comunicação para aperfeiçoar e enriquecer a relação profissional-usuário/comunidade;
- Ênfase na aprendizagem colaborativa em grupos;
- Aprendizagem com base em dados da realidade dos educandos e orientada para a qualidade da atenção;
- Desenvolvimento do hábito da aprendizagem autodirigida de longo prazo;
- Desenvolvimento do hábito de avaliação da prática profissional e de mensuração de desfechos;
- Indução de uma cultura de mudança e renovação.

Desse modo, a educação permanente de profissionais de saúde, dentro da proposta da ESP/CE, deve ser entendida como um continuum, com uma extremidade aberta, a se fechar apenas quando da cessação das atividades do profissional ao término

de sua carreira. Isso significa que considera-se a visão de um profissional em processo ininterrupto de reconstrução de si próprio, que nunca está completo, formado ou, finalmente, acabado, mas em uma condição permanente de identificação e preenchimento de lacunas, de descoberta de insuficiências, de resolução de imperfeições tão múltiplas quanto às variedades de suas experiências de trabalho.

5.1.1 Organização Didático-Pedagógica

A organização didático-pedagógica da ESP/CE está estruturada em quatro Áreas Programáticas:

1. **Gestão em Saúde:** com foco na implantação de políticas públicas prioritárias para o SUS, com ênfase na gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, na perspectiva das Redes de Atenção à Saúde, resolutivas, bem como o fortalecimento das relações interfederativas, no sentido de melhorar o acesso e a qualidade da atenção à saúde, efetivando a regionalização e concretizando os princípios doutrinários do SUS.
2. **Atenção à Saúde:** designa a organização estratégica do sistema e das práticas de saúde em resposta às necessidades da população, incluindo as ações e os serviços de promoção, prevenção, reabilitação e tratamento de doenças. É expressa em políticas, programas e serviços de saúde, consoante os princípios e as diretrizes que estruturam o SUS.
3. **Vigilância à Saúde:** compreende a articulação entre a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de práticas na área de vigilância à saúde, utilizando, como estratégia, a educação permanente dos profissionais que atuam no SUS, visando à melhoria da qualidade na prestação de serviços, da referida área, à população em geral.
4. **Residências em Saúde:** Apoia o desenvolvimento de residências médicas, multiprofissionais e em área profissional da saúde no Estado, orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais. São uma modalidade de pós-graduação lato sensu caracterizada pela formação em serviço, funcionando em instituições de saúde, sob supervisão de profissionais de saúde capacitados. A Residência Médica, instituída pelo Decreto Federal nº 80.281, de 5 de setembro de 1977 e Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, é considerada o “padrão ouro” da especialização médica. As Residências Multiprofissionais em Saúde foram criadas com a promulgação da Lei nº 11.129 de 2005 e incluem as seguintes profissões da saúde: Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional (Resolução CNS nº 287/1998).
5. **Educação Profissional em Saúde:** compreende o processo de desenvolvimento de programas de formação técnica, pós-técnica e de educação permanente dos profissionais de nível médio para as diversas áreas de atenção, gestão e vigilância à saúde, incluindo, também, projetos de extensão e investigação científica.

A ESP/CE conta, ainda, com uma equipe de assessoramento na área acadêmica, que dá suporte às atividades pedagógicas das áreas programáticas, a saber:

Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde (Cedes): de caráter transversal, com a finalidade de exercer a coordenação compartilhada do planejamento, da metodologia, padronização, do acompanhamento e da avaliação dos cursos de responsabilidade da ESP/CE, executados por qualquer das suas áreas. O Cedes é responsável pela orientação dos programas educacionais da Escola, provendo suporte técnico às Diretorias e aos Centros para adoção de abordagens educacionais inovadoras, com atividades voltadas à

disseminação de novas metodologias de ensino-aprendizagem, como o PBL, a Metodologia da Problematização e o TBL. Outros aspectos educacionais inovadores, também, são estimulados pelo Cedes, como a construção de currículos, baseados em competências; a proposição de estratégias de ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho; o desenvolvimento de sistemas de avaliação de estudantes e programas educacionais, baseados em competências; as estratégias para o desenvolvimento profissional permanente; a concepção e execução de Programas de Desenvolvimento Docente; o uso de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), incluindo a modalidade da Educação a Distância (EaD); dentre outras atividades. Dentro desta estrutura acadêmica, a ESP/CE:

- Pautará suas ações de ensino nos princípios ditados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996; pelo DOU, de 23.12.1996; Decreto nº 2.207, Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006; DOU, de 10.5.2006; Parecer CNE/CEB nº 17/97; pela Resolução CNE/CEB nº 04/99; Resolução CNE/CES nº 01/2001; Resolução CNE/CES nº 01/2007; Resolução CNE/CES nº 01/2018, de 06/04/2018/ Resolução CEC nº 360/2000; Resolução CEC Nº 384/2004; Resolução CEC nº 389/2004; Resolução CEC nº 392/2004; Resolução CEC nº 413/2006, da Educação Profissional; Resolução CEC nº 424/2008, de 11/06/2008; Resolução nº 466/2018, de 07/02/2018; Resolução CEE nº 470/2018, de 22/08/2018/Resolução CEE nº 481, de 27 /03/2020, sendo atualizados sempre que surgirem novas legislações.
- Desenvolverá ações de educação nos níveis básico, técnico e de pós-graduação Lato Sensu, além de outras que se fizerem necessárias:
- Oferecerá programas educacionais, destinados à formação, capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos na área de saúde.
- Além disso, as ações de educação serão organizadas de acordo com as áreas profissionais, incluindo as respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e cargas horárias mínimas, conforme legislação em vigor.

Assim, a ESP/CE, para operacionalização e execução de seus programas educacionais, terá como atribuições a definição das diretrizes pedagógicas e administrativas, o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação dos programas, a coordenação dos processos de seleção, capacitação do corpo docente, a articulação e definição dos campos de estágio e a expedição dos certificados de conclusão, para os estudantes que tenham desenvolvido as competências necessárias ao novo perfil profissional.

Todo esse processo será acompanhado pela Coordenação Pedagógica, ligada ao Cedes, junto às Diretorias e aos Centros de Educação Permanente, para garantir que os programas educacionais se desenvolvam em conformidade com os princípios teóricos e metodológicos adotados na Escola, descrito neste PPP.

O corpo docente, que desenvolverá as atividades dos cursos, será selecionado pela Escola, respeitando os imperativos jurídicos de seleção pública, bem como as exigências educacionais que os cursos requerem. Durante o processo de seleção, os candidatos são submetidos a várias etapas, cuja finalidade é a garantia da contratação de profissionais, devidamente qualificados para a implementação das atividades de formação e educação permanente em saúde.

A ESP/CE oferece capacitação pedagógica ao corpo docente, por meio de um Programa de Desenvolvimento Docente (PDD), com a finalidade de proporcionar-lhe a apropriação dos procedimentos institucionais, bem como dos aspectos metodológicos e avaliativos, utilizados nos programas educacionais e dos seus conteúdos. Essa capacitação

será desenvolvida a partir de uma metodologia vivencial e participativa onde os docentes terão oportunidade de estudo, com momentos presenciais e de prática profissional, vivenciando, assim, a metodologia, as estratégias educacionais adotadas e a dinâmica do trabalho educativo. Ao longo de todo o processo, os docentes selecionados serão avaliados pela Coordenação Pedagógica, podendo ser desligados, caso não apresentem postura ética e desempenho profissional satisfatório.

5.1.1.1 Premissas e Diretrizes dos Programas Educacionais

A ESP/CE, por meio deste documento, assume o compromisso de adotar um modelo educacional que favoreça a formação de um profissional apto a uma prática renovada, coerente com os desafios do seu tempo. Para tanto, empenhar-se-á para que o desenho de seus programas educacionais reflita as inovações efetivas no processo de ensino-aprendizagem no campo da saúde.

A seguir, apresentam-se as Premissas sobre as quais os programas educacionais da ESP/CE devem fundamentar-se e as Diretrizes Gerais, que possibilitarão que estas sejam postas em prática. Descrevem-se, ainda, as principais características do modelo de Educação Permanente a ser adotado pela ESP/CE.

a) Premissas

Os programas educacionais da ESP/CE devem fundamentar-se em um conjunto de premissas, que constituirão os pilares sobre os quais os currículos desses programas educacionais devem ser elaborados, baseados nas concepções pedagógicas, descritas no item 4, a saber:

- Centrado no estudante;
- Baseado em problemas;
- Aprendizagem no contexto;
- Abordagem por competências, multidisciplinar e integrada;
- Orientação e base na comunidade.

b) Diretrizes Gerais

Para que essas premissas sejam colocadas em prática, os programas educacionais da ESP/CE devem adotar as seguintes diretrizes gerais:

- Os programas educacionais e cursos são oferecidos nos seguintes tipos, de acordo com a sua carga horária: Cursos Livres, com até 359 horas; e Cursos de Especialização, lato sensu, a partir de 360 horas. Os Cursos Livres incluem: Cursos Básicos, com até 79 horas; Cursos de Atualização, com 80 a 179 horas; Cursos de Aperfeiçoamento, com 180 a 359 horas. São oferecidos, também, os Cursos Técnicos, com, no mínimo, 1800 horas; e Cursos Pós-Técnicos, com, no mínimo, 375 horas.
- Os programas educacionais podem ser oferecidos nas seguintes modalidades: presenciais, quando todas as atividades educacionais são realizadas presencialmente; semipresenciais, quando parte das atividades educacionais são realizadas em formato presencial e outra parte a distância; e a distância (EaD), quando todas as atividades educacionais são realizadas a distância e na modalidade remota .
- A Aprendizagem Baseada em Problemas/Problem-Based Learning (PBL) deverá ser adotada como a principal perspectiva educacional dos currículos dos programas educacionais lato sensu.

- A Metodologia da Problematização deverá ser empregada como perspectiva educacional central nos programas educacionais da Educação Profissional.
- A Aprendizagem Baseada em Equipes/Team Based Learning (TBL) será uma alternativa de metodologia ativa para uso em grandes grupos.
- O Programa de Desenvolvimento Docente (PDD), coordenado pelo Cedes, deve ser implementado, sistematicamente, para capacitação docente, e incluir conceitos e procedimentos relacionados a todo o processo de ensino-aprendizagem, proposto neste PPP.
- Um conjunto articulado de estratégias educacionais, apropriadas para a abordagem dos diversos aspectos integrantes das competências dos profissionais/estudantes, será utilizado, ao longo dos currículos dos programas educacionais. Tais estratégias, necessárias para promover o desenvolvimento de aspectos atitudinais ou relacionados a habilidades, estarão articuladas às atividades educacionais, propostas para o alcance dos objetivos cognitivos.
- Os currículos dos programas educacionais serão estruturados em módulos, que serão organizados, seguindo uma abordagem “em espiral”, de modo que possibilite que problemas similares sejam tratados diversas vezes, ao longo do currículo, em níveis de profundidade e/ou sob ângulos de visão diferentes.
- A prática em serviços de saúde e equipamentos comunitários será estimulada, ao longo dos programas educacionais, e realizada, tomando, como base, estratégias de ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho. Sempre que possível, essas estratégias serão realizadas sob a responsabilidade de profissionais dos serviços (preceptores), previamente, selecionados e capacitados, supervisionados por docentes do curso. Sempre que possível, buscar-se-á integrar as práticas nos serviços de saúde às demais estratégias educacionais, articulando-se o processo de aprendizagem, desenvolvido nos diversos espaços.
- O treinamento/desenvolvimento de habilidades deverá ser realizado, de forma contínua e regular, desde o início dos currículos, utilizando ambientes simulados com infraestrutura adequada do Centro de Simulação Realística. Os aspectos, abordados no treinamento/desenvolvimento de habilidades, estarão relacionados aos problemas em discussão, dos temas em estudo nos módulos, assegurando-se a integração entre as diversas dimensões da aprendizagem.
- Sempre que possível, uma reserva adequada de tempo será proporcionada ao estudante para que, além de participar das atividades educacionais planejadas, possa organizar suas próprias atividades de estudo, refletir sobre as experiências desenvolvidas e sobre o feedback, que lhe é dado por colegas e professores.

5.1.2 Desenho/Organização Curricular

O processo de elaboração de um currículo envolve várias etapas, incluindo a identificação de objetivos de aprendizagem, bem como a construção de experiências de aprendizagem para os estudantes. Enquanto que a perspectiva tradicional de currículo está, estreitamente, associada às ideias de “documento oficial”, a perspectiva moderna dá cada vez mais importância ao docente, como ator essencial na interpretação, elaboração e reformulação do currículo, adaptando-o às situações concretas.

A ESP/CE procura conciliar, na construção do currículo de seus diferentes cursos, as demandas identificadas, sua vocação institucional e sua capacidade de atendimento. Não se esquecendo de atender aos princípios norteadores, que propiciem a inserção e a reinserção profissional dos seus estudantes no mercado de trabalho atual e futuro.

Nessa perspectiva, a ESP/CE adota a abordagem de Ten Cate, cuja proposta estabelece dez passos para o Desenho de Currículo Baseado em Competências, descrito no item 4, deste documento.

Assim, cada currículo a ser desenhado, deverá ser composto por uma justificativa, pelas competências, pelos objetivos de aprendizagem, pelo perfil da clientela (conhecimentos, habilidades e atitudes prévios), pelos princípios, pelas premissas educacionais, pela estrutura (módulos, unidades, blocos, etc.), pelos conteúdos, os métodos e pelas técnicas de ensino, pelo sistema de monitoramento e pela avaliação do estudante e do curso, como também pelo sistema de organização e gerenciamento do curso.

A ESP/CE procura, também, um contínuo aprimoramento do processo de formação, renovando e atualizando o currículo, segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho, sem esquecer os valores que fomentem a criatividade, iniciativa e a liberdade de expressão.

5.1.3 Perfil Geral do Egresso

Espera-se do egresso da ESP/CE, um perfil geral, marcado por profissionais com:

1. Aptidão para aplicar os princípios, as diretrizes e políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), de maneira ampliada e sistêmica.
2. Capacidade analítica, visão crítica e competência para responder aos desafios demandados pelo SUS.
3. Capacidade para participar de ações de planejamento e gestão em saúde, na sua área de atuação, para promover o bem-estar da comunidade.
4. Formação geral e humanística, com a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos profissionais e sociais.
5. Postura colaborativa, que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e desenvolvimento da cidadania.
6. Capacidade de adaptação a novas situações.
7. Preparo para o efetivo exercício da profissão, a partir dos processos de formação e de educação permanente em saúde.
8. Postura pautada em princípios éticos, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania e excelência técnica, promovendo a saúde integral do ser humano.
9. Capacidade para a identificação de necessidades de aprendizagem individual e coletiva, incluindo a promoção da construção e socialização do conhecimento, promoção do pensamento científico e crítico e apoio à produção de novos conhecimentos.
10. Capacidade de reflexão sobre a própria prática, buscando aprender pela troca de saberes com profissionais da área da saúde e outras áreas do conhecimento, para identificação e discussão dos problemas, estimulando o aprimoramento da colaboração e da qualidade da Atenção, Gestão e Vigilância em Saúde.

5.1.4 Sistemas de Avaliação da ESP/CE

A ESP/CE terá três sistemas de avaliação, integrados entre si: o Sistema de Avaliação da Aprendizagem (SAA), o Sistema de Avaliação dos Programas Educacionais (SAPE) e o Sistema de Avaliação Institucional (SAI).

5.1.4.1 Sistema de Avaliação da Aprendizagem

Envolvendo vários métodos distintos de ensino-aprendizagem, consoantes com o desenvolvimento de competências e alcance de diferentes tipos de objetivos de aprendizagem, os programas educacionais da ESP/CE devem estruturar seus sistemas de avaliação da aprendizagem coerentes com os pressupostos e as abordagens inovadoras, apresentadas neste documento.

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem deve permitir, efetivamente, a determinação da natureza e extensão do desenvolvimento do estudante, durante e após o processo de ensino-aprendizagem, e basear-se nos seguintes princípios e diretrizes (LINN, 1995; NFA, 1998):

a) O propósito primário da avaliação é melhorar a aprendizagem do estudante

O sistema de avaliação dos programas educacionais da ESP/CE, incluindo atividades de avaliação cognitiva, de habilidades e de atitudes, é organizado no intuito de aprimorar o processo de aprendizagem dos estudantes. O sistema provê informações úteis sobre o quanto dos objetivos de aprendizagem foram atingidos e sobre o progresso de cada estudante. A avaliação deve, assim, estar integrada ao planejamento curricular e à definição metodológica.

b) O sistema de avaliação deve dar suporte aos processos de ensino-aprendizagem

O sistema de avaliação traz à coordenação dos programas educacionais informações valiosas sobre a condução da instrução, a relevância do conteúdo, o ritmo das atividades, o nível dos estudantes e, conseqüentemente, da qualidade do produto da educação. A utilização regular do sistema de avaliação de estudantes, como um instrumento para a avaliação do programa, é uma importante ferramenta educacional.

c) O sistema de avaliação deverá ser justo para com todos os estudantes

O sistema de avaliação de estudantes da ESP/CE, incluindo seus instrumentos, sua política, suas práticas e seus usos, procurará ser justo com todos os estudantes, buscando não limitar suas oportunidades presentes e futuras. Uma das formas de garantir atributos justos é utilizando múltiplos métodos de avaliação do progresso do estudante e múltiplas maneiras do estudante expressar sua compreensão, performance e atitudes.

d) O processo de comunicação sobre a avaliação é regular e claro

Todos os participantes do processo educacional, estudantes, docentes e coordenadores, devem ter clareza das características e dos métodos do sistema de avaliação em uso naquele programa educacional. Ainda, a divulgação dos resultados do processo de avaliação deve ser de forma ética, propiciando um feedback que, ao mesmo tempo, transmita informação precisa e confiável sobre o desempenho do estudante, garantindo confidencialidade e respeito à individualidade do educando e promova seu crescimento, como aprendiz.

e) A definição e explicitação clara do que será avaliado têm prioridade no processo de avaliação

A efetividade da avaliação depende mais de uma descrição cuidadosa, do que será avaliado, que das técnicas e dos procedimentos de avaliação. Isto significa que no passo a passo, durante os cursos, devem estar muito claros as competências a serem desenvolvidas e os objetivos de aprendizagem a serem atingidos, tanto para o estudante, quanto para o grupo de docentes.

f) Um procedimento de avaliação deve ser selecionado de acordo com as características dos objetivos a serem mensurados

Procedimentos de avaliação, frequentemente, são selecionados com base nos critérios de objetividade, acurácia ou conveniência. Apesar de serem importantes, são secundários ao principal critério, ou seja, à efetividade do método para mensurar o alcance dos objetivos específicos de aprendizagem. Cada procedimento é apropriado para alguns usos e inapropriado para outros. Na avaliação do alcance da aprendizagem, pelo estudante, por exemplo, sua habilidade em organizar ideias e escrever uma composição coerente e concisa, um teste de múltipla escolha, seria uma pobre alternativa, comparado às avaliações, baseadas na análise dos escritos do estudante como monografias, ensaios, projetos, etc.

g) Uma avaliação abrangente requer uma variedade de procedimentos

Nenhum tipo de instrumento ou procedimento isolado pode avaliar o vasto leque de desfechos do processo de aprendizagem, como uma competência, por exemplo. Testes de múltipla escolha e de respostas curtas são úteis para a mensuração de conhecimento, compreensão e aplicação do aprendizado, porém ensaios e outros projetos escritos são mais apropriados para avaliar a habilidade de organizar e expressar ideias. Assim, uma imagem completa do aprendizado, pelo estudante, requer o uso de diferentes procedimentos de avaliação.

h) O uso apropriado dos procedimentos de avaliação requer uma percepção de suas limitações

Os procedimentos de avaliação variam de instrumentos, extremamente, elaborados (como testes-padrão de desenvolvimento de atitudes) a menos complexos (como técnicas de autoavaliação). Mesmo os melhores instrumentos educacionais ou psicotécnicos de mensuração são passíveis de falhas. É preciso, porém, conhecer a extensão da possibilidade de erro de cada instrumento e levar em consideração as limitações no seu uso.

i) O sistema de avaliação de estudantes deve garantir estratégias de validade e confiabilidade em suas atividades

Durante o planejamento das atividades de avaliação, deve-se se preocupar com estratégias que assegurem validade e confiabilidade. A revisão técnica das atividades de avaliação, a utilização de múltiplos avaliadores, a uniformidade na preparação e performance de avaliadores e elaboradores de atividades de avaliação, a coerência com os conteúdos e objetivos de aprendizagem do curso e com os domínios do conhecimento envolvidos são algumas dessas estratégias.

Três tipos de avaliação da aprendizagem podem ser utilizados na ESP/CE: avaliação de situação, avaliação formativa e avaliação certificativa. A seguir, uma breve descrição de cada uma delas:

A) Avaliação de Situação

A Avaliação de Situação, nos cursos da ESP/CE, terá, primariamente, o caráter de pré-teste, no intuito de revisar, quando possível, as atividades instrucionais e desenvolver uma avaliação progressiva, comparativa com testes subsequentes no curso. A Avaliação de Situação deverá ser aplicada durante a primeira sessão, ou aula, do curso, de preferência, antes do início das atividades dos módulos ou das unidades.

B) Avaliação Formativa

A ESP/CE utilizará as seguintes estratégias de Avaliação Formativa:

1. Avaliação do Instrutor/facilitador: de acordo com a metodologia empregada, o instrutor/facilitador desenvolverá uma avaliação individual (a cada estudante) e do grupo, utilizando instrumentos, especificamente, elaborados para tanto. Assim, os facilitadores dos grupos tutoriais de PBL, por exemplo, realizarão a Avaliação Formativa do estudante e do grupo a cada sessão. O feedback da avaliação do facilitador será dada ao grupo e individualmente no final de cada módulo. O facilitador, também, realiza feedback informal ao estudante ou ao grupo a qualquer momento, quando identificada a necessidade.
2. Autoavaliação do grupo e do estudante: ao final de cada módulo, será dada a oportunidade ao grupo de se autoavaliar, utilizando instrumentos e atividades próprias para isto. Ainda, um instrumento de autoavaliação individual será utilizado de interesse do próprio estudante.
3. Avaliação de performance: dependendo da atividade instrucional, o facilitador utilizará instrumentos formativos de avaliação; por exemplo, uma atividade de exposição oral será avaliada ou atividades de treinamento/desenvolvimento em Habilidades de Comunicação e/ou Clínicas, além da apresentação oral de Linhas Diretivas serão avaliadas formativamente.
4. Avaliação do relator e de seu relatório (Sessões de PBL): nos cursos que utilizam trabalhos em grupos, como o PBL, cada sessão contará com a elaboração de um relatório, de responsabilidade do relator, que é um estudante escolhido sob regime de rodízio, dentre os membros do grupo. O facilitador trará uma avaliação escrita do relatório, na sessão seguinte à da entrega do relatório, utilizando instrumentos e critérios próprios.

C) Avaliação Certificativa (Somativa)

Os cursos da ESP/CE utilizarão diversos métodos de avaliação para a certificação do desenvolvimento das competências e para o alcance dos objetivos de aprendizagem do estudante. Para fins de avaliação, o módulo é a unidade certificativa do curso, significando que cada módulo terá sua graduação específica (nota). Considera-se que cada módulo deve levar ao desenvolvimento de uma ou mais competências e constitui um conjunto de objetivos de aprendizagem cognitivos, de habilidades e atitudinais, indispensáveis ao curso. Consequentemente, o desempenho do estudante deve ser aferido a cada módulo, quanto ao atingimento de seus objetivos e à frequência/assiduidade às atividades.

Um mínimo de 70% (setenta por cento) do escore total do módulo constituirá critério para a aprovação, naquele módulo. Sendo exigida uma frequência, mínima, de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades do curso de Pós -Graduação Lato Sensu (especialização) e de 85% (oitenta e cinco por cento) para os cursos livres.

Para os cursos de formação técnica, considera-se, um mínimo, de 60% de frequência mínima total para a aprovação em cada módulo. De igual forma, será exigida uma frequência, mínima, de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades do curso.

O não atingimento dos objetivos e a baixa frequência às atividades gerarão uma situação de insuficiência do estudante no curso, necessitando do estabelecimento de um processo de recuperação, quando possível. Por outro lado, o cumprimento das atividades, propostas do módulo, conferirá, ao estudante, créditos referentes àquele módulo, que poderão ser usados quando de situações emergenciais e extremas (abandono prematuro do curso, por exemplo). Até dois anos após, o estudante, nessas situações, poderá usar os créditos obtidos para a conclusão das atividades do curso, mediante solicitação à coordenação. A coordenação terá a primazia de avaliar a possibilidade e adequação da solicitação do reingresso do estudante no curso, caso o curso esteja disponível..

As coordenações dos cursos, conjuntamente com o suporte do Cedes, deverão planejar, com antecedência, as atividades de avaliação da aprendizagem, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste documento, utilizando os instrumentos e procedimentos específicos.

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem de cada curso deverá ser divulgado a instrutores, facilitadores e estudantes, nos primeiros momentos do curso, e deverá ser dado espaço para esclarecimento de dúvidas e discussões sobre as atividades avaliativas. Cada atividade de avaliação (por exemplo, um teste cognitivo) aplicará uma rotina, previamente, decidida, que incluirá prazos bem definidos para:

1. o desenho do teste;
2. a coleta de itens;
3. a revisão técnica dos itens;
4. a montagem do teste;
5. a revisão metodológica do teste;
6. a produção;
7. a aplicação;
8. a correção,
9. a revisão da correção;
10. a divulgação dos resultados;
11. e a revisão dos resultados (pelos estudantes).

Uma descrição detalhada sobre a operacionalização do Sistema de Avaliação da Aprendizagem será apresentada no Regimento Escolar da ESP/CE.

5.1.4.2 Sistema de Avaliação dos Programas Educacionais

Todos os programas educacionais da ESP/CE devem ser avaliados, sistematicamente, por meio do Sistema de Avaliação de Programas Educacionais a ser concebido pelo Cedes junto às Diretorias e aos Centros de Educação Permanente. Esse processo avaliativo se inicia com a identificação dos objetivos do programa e termina com um julgamento acerca da extensão em que esses objetivos foram atingidos. Será constituído pela mensuração do rendimento escolar do estudante (desenvolvimento das competências e do alcance dos objetivos de aprendizagem cognitivos, de habilidades e de atitudes), por meio do Sistema de Avaliação da Aprendizagem, e de diversos aspectos, relacionados ao funcionamento do

curso. A avaliação será dinâmica, contínua, cumulativa e inerente ao processo de ensino-aprendizagem, subsidiando uma permanente reflexão sobre os objetivos definidos.

A Avaliação dos Programas Educacionais terá por finalidade verificar e ajustar o funcionamento, a infraestrutura e os recursos disponíveis, visando a obter um diagnóstico preciso do sistema educacional, além de contribuir para o alcance dos objetivos curriculares propostos, tornando mais efetivas todas as atividades de ensino-aprendizagem. Portanto, essa avaliação deve ser abrangente e estar atrelada a um processo de melhoria de qualidade, devendo considerar, dentre outros aspectos, sua execução e seu impacto na atenção à saúde, a adequação às necessidades dos profissionais e da comunidade, a adequação à proposta curricular e metodológica e o impacto social.

Serão estabelecidos indicadores gerais (estrutura, processo, resultado e impacto), a serem utilizados por todos os programas educacionais, e específicos, de acordo com as características de cada programa. Um conjunto de métodos e instrumentos de monitoramento e avaliação será proposto.

5.1.4.3 Sistema de Avaliação Institucional

O Sistema de Avaliação Institucional (SAI) estará integrado ao SAA e ao SAPE, descritos anteriormente, e será coordenado pela Adins. O SAI estará relacionado à melhoria da qualidade dos serviços prestados pela ESP/CE e estará embasado nas concepções de avaliação institucional, apresentadas no item 4, deste documento, com ênfase no aprimoramento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e no aprofundamento dos seus compromissos e suas responsabilidades sociais, como Instituição de Ensino Superior e Educação Profissional, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e diversidade, da afirmação da autonomia e identidade institucional.

A avaliação institucional será realizada em duas modalidades: a avaliação interna, ou autoavaliação, e a avaliação externa, seguindo os parâmetros, estabelecidos no item 4, deste documento.

Os resultados, dessa avaliação, deverão produzir recomendações; gerar proposições e projetos de ação; apresentar alterações, a serem feitas nos programas desenvolvidos; indicar onde e como as metas e os objetivos, dos diversos setores e unidades da instituição, podem ser revertidos em aspectos alinhados à sua missão, potencializando os recursos existentes (BRASIL, 2006).

5.1.5 Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado Obrigatório está previsto na legislação federal, Lei nº 11.788, de 25/09/2008 – Lei do Estagiário, que dispõe sobre o estágio de estudantes; na Orientação Normativa nº 7, de 30/10/2008, que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; na Resolução CNE/CEB/2004 nº 1, que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio de estudantes da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos; e na Resolução CEC nº 466/2018, de 7 de fevereiro de 2018.

A Lei do Estagiário trouxe maior segurança jurídica nas relações de estágio, esclarecendo quem pode ofertá-los, qual a documentação necessária para sua realização, qual a carga horária semanal, além de estabelecer o número de estagiários que devem ser acompanhados pelo orientador de estágio, dentre outras.

Segundo essa Lei, para que seja caracterizado como estágio supervisionado obrigatório, é necessária a existência de instrumento jurídico, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização. Portanto, o Estágio Supervisionado Obrigatório, dos cursos técnicos da ESP/CE, somente terá início depois de providenciados os seguintes documentos:

- Acordo de Cooperação, firmado entre a Instituição de Ensino e a Instituição Concedente;
- Termo de Compromisso, firmado entre o estudante, a Instituição Concedente e a Instituição de Ensino;
- Seguro contra acidentes pessoais, de responsabilidade da Instituição de Ensino;
- Ficha de Acompanhamento de Estágio, com registros efetuados pelo estagiário e assinada pelo orientador de estágio e o coordenador do curso;
- Relatório de Atividades, preenchido pelo estagiário, de acordo com o modelo padronizado pela Instituição de Ensino.

Os estudantes assinarão o Termo de Compromisso perante a parte concedente do estágio, com a interveniência da ESP/CE, assumindo a anuência do caráter de inexistência de vínculo empregatício. A ESP/CE responsabilizar-se-á pela organização, orientação, supervisão e avaliação do estágio.

De acordo com a Resolução CEC nº.466/2018 art. 18, o Estágio Supervisionado Obrigatório, previsto na organização curricular dos planos dos cursos, será de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da carga horária mínima, exigida para o curso técnico de educação profissional de nível médio, acrescidos a esta carga horária mínima, para cômputo da carga horária total do curso.

Conforme previsto no Art. 11, da Resolução CNE/CEB/2004 nº 1, e acordado no Termo de Compromisso, nos casos em que o estudante já estiver inserido no processo de trabalho em saúde e que a avaliação do seu desempenho seja satisfatória, contemplando a competência estabelecida na unidade didática, a carga horária do estágio poderá ser reduzida. De acordo com o Art. 10, § 2º, da Lei nº 11.788/2008, o percentual mínimo de redução é de 50% (cinquenta por cento).

A Lei nº 11.788/2008 exige que o estágio seja realizado somente com orientação e supervisão contínua e direta dos orientadores de estágio, que deverão se dedicar, exclusivamente, a essa atividade, não podendo, em hipótese alguma, acumular suas atividades profissionais no mesmo período, mesmo que sejam funcionários da Instituição Concedente.

Determina, ainda, que o estagiário cumpra, integralmente, as horas de estágio previstas, com obrigatoriedade de 100% de frequência. O controle dessa frequência e a compensação de ausência deverão ser registrados na Ficha de Acompanhamento de Estágio, que é o instrumento mais utilizado no processo de avaliação do estágio, por auxiliar no acompanhamento sistemático e na análise do desempenho do estagiário. Para isso, a ESP/CE adotará verificações de aprendizagem periódicas de avaliação.

5.1.5.1 Estrutura do Estágio Supervisionado Obrigatório

O Estágio Supervisionado Obrigatório, incluído na proposta pedagógica da ESP/CE, será realizado, levando-se em consideração a legislação específica e a matriz curricular do curso, onde consta a previsão de estágio para as unidades didáticas, que exigem desempenho de competências técnicas, incluindo o domínio de diversos procedimentos. O estágio supervisionado, em termos educacionais, é um tipo de estratégia de ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho.

Deve propiciar vivência de situações reais, aplicação dos conhecimentos adquiridos, associando teoria e prática, visando a uma formação condizente com o contexto atual. Deve, ainda, estimular o questionamento e promover a integração ensino-serviço com a comunidade, por meio de vivência profissional em ambientes genuínos de trabalho.

O campo de estágio deverá oferecer as condições mínimas, necessárias à realização dos procedimentos, incluindo a estrutura física e os equipamentos, além da organização do processo de trabalho, sendo responsabilidade da ESP/CE verificar se tais condições atendem, plenamente, às necessidades de aprendizagem dos estagiários. Este será realizado em Instituições de Direito Público ou Privado.

A ESP/CE disponibilizará os orientadores de estágio, conforme a complexidade dos serviços de saúde e sua capacidade de acolher maior ou menor número de estudantes, respeitando as normas das instituições e as especificidades da legislação estadual e nacional.

O orientador de estágio é responsável direto por seu grupo de estagiários, devendo efetuar e assinar todos os registros, correspondentes às atividades desenvolvidas. Todas as ações, praticadas pelo estagiário, serão acompanhadas por esse profissional, principalmente aquelas que possam trazer algum tipo de risco para o cliente.

O estagiário será integrado, gradualmente, no campo de estágio, partindo de procedimentos mais simples até os mais complexos, evitando-se situações que possam dificultar sua adaptação aos mais diversos procedimentos e riscos, inerentes ao tipo de atividade e ao próprio ambiente de trabalho. Cada estagiário será informado, previamente, sobre as normas de implementação do estágio supervisionado e sobre os critérios adotados na avaliação.

A avaliação do desempenho do futuro profissional técnico, no decorrer do estágio supervisionado, incluirá a avaliação do desenvolvimento de competências, com ênfase nas habilidades e atitudes, e será realizada com o objetivo de conhecer a qualidade do seu trabalho, bem como diagnosticar as deficiências, que poderão existir, buscando superá-las durante o processo de formação. Instrumentos e procedimentos avaliativos adequados para o ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho serão utilizados.

A instituição de ensino, por meio da participação de seus estudantes e professores em programas de estágio, poderá atualizar programas, currículos, métodos e técnicas para adequar o conhecimento às demandas e necessidades dos serviços de saúde e do mercado de trabalho em geral. Portanto, a responsabilidade pelo estágio supervisionado deve ser de todos os atores envolvidos no processo, quais sejam o coordenador de curso, os docentes e os discentes, que, em conjunto, devem zelar pela qualidade das atividades desenvolvidas.

Desse modo, os Cursos Técnicos da ESP/CE incluem, como atividade indispensável, o estágio curricular supervisionado, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de competências nos estudantes, para atuarem, junto ao cliente, com segurança, ética, humanização e respeito. Além disso, possibilita a integração teoria e prática, colocando o estudante frente a ações de promoção, prevenção, controle, recuperação e reabilitação, referenciadas nas necessidades de saúde individual e coletiva, determinadas pelo processo gerador de saúde e doença.

5.1.5.2 Estágio Supervisionado Obrigatório em tempos de Pandemia

O Parecer CEE nº 0205/2020, de 27 de julho de 2020, orienta as instituições de ensino que ofertam Educação Básica, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Superior, que compõem o Sistema de Ensino do Estado do Ceará, a darem continuidade às atividades letivas por meio remoto até 31 de dezembro de 2020, mesmo após autorização para a retomada das atividades presenciais nesse período pelas autoridades competentes,

e dá outras providências. A ESP/CE vem atendendo o que preconiza o referido Parecer, tendo em vista ser esta Escola ligada ao Sistema Estadual de Ensino.

5.2 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE PESQUISA EM SAÚDE

5.2.1 Diretrizes

O desenvolvimento de pesquisas em temas relevantes, para o sistema de saúde, sempre ocupou lugar de destaque na ESP/CE, contribuindo para o seu reconhecimento como um centro de reflexão estratégica e produção de conhecimento.

No âmbito interno a ESP/CE possui componentes que estão diretamente relacionados às ações de pesquisa, a saber o Centro de Investigação Científica (Cenic), que tem como principal atribuição o suporte técnico da pesquisa e da investigação científica da Escola, o que se torna estratégico para o acompanhamento das políticas de pesquisa institucional.

Dados alguns dos componentes relevantes para o desenvolvimento da pesquisa na ESP/CE, devemos estabelecer em quais linhas de pesquisa são desenvolvidas as atividades de pesquisa e ciência na Escola. Para tal, se faz importante trazer o entendimento da Capes e do CNPq no que diz respeito ao conceito de Linhas de Pesquisa, estas são entendidas como “[...] a representação de temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si” (Glossário Capes-CNPq1).

5.2.2 Linhas de Pesquisa

Entendendo que a pesquisa necessita ser orientada através de temas aglutinadores, assim como conceituou o Glossário Capes-CNPq, a ESP/CE se orientará a partir das oito seguintes Linhas de Pesquisa e suas subdivisões:

1. Saúde Pública / Coletiva

A Epidemiologia Social, aliada à crítica e as Ciências Sociais são a base dessa Linha de Pesquisa, para além disso aqui também ganham espaço os Determinantes Sociais da Saúde, o Planejamento Estratégico e a Gestão Democrática da Saúde.

Outro ponto importante a ser observado nessa Linha de Pesquisa é a diferença entre Saúde Pública e Saúde Coletiva. Atualmente e, em algumas universidades, o conceito de Saúde Pública mais tradicional, que tratava da organização dos sistemas de saúde a partir dos processos saúde-doença, foi substituído pelo de Saúde Coletiva, que trata da saúde de forma multidisciplinar, através de uma interação mais próxima entre as ciências biomédicas e as ciências sociais.

Diante dessas concepções a ESP/CE adotará os dois conceitos como Linhas de Pesquisa, apesar da distinção clara entre eles, o conceito de Saúde Coletiva está ganhando espaço e, acredita-se, como alguns campos de ensino, pesquisa e extensão já adotam, deverá ser substituído do conceito de Saúde Coletiva. Pensando nisso, essa Linha de Pesquisa será subdividida nos seguintes pontos:

- Economia da saúde
- Pesquisa clínica, hospitalar
- Prevenção de doenças e Promoção da saúde
- História da Saúde Pública/Coletiva

2. Equidade em Saúde: direitos, gênero, raça e etnia

A Linha de Pesquisa traça uma conformidade com os conceitos abordados pela Organização das Nações Unidas (ONU), que trata de Gênero, Raça e Etnia de forma histórica, onde as incorporações políticas e ideológicas são base e fundamentos importantes para a produção dos efeitos dos discursos e elementos de construção em análise (KELNER, 2001). A base para a discussão, encontra-se na Equidade, sob a ótica da pesquisa em saúde, a Equidade em Saúde. O conceito é um dos princípios do SUS e está permeado por dois pilares importantes, o de justiça social e igualdade, ou seja, que estão traduzidos dentro da perspectiva dos direitos, gênero, raça e etnia. Como subdivisões desta Linha apresenta-se:

- Direito, saúde e cidadania
- Desigualdades sociais, modelos de desenvolvimento e saúde
- Saúde indígena
- Gênero e saúde
- Saúde das Populações LGBTs, Populações quilombolas, População em Situação de Rua, do campo e da floresta, Cigana etc...,
- Saúde da mulher, da criança, do adolescente e do Idoso.

3. Educação, Saúde e Controle Social

Para conceituar esta Linha de Pesquisa utiliza-se as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata da Educação e do Controle Social. Este caracteriza a necessidade de descentralização e respeito às condições específicas de cada espaço. O Controle Social já é um princípio do SUS, sendo ele expressão da participação social, ou seja, a garantia da participação dos interessados nos espaços de decisão da Saúde.

Nesta Linha de Pesquisa alia-se a Educação, a Saúde e o Controle Social como tema principal, pois compreende-se que a Educação é “[...] uma estratégia fundamental de recomposição das práticas de formação, atenção, gestão, formulação de políticas e controle social” (CECCIN, p. 163, 2005). Subdivide-se a Linha de Pesquisa em:

- Avaliação de políticas, sistemas e programas de saúde
- Avaliação de serviços e tecnologias em saúde
- Desenvolvimento, Estado e saúde
- Educação e comunicação em saúde
- Instituições, participação e controle social
- Educação Permanente em Saúde

4. Vigilância em Saúde Pública

Segundo o Ministério da Saúde no site saude.gov.br, a vigilância em saúde está diretamente relacionada com as ações de prevenção e controle de doenças e ainda compõe a análise da situação de saúde da população.

Seu conceito está consolidado na Portaria 1.378/20133 como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

No que se relaciona a pesquisa a vigilância em Saúde é fundamental para a concepção e disseminação de dados, pode estar relacionada à muitas áreas, condição esta que direciona as seguintes subdivisões propostas para esta linha:

- Alimentação e nutrição
- Assistência farmacêutica
- Biossegurança e ambiente
- Construção do conhecimento epidemiológico aplicado às práticas de saúde
- Determinação e controle de endemias
- Epidemiologia de doenças crônicas
- Epidemiologia de doenças transmissíveis
- Paleopatologia, paleoparasitologia e paleoepidemiologia
- Saúde e trabalho
- Saúde do Trabalhador
- Vigilância Ambiental
- Vigilância epidemiológica
- Vigilância sanitária

5. Políticas Públicas e Gestão em Saúde

As Políticas Públicas tem sua definição especificada no Portal da Fiocruz⁴, como sendo conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nacional, estadual ou municipal que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, cor, religião ou classe social.

As Políticas Públicas no que se trata de ações de competência pública para área da Saúde não são desassociadas da Gestão em Saúde, que são a materialização dessas ações e são por definição “Ato ou efeito de administrar; ação de governar ou gerir empresa, órgão público [...]. Exercer mando, ter poder de decisão (sobre), dirigir, gerir”⁵.

Diante dos exemplos acima, as Políticas Públicas e a Gestão em Saúde estão interligadas como Linha de Pesquisa do PPP da ESP/CE, o que ganha e constitui força para a Pesquisa em Saúde. Para além dessa associação, dar-se abaixo as subáreas desta Linha de Pesquisa:

- Formulação e implementação de políticas públicas e saúde
- Subjetividade, gestão e trabalho em saúde
- Gestão hospitalar
- Gestão dos Sistemas Municipais de Saúde
- Planejamento e gestão em saúde
- Política e gestão de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) em saúde
- Políticas e sistemas de saúde em perspectiva comparada
- Profissão e gestão do trabalho e da educação em saúde
- Gestão da Qualidade em Serviços de Saúde e Auditoria

6. Saúde Pública e Meio Ambiente

A Saúde Pública e Meio Ambiente já são grandes espaços de discussão no meio acadêmico e sua união ganha um fundamental espaço no mundo contemporâneo.

Entende-se atualmente por Saúde Pública o conceito compreendido pela Organização mundial de Saúde-OMS, de ser um conjunto de medidas executadas pelo Estado com o objetivo de garantir o bem-estar físico, mental e social da população.

No Brasil, a Constituição Federal da República de 1988 prevê em seu Artigo 6º a Saúde Pública como um direito social e fundamental do indivíduo, estabelecido de forma homogênea e assegurado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, através do Sistema Único de Saúde.

Por sua vez, o Meio Ambiente segundo a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81 é “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Art. 3º, I). A união desses dois campos de estudo como linha de pesquisa visa estabelecer uma conexão que contemple o melhor dos dois campos, ao mesmo tempo compreendendo que o Meio Ambiente e a Saúde Pública estão interconectados, um sendo parte do outro, deste modo, seguem as sublinhas, que afirmam essa união:

- Avaliação do impacto sobre a saúde dos ecossistemas
- Exposição a agentes químicos, físicos e biológicos e efeitos associados na saúde humana e animal
- Exposições ambientais e avaliação dos efeitos no ciclo da vida
- Gestão ambiental e saúde
- Habitação e Saúde
- Saneamento e saúde ambiental
- Patologia clínica ambiental e do trabalho
- Toxicologia e saúde

7. Saúde Mental e Violências

Iniciamos sabendo que a violência enquanto problema de Saúde Pública é Linha de Pesquisa fundamental para estar nesta listagem, assim, tal como expressa uma complexidade de relações do indivíduo, da sociedade e das comunidades (MARI, MELLO, FIGUEIRA, 2008),

A violência está associada à questões que vão para além da saúde, porém, em seu fator mais preponderante a violência liga-se a Saúde Mental, o que gera estados graves e disparadores para outros fatores de risco, tais como doenças cardíacas, isquemias e câncer (RUTHERFORD, et al., 2007).

Seguindo os descritos acima, que articulam a direta relação da Saúde Mental com a Violência, destaca-se as sublinhas que se seguem, procurando estabelecer os principais grupos de risco para os dois fatores:

- Violência contra a Mulher, Idoso, Criança e Adolescente
- Saúde Mental e substâncias psicoativas

8. Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva

A Linha de Pesquisa é caracterizada pela contemporaneidade, o que acentua a necessidade de espaço para construção científica. É ambiente de grupos de discussão sobre os fatores que investigam condições responsáveis de administração da vida, daí retira-se o fator contemporâneo.

A Bioética é a ciência que identifica os limites da intervenção do homem na natureza (LEONE; PRIVITERA; CUNHA, 2001), com o avanço da tecnologia, nunca se foi tão necessária a intervenção da ciência interdisciplinar, pois a diversidade auxilia nessa observação e discussão dos limites da tecnologia, uma vez que os impactos podem afetar diversas áreas.

5.2.3 Programa Pesquisa Para o Sus: Gestão Compartilhada em Saúde

O Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS) envolve a parceria no âmbito federal por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIT/SCTIE) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e no âmbito estadual entre a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA).

No âmbito da SESA essas atribuições eram de competência do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde da Coordenadoria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (CGTES), até dezembro de 2019.

Com a reestruturação da SESA, tais competências foram regulamentadas pela Portaria Nº 980/2020 e passam a ser assumidas pela ESP/CE.

Dessa forma, a ESP/CE deverá: indicar os eixos temáticos que orientarão os grupos de trabalho e organizar a realização da Oficina de Prioridades de Pesquisa em Saúde (OPP); participar das atividades relacionadas à seleção, acompanhamento e divulgação das pesquisas; divulgar a chamada de forma ampla; participar da Comissão de Especialistas e do Comitê Gestor; participar das estratégias de monitoramento, divulgação e incorporação dos resultados das pesquisas financiadas; organizar e participar, em conjunto com a Funcap dos seminários de Acompanhamento & Avaliação (A&A) das pesquisas; elaborar relatório para o Decit/SCTIE/MS descrevendo o potencial de utilização/incorporação dos resultados/produtos das pesquisas no sistema e nos serviços de saúde e disseminar os resultados obtidos pelas pesquisas realizadas.

Tais mudanças são evidenciadas a partir do lançamento da 7ª Edição do PPSUS, cujo objetivo é apoiar financeiramente projetos de pesquisa que promovam a formação e a melhoria da qualidade de atenção à saúde no estado do Ceará, representando significativa contribuição para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&IS) no contexto do SUS. As propostas aprovadas serão financiadas com recursos do Decit e da FUNCAP.

Foram definidas 29 linhas de pesquisas distribuídas nos Eixos Temáticos; Vigilância em Saúde, Gestão e Governança em Saúde, Redes de Atenção à Saúde Covid-19 e Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde.

5.3 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE EXTENSÃO EM SAÚDE

Com o propósito de contribuir para o bem-estar e felicidade das pessoas, o Centro de Extensão em Saúde (CEESA) tem a missão de promover a saúde individual e coletiva para melhoria da qualidade de vida das pessoas. Sua visão é ser referência aos cidadãos como sistema de saúde acessível, sustentável e de equidade, gerador de conhecimento e inovação e valores: Resultado centrado no cidadão; Humanização e Valorização das pessoas; Transparência; Conhecimento e Inovação. Seu objetivo estratégico é gerar resultados para a sociedade e usuários (Orientações Estratégicas da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará).

O Plano Plurianual do estado do Ceará período 2020-2023 contempla ações do CEESA na iniciativa 632.1.06 – Promoção do incentivo ao autocuidado do cidadão, com a seguinte caracterização: promoção da saúde focado no autocuidado como forma de garantir autonomia e emancipação do indivíduo para sua máxima inclusão social em benefício à vida, saúde e bem-estar, a partir da perspectiva individual e coletiva. Fomentando hábitos saudáveis e mudança de comportamento, bem como melhorias na qualidade de vida, incluindo a implantação de territórios saudáveis considerando os determinantes gerais das condições de vida e saúde da sociedade. Refere-se à realização

de projetos de forma intersetorial e integrada, envolvendo a sociedade na constituição do Estado Saudável.

Para dar respostas às necessidades da sociedade, as políticas de extensão da ESP/CE buscam corresponder aos programas governamentais Vivendo com Saúde no Ceará e Cuidando de quem Cuida por meio da implementação e execução dos projetos, cursos de extensão, eventos e prestações de serviços. Incrementa-se, também, a elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos, que possibilitem o desenvolvimento de ações de alcance social e que atendam às demandas em saúde da população.

Nesse sentido, a ESP/CE vem, ao longo dos anos, estabelecendo parcerias com as Universidades públicas (UFC, UECE), Secretarias do Estado e dos Municípios, além de outros órgãos e outras entidades para estimular a participação efetiva da sociedade na vida da instituição.

A realização das parcerias acontece de acordo com as atividades a serem executadas, tendo como preocupação precípua a de integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, coadunando o comprometimento dos profissionais de saúde com os dos interesses e das necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico ao popular, possibilitando manifestações do saber popular, da arte e fortalecendo o exercício da cidadania.

Conforme Paulo Freire 1987, o homem não participará ativamente da história, da sociedade, da transformação da realidade, se não tiver condições de tomar consciência da realidade e, mais ainda, da sua própria capacidade de transformá-la. O objetivo primeiro de toda educação é provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica, comprometida com a ação.

À luz dessa perspectiva, e a partir dos compromissos da gestão da saúde, definidos pelos documentos supra citados e pela Plataforma de Modernização da Saúde (PMS) da Secretária de Saúde do Estado do Ceará (SESA), o centro de extensão redefiniu as suas ações em 2020, lançando um olhar, mais atento, sobre o usuário do Sistema de Saúde, o trabalhador da saúde e a sociedade em geral, no sentido de assegurar o bem-estar, a felicidade e o cuidado com as pessoas.

Nesse sentido, foram traçados dois eixos prioritários nos quais estão presentes os valores e princípios norteadores das políticas de saúde, bem como, o efetivo alinhamento, desses eixos, com os resultados esperados pela sociedade e pelos usuários cearenses. Considerando a Política Nacional de Promoção da Saúde 2002, em seus pilares e estratégias potenciais de abordagem dos problemas de saúde, encontra-se o primeiro eixo, e assume-se em seu conceito amplo, pautado de discussão sobre qualidade de vida, que contribui, para a formação da consciência crítica das pessoas a respeito dos problemas de saúde.

O segundo eixo, visa gerar transformação de caráter prático no contexto de valorização do trabalho e trabalhador, a partir do desenvolvimento de ações que preencham o espaço na área de saúde que priorizem quem cuida do cuidador.

As atividades do CEESA seguem ainda as orientações da nova gestão de que, as demandas sejam a partir da sociedade, geradas por ela e centradas no cidadão.

Assim, para dar respostas às necessidades da sociedade, as políticas de extensão da ESP/CE estão sendo efetivadas por meio de ações de educação popular em saúde; ações preventivas; capacitação de lideranças comunitárias, representantes de associações, sindicatos e movimentos sociais da saúde e educação para atuarem como multiplicadores de Educação em Saúde na comunidade, formação de comitês para construção da política de promoção de saúde do estado; colóquios, webconferência, videoconferência.

5.4 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE INTELIGÊNCIA EM SAÚDE

O Centro de Inteligência em Saúde do Estado do Ceará - CISEC - é uma estrutura centralizada voltada à captura, processamento e análise de informações relevantes. A premissa é buscar informações relevantes, analisar a distribuição, padrões e determinantes das condições de saúde e doenças associadas à população do Estado do Ceará para subsidiar Políticas de Saúde. Dessa forma, destina-se acelerar a jornada do Estado em direção a níveis elevados de desenvolvimento humano e social.

O uso da inteligência na saúde é fundamental para a produção de análises capazes de orientar a execução de políticas pertinentes, e que sejam úteis e impactantes para a sociedade. De modo geral, as modalidades de inteligência relevantes para a análise do panorama na área da Saúde incluem informações sobre Ambiente e seus riscos, Epidemiologia (incluindo a Vigilância), Capacidades da Força e do Sistema de Saúde e Capacidades do Sistema de Ciência e Tecnologia local.

Faz parte dos objetivos do CISEC produzir inteligência para a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará (SESA) e para a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP) sob a forma de boletins, relatórios, análises, estimativas, projeções, análises de impacto, simulações e outros produtos técnicos de formato apropriado para demandas governamentais. Em paralelo, o CISEC oferece uma plataforma de trabalho considerável para estudos acadêmicos nas esferas de graduação e pós-graduação, além de base para produção do mesmo nível por consultores nacionais e internacionais.

Nessa esfera, as entregas do CISEC são as tradicionais formas acadêmicas de monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, revisões e manuscritos originais. O CISEC também contempla interações produtivas com o setor produtivo, exemplificado por federações, institutos privados, “think tanks” e outras. Destaca-se os objetivos do CISEC em:

1. Busca ativa de acesso a bases de dados governamentais e não governamentais e construção de novas bases de dados relacionais em consórcio com entidades públicas e privadas.
2. Subsidiar a implementação de medidas preventivas e de projetos para melhoria dos agravos à saúde.
3. Promover a integração das informações no campo da vigilância epidemiológica para promoção da prevenção e controle de agravos; compartilhando e disseminando informações de interesse público.
4. Observar através da análise de parâmetros objetivos a qualidade da atenção primária à Saúde e da Saúde Hospitalar no Estado.
5. Monitorar e modelar os fluxos de usuários intra e entre macrorregiões de Saúde do Ceará com o objetivo de subsidiar a Secretaria de Saúde em sua missão de promover a integralidade da assistência, ordenando e harmonizando a oferta assistencial às necessidades do usuário de forma equânime (i.e., conceito de regulação em Saúde).
6. Identificar regiões-chave e perfis profissionais para a alocação de novas unidades e equipamentos de Saúde no Estado do Ceará.
7. Localizar no mapa do Estado a distribuição da Força de Trabalho da Saúde (i.e., mapas físicos georreferenciados), mapeando suas competências e alocando-as às áreas de maior necessidade (i.e., mapa de competências).
8. Subsidiar a Secretaria de Saúde em seus esforços para a organização de uma estrutura de Economia em Saúde no Estado.
9. Estabelecer bancos de dados para recrutamento de especialistas nacionais e internacionais com o objetivo de auxiliar a gestão de crises em vários cenários de doenças, agravos à Saúde e em eventos de grande proporção/extensão no Estado do Ceará.

10. Atuar de forma integrada com as diversas Secretarias de Estado e alinhar-se ao Programa “Big Data” do Governo coordenado pela Casa Civil, à política de transparência da Secretaria de Saúde (IntegraSUS) e ao Programa Cientista-Chefe da FUNCAP.

O CISEC atua como instância integradora da informação, gerando vigilância permanente em saúde pública nas diferentes áreas e níveis, constituindo assim um órgão de assessoria direta capaz de aportar informação oportuna e relevante para apoiar, com uma base técnico-científica, o processo de tomada de decisões.

5.5 PRINCIPAIS PROJETOS ESTRUTURANTES DA ESP

A ESP/CE vem desenvolvendo uma série de projetos estruturantes voltadas para o ensino, pesquisa e extensão e novas tecnologias, sendo eles:

5.5.1 Projeto de Simulação Realística

O Centro de Simulação Realística da Escola de Saúde Pública do Ceará - CSR/ESP-CE é uma iniciativa prevista no Planejamento Estratégico de 2020 a 2023, viabilizada também por iniciativas do governo estadual, no contexto do Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde, em uma iniciativa específica para Expansão da Integração Ensino-Serviço na Implementação das Políticas Públicas. Essa tecnologia educacional, o CSR/ESP-CE apresenta os seguintes objetivos: Contribuir na melhoria da qualidade da assistência, da gestão e vigilância à saúde nos diversos serviços de saúde no estado do Ceará por meio do desenvolvimento e aprimoramento de competências profissionais; Contribuir para a melhoria da segurança do paciente nos diversos serviços de saúde no estado do Ceará, principalmente os de assistência ao politraumatizado, emergências obstétricas, suporte básico e avançado de vida e terapia intensiva, durante os processos educacionais para a qualificação da sua força de trabalho.

Vem atuando nos treinamentos de habilidade e simulações realísticas para o desenvolvimento de competências profissionais. O CSR/ESP-CE apresenta como proposta arquitetônica as seguintes ambiências:

- 1 laboratório de treinamento de habilidades com 5 estações de treinamento de habilidades psicomotoras e 3 estações de treinamento de habilidades de comunicação.
- 1 sala de Debriefing
- 1 sala de controle de vídeo, áudio e mídias
- 3 salas para construções de cenários de simulações para o desenvolvimento de competências (uma sala será um cenário fixo de leito de UTI, as demais serão ambientes livres para ser projetado e criado distintos cenários simulados conforme necessidades educacionais)
- 1 recepção
- 1 sala para equipe do CSR
- 1 vestiário com armários de guarda volumes e para troca de roupas
- 2 banheiros
- 1 copa
- 1 almoxarifado

Essa estrutura física, caracterizada como um Centro de Simulação Realística em Saúde de Média Complexidade, atenderá uma demanda rotineira de treinamentos com base na simulação baseada em competência, alinhada aos programas e projetos

educacionais da ESP-CE. A sua capacidade instalada do CSR/ESP-CE atenderá a clientela numa estimativa de 40 alunos/profissionais por dia, 200 por semana, 800 por mês e 9.600 por ano.

5.5.2 Centro de Inteligência em Saúde

O projeto é de criação e desenvolvimento do Centro de Inteligência em Saúde do Governo do Estado do Ceará (CISEC), caracterizado como uma estrutura centralizada capaz de capturar, processar e analisar as informações relevantes à Saúde do Ceará em seus contextos mais inclusivos. Desse modo, o CISEC pretende buscar ativamente informação relevante, analisar a distribuição, padrões e determinantes das condições de saúde e doença associados à população do Estado do Ceará para subsidiar políticas de saúde destinadas a acelerar a jornada do Estado em direção a níveis elevados de desenvolvimento humano e social.

O CISEC deve aplicar as técnicas de Health Analytics atrelada às práticas de saúde do governo do estado. Health Analytics é um conjunto de metodologias utilizadas para analisar grandes volumes de dados relacionados ao setor de saúde, contribuindo no cuidado clínico e na gestão dos recursos de saúde. A contribuição está em reduzir desperdícios e melhorar a qualidade e a produtividade do cuidado com a saúde dos beneficiários, sempre de forma sustentável.

Health Analytics envolve diversas práticas para contribuir com médicos e gestores, incluindo manejo dos dados não padronizados de saúde, clusterização das variáveis a serem estudadas (como fornecedores, prestadores, usuários, procedimentos e dados clínicos) e machine learning como mecanismo de predição analítica para tomada de decisão estratégica e precoce.

O presente projeto visa desenvolver um Centro de Inteligência e uma plataforma integrada de Health Analytics para o enfrentamento dos principais problemas de saúde que afligem a população do Estado do Ceará, usando modelos de predição, diagnóstico e prescrições médicas com modelos de forecasting, Deep Learning e Explainable Artificial Intelligence, entregando uma plataforma de acompanhamento para um conjunto de patologias que afligem a população do Estado do Ceará.

Portanto, o CIEC produzirá inteligência para a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (SESA) e para a Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues (ESP/CE) sob a forma de boletins, relatórios, análises, estimativas, projeções, análises de impacto, simulações e outros produtos técnicos de formato apropriado para demandas governamentais. Em paralelo, o CISEC oferecerá uma plataforma de trabalho considerável para estudos acadêmicos nas esferas de graduação e pós-graduação, além de base para produção do mesmo nível por consultores nacionais e internacionais. Nessa esfera, as entregas do CISEC serão as tradicionais formas acadêmicas de monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, revisões e manuscritos originais.

5.5.3 Núcleo de Educação à Distância (NEAD)

O Núcleo de Educação à Distância da ESP-CE tem a missão de contribuir para a formação e educação permanente dos trabalhadores do SUS, mediante a utilização das tecnologias da informação e comunicação.

O NEAD tem por finalidade desenvolver programas de capacitação direcionados aos profissionais e trabalhadores da área da saúde, explorando o potencial didático-pedagógico das tecnologias digitais, para produção e socialização do conhecimento nos diversos níveis de ensino e formação, na pesquisa e na extensão relacionadas à EAD,

proporcionando a democratização do saber por meio de práticas de ensino complementares ao presencial, usando diversas tecnologias educacionais, com ênfase na EAD.

Nesse sentido, o NEAD busca alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar estratégias de EAD que possam ser adotadas na execução dos projetos de ensino em implementação na ESP-CE, promovendo, em sistema de assessoria e co-gestão com as áreas finalísticas da ESP-Ce, a utilização total ou parcial da EAD nos currículos;
- Propor às áreas finalísticas da ESP-Ce novas modalidades de capacitação baseadas na EAD, que possam integrar o portfólio de cursos da ESP-CE, incluindo estratégias para educação permanente dos egressos dos cursos, e assessorar e co-gestionar, a montagem e execução dos cursos em EAD;
- Organizar e conduzir iniciativas para capacitação dos docentes das áreas finalísticas da ESP-Ce para utilização da estratégia de EAD.

Para tanto, uma entidade organizacional responsável pelo desenvolvimento de projetos e programas na área de EAD requer uma configuração mínima para operar multidisciplinarmente, visto que terá como competência implementar, acompanhar e avaliar políticas, programas e projetos institucionais para a modalidade de ensino a distância, semipresencial e presencial apoiado por tecnologias digitais, garantindo as condições didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Assim, institucionalmente, o NEAD está vinculado ao Centro de Desenvolvimento Educacional em Saúde - CEDES, devendo ser composto por: Coordenação geral, Gerente administrativo, coordenações pedagógica, tecnológica e acadêmico-administrativa, bem como coordenações de cursos a Distância e Projetos de P&D em Tecnologias digitais, além de equipe multidisciplinar de professores (conteudistas, formadores, tutores), pedagogos, técnicos administrativos, estagiários e profissionais de produção de material didático impresso e digital.

As ações a serem desenvolvidas pelo NEAD são:

- Estabelecer uma cultura institucional favorável à incorporação das tecnologias digitais ao processo ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades e níveis de ensino da ESP-CE;
- Apoiar, acompanhar e controlar a aplicação da Portaria Nº 4.059, que autoriza 20% da carga horária presencial ser aplicada a distância, usando tecnologias digitais, previsto, também, no Regimento Escolar (RE) da Instituição;
- Ampliar o acesso ao Ensino Técnico e Superior a jovens e adultos geograficamente distantes, abrangendo aqueles com necessidades especiais ou dificuldades de deslocamento, mediante programas de EAD;
- Promover interação e articulação interinstitucionais para execução de projetos de EAD;
- Representar a ESP/CE em eventos, discussões e outras atividades relativas à EAD e Tecnologias Digitais aplicadas à Educação;
- Assessorar as áreas finalísticas da ESP/CE em assuntos relacionados a Educação a Distância e Tecnologias Digitais aplicadas à Educação em todos os níveis e modalidades;
- Promover e aprimorar continuamente a produção e integração de mídias, metodologias e tecnologias para EAD, em parceria com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), e apoio ao ensino presencial como impressos, plataforma web, vídeos e teleaulas, conteúdos didáticos digitais (objetos de aprendizagem), videoconferência e webconferência, repositórios de materiais didáticos digitais, salas de aula virtuais, aplicativos para produção e avaliação em EAD, laboratórios virtuais e outros);

- Proporcionar sustentabilidade técnico-pedagógica aos planos e programas de uso de tecnologias digitais e EaD;
- Promover a capacitação e aperfeiçoamento contínuo de professores e profissionais da ESP/CE para o uso de tecnologias digitais no ensino presencial, semipresencial e a distância;
- Desenvolver projetos e programas de formação usando material impresso, Internet, videoconferência e webconferência, TV digital, dispositivos móveis e outras mídias observando-se todas as fases de planejamento, implementação, realização, gestão e avaliação;
- Proporcionar as condições técnico-pedagógicas e organizacionais para o desenvolvimento e a utilização das tecnologias digitais visando ampliar a qualidade e a oferta de cursos e materiais didáticos de apoio à educação convencional e continuada, em todos os níveis da educação profissional técnica e superior e EJA;
- Buscar a cooperação com instituições locais, nacionais e internacionais, com o objetivo de desenvolver a Educação à Distância em parceria;
- Organizar e acompanhar as aplicações das tecnologias digitais nos programas de formação internos da ESP/CE e com os parceiros;
- Promover a produção científica na área de EaD.

5.5.4 Núcleo de TeleEducação

A Teleducação, um dos eixos da Telessaúde, deve promover a aprendizagem significativa propondo a transformação das práticas profissionais por meio da reflexão crítica. De acordo com Ceccim (2004), os processos de educação dos trabalhadores da saúde devem acontecer partir da problematização do processo de trabalho e considerando as necessidades de formação e desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde das pessoas e populações.

Na ESP/CE a Teleducação consiste em ações de educação permanente mediadas por tecnologia, a qual consegue replicar a proposta educacional para localidades fisicamente distantes, para a construção e aperfeiçoamento de conhecimentos de profissionais das diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2011). De acordo com WEN (2008), a educação permanente de profissionais de saúde por meio de tecnologias é uma das ações que podem melhorar a qualidade da saúde no Brasil.

Esse tipo de educação é desenvolvido por meio de web palestras, videoconferências, web aulas e cursos ministrados por meio da utilização das tecnologias de informação e da comunicação e inclusive reuniões de matriciamento articulados às demandas de educação permanente das equipes de saúde (BRASIL, 2015).

A Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues – ESP/CE vem utilizando a Teleducação como uma das ações de educação permanente independentes ou inseridas em cursos e programas que utilizam a modalidade de ensino remoto emergencial e a educação a distância.

Dentre as ações de Teleducação realizadas pela ESP/CE podemos destacar as videoconferências e web palestras que permitem a integração, em tempo real, recebendo e enviando áudio e vídeo entre os pontos de conexão e agregam inúmeras vantagens, como redução de deslocamento dos profissionais para qualificação nos centros especializados; atualização do profissional por meio de aulas ministradas à distância; melhoria da atenção à saúde nos locais de difícil acesso e interação entre academia e Unidade Básica de Saúde (GODOY, GUIMARÃES, ASSIS, 2014).

5.5.4.1 A Telepreceptoría

A Telepreceptoría é um dos tipos de Teleducação que será enfatizado na ESP/CE, e realizada junto com as Residências Médica e Multiprofissional.

Desta forma, a ESP/CE vem se estruturando para atender a todas as demandas de Teleducação que serão executadas pelo Núcleo de Teleducação junto com o Núcleo de Educação a Distância (NEAD), apontando uma necessidade mínima de:

- Recursos Humanos – Teleducação em geral:

01 especialista – coordenador

05 profissionais graduados

01 secretária

- Recursos Humanos – Telepreceptoría:

10 preceptores

- Material permanente e de consumo:

17 computadores completos

18 módulos isolador

17 headseats com qualidade de áudio

17 webcams hds /01 microfone de mesa

17 caixas de som

17 Hds para armazenamento de vídeos

17 extensões usb de (3 a 5 metros)

17 filtros de linha /01 tv de 60"

01 switch de 24 portas /

- Mobiliário:

17 mesas

17 cadeiras

03 armários

01 mesa de reunião

- Software:

5 licenças do camtasia

Farão parte das atribuições dos profissionais de tele-educação:

- Acompanhar as webs desenvolvendo as estratégias educacionais juntamente com os educadores que estarão conduzindo as tele-educações;
- Oferecer suporte e orientação aos usuários (palestrantes, moderadores e espectadores) durante a execução das tele-educações;
- Realizar transmissões via youtube utilizando softwares de stream e de videoconferência;
- Apoiar eventos presenciais na ESP/CE;
- Realizar gravações de eventos e webaulas para os cursos e programas da ESP/CE;
- Realizar edições de vídeos das webconferências;
- Apoiar o Núcleo de Educação a Distância (NEAD);
- Realizar atividades de telepreceptoría.

5.5.5 Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)

O Núcleo de Inovação Tecnológica está sendo criado para elaborar, implantar e implementar a política institucional de inovação tecnológica da ESP/CE, em parceria com os demais setores da Escola, e com base nas experiências e necessidades dos seus usuários. Terá como atribuições: representar a ESP/CE no âmbito de sua política de inovação, junto às instituições públicas e privadas, governamentais e de outros setores, no Ceará e no mundo; estabelecer diretrizes para os processos de transformação digital internos à ESP/CE, ou externos no escopo do setor saúde, em consonância com as diretrizes da Secretaria Estadual da Saúde e do Governo do Estado do Ceará; desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ESP/CE; desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ESP/CE; promover e acompanhar o relacionamento da ESP/CE com empresas que atuam no setor de inovação tecnológica, entre outras atribuições.

É importante destacar que a inovação tecnológica caracteriza-se pela introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e/ou social que resulte em novos produtos, serviços ou processos, ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características aos produtos, serviços ou processos já existentes, resultando em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho em todas as dimensões estruturantes da ESP/CE.

O Núcleo de Inovação Tecnológica poderá estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação - ICTs, além de entidades privadas sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento no campo da saúde. Com foco na educação permanente e continuada dos profissionais de saúde, e nos recursos tecnológicos voltados ao processo de formação dos profissionais de saúde, o NIT passará a desenvolver e a fomentar uma ambiência de inovação nos processos e práticas de ensino, incluindo cursos abertos, de extensão, de especialização, residências, além de pesquisas e disseminação de conhecimento.

5.5.6 Projeto de Desenvolvimento Docente (CEDES)

Uma das principais estratégias, para implementação do PPP na ESP/CE, é o Programa de Desenvolvimento Docente (PDD), que busca o desenvolvimento e aprimoramento de competências no campo educacional entre os docentes e técnicos responsáveis pela formulação e execução dos programas educacionais da ESP/CE.

A elaboração do PDD está em consonância com a sistemática de desenvolvimento dos programas educacionais da ESP/CE, os quais se fundamentam em um conjunto de premissas consistentes com os conhecimentos gerados pela investigação científica no campo da educação e, potencialmente, efetivas para a formação de profissionais com os atributos desejados. Esses pressupostos, que constituem os pilares sobre os quais os currículos dos diversos programas educacionais são elaborados, constituem-se em: a) centrado no estudante; b) baseado em problemas; c) aprendizagem no contexto; d) abordagem temática multidisciplinar, integrada e por competência; e e) com orientação e base na comunidade.

Logo, o PDD tem como finalidade dar um aporte de conhecimentos técnico-científicos, promovendo a educação permanente dos docentes, no que se refere ao desenvolvimento da metodologia de ensino-aprendizagem, adotada pela ESP/CE; ao desenho do currículo dos cursos a serem ministrados; à produção do material didático, coerente com as diretrizes pedagógicas, assumidas pela ESP/CE; ao sistema de avaliação

de suas atividades educacionais e à atuação docente em consonância com essa nova abordagem educacional, proporcionando uma discussão conceitual e crítica reflexiva sobre estes temas.

Desse modo, o Cedes subsidia a ESP/CE no cumprimento de seu compromisso político-pedagógico de continuar atendendo às demandas de formação profissional, educação permanente e atualização dos trabalhadores de saúde da rede, que integra o SUS do Estado do Ceará.

O Programa de Desenvolvimento Docente tem como objetivos:

1. Estabelecer mecanismos de diálogo com o corpo docente, a fim de estimular a discussão continuada das práticas adotadas, visando ao seu aperfeiçoamento contínuo;
2. Promover a aproximação dos docentes com a política educacional, as normas e os padrões adotados pela ESP/CE;
3. Favorecer a aquisição de conhecimentos básicos acerca dos fundamentos e componentes essenciais das metodologias ativas, com ênfase na Aprendizagem Baseada em Problemas/Problem-based Learning (PBL), na Problematização e na Aprendizagem Baseada em Equipes/Team Based Learning (TBL);
4. Promover a capacidade dos docentes para utilização de métodos de ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho;
5. Promover a aquisição de conhecimentos acerca do desenho de currículo, baseado em competência;
6. Desenvolver a competência para a atuação docente como facilitador na Aprendizagem Baseada em Problemas e na Problematização;
7. Habilitar o corpo docente para utilização da Educação a Distância como ferramenta de apoio ao ensino presencial;
8. Colaborar para o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes da ESP/CE;
9. Desenvolver a competência para a elaboração dos materiais didáticos de cursos presenciais e a distância;
10. Desenvolver a competência para a condução de processos grupais;
11. Desenvolver a compreensão dos principais aspectos a serem considerados para um sistema de avaliação em programas educacionais.

O Programa de Desenvolvimento Docente concentra as suas ações em dois grandes eixos: na educação permanente em saúde e no apoio aos processos grupais.

Desde meados dos anos 2000, o governo federal adotou a política de educação permanente como uma estratégia para a recomposição das práticas de formação, de atenção, de gestão e de controle social no setor da saúde, sendo sua implantação fundamental para a consolidação do SUS. É nessa perspectiva que o PDD propõe as ações de educação permanente para os docentes da ESP/CE, entendendo-a como um processo educativo contínuo de qualificação pessoal e profissional, no âmbito individual e coletivo, partindo do pressuposto da aprendizagem significativa, visando a alcançar perfis profissionais, orientados pelas necessidades da população, a partir da problematização do processo de trabalho.

Dentre as ações do PDD está previsto o estímulo ao desenvolvimento de competências para o manejo técnico-psicológico de grupos. Esse trabalho deverá ser desenvolvido de maneira sistemática com a participação de docentes da ESP/CE da área da Psicologia.

Além disso, um dos desafios iniciais, que se apresentam para o desenvolvimento de um programa de formação docente para a ESP/CE, está relacionado à variabilidade de horários e atividades dos profissionais, envolvidos no processo educativo, alguns docentes têm dedicação em tempo integral, enquanto que outros possuem disponibilidades de

horário muito variado, o que dificulta a realização eficaz de atividades que exijam vários encontros, sendo difícil, ou mesmo impossível, conseguir agendar dias e horários que permitam o comparecimento de todos.

Desta forma, o PDD deverá contemplar atividades educacionais presenciais, seguidas de atividades na modalidade a distância, desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, mantido pela ESP/CE (ESP VIRTUAL), utilizando metodologias de ensino assíncrono, a fim de viabilizar ao docente a melhor administração de seus horários disponíveis. A realização das atividades presenciais será de tal forma que não haja necessidade de seguidos encontros para sua conclusão.

Assim, a fim de atender às necessidades de educação permanente do corpo docente da ESP/CE, as atividades do PDD estarão classificadas dentro de três Áreas Temáticas: Área I: Conhecimento Institucional; Área II: Conhecimento em Docência; e Área III: Desenvolvimento Pessoal e Profissional.

Área I: Conhecimento Institucional

Envolve atividades voltadas para fornecer ao docente maior familiaridade com a filosofia, os procedimentos e padrões, estabelecidos pela ESP/CE, constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Regimento Escolar. Entre as temáticas a serem desenvolvidas, nesta área, podem ser destacadas, dentre outras:

1. Identidade Organizacional (Missão, Visão de Futuro e Valores da ESP/CE);
2. Finalidades e Objetivos Institucionais;
3. Estrutura Organizacional;
4. Padrões institucionais para a área de ensino.
5. Concepções que norteiam a Ação Pedagógica na ESP/CE:
 - Pressupostos Filosóficos
 - Pressupostos Teóricos-Metodológicos
1. Premissas e diretrizes gerais dos programas educacionais;
2. Normas institucionais;
3. Modelos e Procedimentos adotados pela instituição;
4. Direitos e Deveres do Corpo de Docentes, Discentes e Técnico Administrativo.

Área II: Conhecimento em Docência

As atividades, desta área, devem promover o repensar sobre os saberes docentes, considerando as exigências do contexto atual e as dificuldades que o docente encontra no exercício de sua prática. Durante o desenvolvimento do PDD, devem ser contemplados, dentre outros, os seguintes temas:

1. Processo de Ensino-Aprendizagem e Teorias da Aprendizagem do Adulto;
2. Desenho de Currículo Baseado em Competência;
3. Metodologias Ativas de Ensino Aprendizagem – Aprendizagem Baseada em Problemas/ *Problem-based Learning (PBL)*, Problematização e Aprendizagem Baseada em Equipes/ *Team Based Learning (TBL)*;
4. Produção do Material Didático;
5. Atuação Docente / Papel do professor / Relacionamento professor-estudante;
6. Ensino-aprendizagem em ambientes de trabalho;
7. Fundamentos da Educação a Distância;

8. Uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem;
9. Tutoria em Educação a Distância;
10. Sistema de Avaliação Educacional (do estudante e do Programa Educacional);
11. Diferenciais na Avaliação por Competências;
12. Avaliação em Educação a Distância.

Área III: Desenvolvimento Pessoal e Profissional

Envolve atividades, que possibilitem o desenvolvimento pessoal do docente, contribuindo para sua formação cultural, humanística e ética; além de promover o seu aprimoramento profissional, mediante ao favorecimento do estudo de temáticas, que colaborem para a formação geral do docente e a ampliação de suas áreas de competência, de acordo com as demandas por aperfeiçoamento e *performance*, especializados, requeridas para a sua atuação na área a que está vinculado. Nesse sentido, o desenvolvimento profissional prevê tanto o incremento de conteúdos específicos, em determinadas áreas do conhecimento, mediante a participação em cursos de mestrado e doutorado, identificados e pactuados pela ESP/CE; quanto à utilização de ferramentas de aperfeiçoamento profissional, com a oferta de alguns cursos básicos, como por exemplo, cursos de informática, de Inglês instrumental ou de habilidades gerenciais específicas. Assim, a ESP/CE buscará dispor de um corpo docente com uma formação geral ampliada e com uma visão de profundidade sobre as suas áreas de competência.

Para viabilizar estas atividades, a ESP/CE estabelecerá articulações e celebrará convênios, contratos e parcerias com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que ofereçam cursos de pós-graduação "*stricto sensu*" (mestrado e doutorado), como, também, financiam o pagamento de bolsas de estudo para a sua realização. Outra estratégia seria o incentivo e ajuda financeira para participação de docente da ESP/CE em congressos, seminários, feiras, reuniões científicas, tecnológicas ou pedagógicas e cursos para capacitação docente, com ou sem apresentação de trabalho de sua autoria ou coautoria, desde que seja considerado relevante pelo setor ao qual o docente está vinculado. Isto porque quando se estuda a viabilidade de propostas de desenvolvimento profissional, deve-se atentar que esse desenvolvimento está, intimamente, relacionado às melhorias de condições de trabalho, não apenas econômicas, mas, também, materiais e pessoais.

Esse Programa tem caráter permanente e sua execução ocorrerá a médio e longo prazo, sendo estruturada em ciclos formativos com duração de dois anos cada.

Para viabilizar o alcance dos seus objetivos, o PDD está composto de atividades obrigatórias e de atividades complementares. No que diz respeito às atividades consideradas obrigatórias, todos os docentes da instituição, a fim de continuarem aptos a atuarem na ESP/CE, deverão participar dessas atividades, com aproveitamento satisfatório em toda a sua consecução. Quanto às atividades complementares, o docente poderá escolher aquela(s) que mais lhe interesse(m), devendo, porém, participar com aproveitamento em, pelo menos, uma delas, ao longo de um ciclo formativo, para continuar apto a atuar na ESP/CE. As atividades obrigatórias perfazem um total de 386 horas, ao longo dos dois anos do primeiro ciclo formativo, e as atividades complementares somam 124 horas nesse mesmo período.

O PDD compõe-se de seminários, cursos, oficinas, grupos de estudo e discussão, compreendendo os conteúdos relativos às três Áreas Temáticas.

5.5.7 Projeto Rede Estadual Saúde Escola

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma estratégia político-pedagógica que toma como objeto os problemas e necessidades emanadas do processo de trabalho em saúde e incorpora o ensino, a atenção à saúde, a gestão do sistema e a participação e controle social no cotidiano do trabalho com vistas à produção de mudanças neste contexto. Objetiva, assim, a qualificação e aperfeiçoamento do processo de trabalho em vários níveis do sistema, orientando-se para a melhoria do acesso, qualidade e humanização na prestação de serviços e para o fortalecimento dos processos de gestão político-institucional do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito federal, estadual e municipal.

As ações para a formação e desenvolvimento dos trabalhadores da área da Saúde devem ser produto de cooperação técnica, articulação e diálogo entre as três esferas de governo, as instituições de ensino, os serviços de saúde e o controle social.

Diante da lógica político, pedagógica e estruturante da Educação Permanente em Saúde compreende-se que uma Rede Saúde Escola constitui-se em estratégia de gestão da educação na saúde, com o objetivo de transformar toda a rede de serviços sanitários, assim como os órgãos de gestão e controle social do SUS em espaço de educação e desenvolvimento profissional, implicados com a qualidade da atenção e coordenação do sistema de saúde.

Assim, a Política Estadual de Educação Permanente em Saúde, revela densamente a noção de que o SUS integra os serviços públicos e as comunidades de aprendizagem (CEARÁ, 2019).

Em essência o Projeto da Rede Estadual Saúde Escola refere-se à consolidação da integração ensino-serviço-comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde do Ceará, orientado pela articulação entre os segmentos de gestão, atenção, formação e controle social, conforme as necessidades de saúde das populações e os princípios da Educação Permanente em Saúde.

Para tanto compreende-se que é necessário o fortalecimento da articulação com a gestão estadual de saúde e centros formadores, materializadas nas regiões de Fortaleza, Cariri, Região Norte, Sertão Central e Litoral Leste/ Vale do Jaguaribe por meio da Superintendências Regionais de Saúde e das Escolas Técnicas do SUS. Deste modo faz-se necessário a estruturação de Centros de Estudos nas unidades de saúde, potencializando os campos de práticas e qualificando a formação na área da saúde, com abrangência estadual.

A ESP atuará por meio do apoio técnico para a implantação e implementação dos Núcleos de Educação Permanente em Saúde nas unidades de saúde da Rede SESA, nos municípios e regiões de saúde. Atuará também no processo de modernização dos Centros de Estudos das unidades de saúde da Rede SESA e no monitoramento e avaliação das ações de Educação Permanente em Saúde da rede estadual de serviços.

5.5.8 Projeto Rede Estadual de Pesquisa Clínica (Repclin)

A Plataforma de Modernização da Saúde (PMS), lançada em 2019 e o Programa Atração de Talentos, trazem novas perspectivas para a SESA e para a ESP/CE, como instituição de ensino e pesquisa (SESA, 2019).

Em consonância com a PMS, o Plano Plurianual (PPA) 2020–2023 instituiu o Programa “Gestão da Rede de Conhecimento e Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde” com a iniciativa “Promoção do conhecimento técnico-científico alinhado às políticas de saúde” contemplando as entregas: Rede Estadual de Pesquisa Clínica e Centro de Pesquisa Clínica Implantado.

A Rede Estadual de Pesquisa Clínica (Repclin) está sendo instituída a partir da realização do diagnóstico situacional e potencial das unidades de saúde, com o intuito de implementar estratégias de promoção e disseminação do conhecimento técnico-científico por meio de pesquisas baseadas em evidências. Dada a sua relevância este projeto foi incorporado ao Termo de Acordo de Resultados junto à SEPLAG, que objetiva dar celeridade aos resultados prioritários esperados para o exercício de 2020.

Assim, a ESP atuará na coordenação, monitoramento, apoio, integração e fortalecimento dos estudos clínicos realizados em 13 unidades de saúde da SESA. Centros de Pesquisa Clínicas serão implantados nas unidades e o Núcleo de Apoio ao Pesquisador será constituído na ESP/CE.

Nessa perspectiva, baseada na necessidade de estabelecer a governança das pesquisas, a Repclin pretende contribuir para o fortalecimento e o aumento da produção científica e tecnológica na área da saúde, tendo em vista o desenvolvimento descentralizado de pesquisas direcionadas para a resolução de problemas de saúde da população e para o aprimoramento do SUS.

6. IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1. IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O CEDES, junto com as Diretorias e os Centros, com a participação efetiva do CODES, é o responsável por todo o processo de implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico (PPP). O PPP é um documento que pertence a todos, que fazem a ESP/CE. Por isso, todos têm que se apropriar muito bem dele e zelar pela sua plena implementação. Várias estratégias serão utilizadas nesse processo, destacando-se a realização do Programa de Desenvolvimento Docente (PDD), por meio do qual os docentes e técnicos, envolvidos na elaboração e realização dos programas educacionais da ESP/CE, serão capacitados para a aplicação dos aspectos teórico-metodológicos propostos neste PPP. Será um processo colaborativo, permanente, baseado na reflexão sobre a prática. O objetivo será sempre aprimorar as competências educacionais do corpo docente, em busca de uma educação de excelência. Os discentes, sempre que possível, serão convidados a participarem, ativamente, desse processo.

A superintendência da ESP/CE fornecerá, junto com as Diretorias e os Centros, todas as condições necessárias para a implementação das mudanças, advindas do processo de implementação do Projeto Político Pedagógico.

6.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

O processo de acompanhamento e avaliação do PPP será sistemático e conduzido pelo CEDES, junto com as Diretorias e Centros da ESP-Ce, com a participação e colaboração do CODES. Serão construídos indicadores que possam mensurar a qualidade do PPP e sua utilização pelo corpo docente da ESP, como o grau de coerência entre as diretrizes propostas no PPP e os currículos dos programas educacionais, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- AIRASIAN, P. W.; MADAUS, G. J. Functional types of student evaluation. *Measurement and Evaluation in Guidance*, n. 4, p. 221-233, 1972.
- ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. Organizational identity. In: CUMMINGS, L. L.; STAW, B. M.(Eds.). *Research in organizational behavior*. Greenwich: Jay Press, 1985. p. 263-295.
- ANDRADE, L. O. M. et al. Sistema de saúde escola: estratégia de educação permanente para sistemas de saúde. In: ANDRADE, Luiz Odorico M. et al.(Orgs.). *Conhecimento e inovação em saúde: as experiências do Brasil e do Canadá*. Campinas: Saberes Editora, 2012.
- ASHLEY, P. A. (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BALMER, J. M. T; SOENEN, G R. Operationalising the concept of corporate identity: articulating The Corporate Identity Mix and the Corporate Identity Management Mix, Working Paper, University of St rathclyde International Centre for Corporate Identity Studies, Glasgow, 1997.
- BANDURA, A.; AZZI, R. G. ; POLYDORO, S. Teoria social cognitiva: conceitos básicos. Porto Alegre: Artmed, 2008. 176 p.
- BARRETO, I. C. H. C. et al. Educação permanente e a construção de sistemas municipais de saúde- escola: o caso de Fortaleza, Ceará, Brasil. *Divulgação em Saúde para Debate*, Rio de Janeiro, n. 34, jun., p. 33, 2006. (Série Cebes/Conasems: Saberes e Práticas da Gestão Municipal).
- BECKER, F. Ensino e construção do conhecimento: o processo de abstração reflexionante. *Educação e realidade*. Porto Alegre. v. 18. n. 1, p. 43-51. jan./jun. 1993. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BENGIO, Y.; COURVILLE, A.; VINCENT, P. Representation learning: A review and new perspectives. *IEEE Transactions on Pattern Analysis and Machine Intelligence*, v. 35, p. 8, 2013.
- BERBEL, N. A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.
- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. O que é ensinar. In: BORDENAVE, J. D; PEREIRA, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao. Consultado em: 17 out. 2012.
- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1990.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política nacional de educação permanente em saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?. 1. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. 73 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 31 mar. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação do Brasil. Parecer Nº 16/1999: diretrizes para a educação profissional no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999.
- BRASIL. Lei nº 10.205 de 21 de março de 2001. Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legis/leis/10205_01.htm. Acesso em: 12 out. 2012.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece diretrizes nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Referencial curricular para o curso técnico de agentes comunitários de saúde: área profissional saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2004b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de educação permanente em saúde: portaria n. 198/GM/MS de 13 de fevereiro de 2004. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2004c. 42 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo Trabalho e da Educação na Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004d.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 2437/2005 do GM de 07 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador -RENAST no Sistema Único de Saúde-SUS e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt2437_07_12_2005.html. Acesso em : 12 out. 2020.

- BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. A Educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde-conceitos e caminhos a percorrer. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Avaliação externa de instituições de educação superior: diretrizes e instrumento. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art.6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Este texto não substitui o publicado no D.O.U, de 23.12.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. Orientação Normativa nº7, de 30 de outubro de 2008. Estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/orientacao_normativa7_30_10_08.htm. Acesso em: 20 Out. 2020.
- BRASIL. Decreto nº5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05>. Acesso em: 20 out. 2020.

- BRASIL. Decreto nº 2.207, de 15 de Abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2207-15-abril-1997-445065-norma-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº 17/97. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/30000-uncategorised/67771-pareceres-2>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/resol0499.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 01 de 03 de abril de 2001. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/pdi/legislacao/lei-no10-861-de-14-de-abril-de-2004/view>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/documentos-institucionais/pdi/legislacao/lei-no10-861-de-14-de-abril-de-2004/view>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.733, de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www.proplad.ufu.br/legislacoes/decreto-no-5773-de-9-de-maio-de-2006-regulacao-supervisao-e-avaliacao-de-instituicoes-de>. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 01 de 08 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *latu sensu*, em nível de especialização. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 22 out. 2020.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 3.189, de 18 de dezembro de 2009. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção I, p. 59. 23 dez. 2009b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção I, p. 65-69. 23 dez. 2009c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF, 2009d.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde. 2011. 72 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012 que trata de pesquisa e testes em seres humanos. Publicada dia 13 de junho de 2013 no Diário Oficial da União. A resolução foi aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) na 240ª Reunião Ordinária em dezembro de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2015. 36 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.378, de 9 de julho de 2013. Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Resolução Nº 588, de 12 de julho de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 ago. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/36469447/do1-2018-08-13-resolucao-n-588-de-12-de-julho-de-2018-36469431. Acesso em: 16 set.2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. 40 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2 set. 1981.

- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 28. ed. 1993. 67 p. (Coleção Primeiros Passos).
- CANUTO, O. M. C. A abordagem por competências nos currículos de formação profissional técnica na área da saúde. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará no Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.
- CAVALCANTI, R. A. ; GAYO, M. A. F. S. Andragogia na educação universitária: conceitos. 2005. Disponível em: <www.adufpb.org.br/publica/conceitos/11/art05.pdf>. Acesso em: 20 out. 2012.
- CEARÁ. Conselho de Educação do Ceará. Resolução nº 413/2006. Regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=122700>. Acesso em: 25 out. 2020.
- CEARÁ. Resolução CEC n.º 360/2000. Dispõe sobre a utilização dos recursos de educação a distância, no Sistema Estadual de Ensino do Ceará. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0360-2000.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.
- CEARÁ. Resolução CEC n.º 384/2004. Dispõe sobre estudos de recuperação. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0384-2004.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CEARÁ. Resolução CEC n.º 0407/2005. Dá nova redação ao caput do artigo 17 da Resolução CEC nº 389/2004, para conferir à Secretaria da Ciência e Tecnologia a competência de planejar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e integrar junto aos diversos Órgãos e Entidades do Governo as atividades pertinentes à Educação Profissional. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0407-2005.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.
- CEARÁ. Resolução CEC n.º413/2006. Regulamenta a educação profissional técnica de nível médio, no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0413-2006.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CEARÁ. Resolução CEC n. 424/2008. Normatiza o credenciamento de escolas superiores públicas do Sistema de Ensino do Estado do Ceará, relativo à oferta cursos de pós-graduação lato sensu. <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RESOLUCaO-No-424.2008.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- CEARÁ. Decreto nº. 31.129, de 21 de fevereiro de 2013. Aprova o Regulamento da Escola de Saúde Pública ESP/CE. Disponível em: <https://www.esp.ce.gov.br/download/decretos/>. Acesso em: 01 dez. 2020.
- CECCIN R. B. Educação permanente em saúde: desafio ambicioso e necessário. Comunicação Saúde Educação. Set-2005 Fev; v. 9, n. 16, p. 161-77, 2004.

- COLOMBO, A. A.; BERBEL, N. A. N. A Metodologia da problematização com o arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 28. n. 2. p. 121-146. jul./dez. 2007.
- COLL, C.; MARCHESI, A. ; PALÁCIOS, J. Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 90 p.
- CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. v. 20. n. 3. p. 780-788. 2004.
- DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- DENG, J. et al. ImageNet: A large-scale hierarchical image database. *IEEE Conference on Computer Vision and Pattern Recognition*. Anais..., 2010.
- DEWEY, John. *Democracy and Education*. New York: The Free Press, 1916.
- DEWEY, John. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.
- DEWEY, John. *Vida e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- DEWEY, John. Como pensamos como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição. Tradução: Haydée Camargo Campos. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979a., v. 2: *Atualidades Pedagógicas* 292 p.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1979b. (*Atualidades Pedagógicas*, 21).
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Disponível em: <www.sabotagem.revolt.org>. Acesso em 25 de abr. 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRENK, J., CHEN, L. et al. Health professionals for a new century: transforming education to strengthen health systems in an interdependent world. *Lancet* v. 376, n. 9756, p. 1923-1958, 2010.
- FITTS, P. M.; POSNER, M. I. *Human performance*. 1967. E-book.
- FITTS, Paul M. Perceptual-motor skill learning. In: FITTS, Paul M. *Categories of human learning*. Academic Press, 1964. p. 243-285.
- FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. W.; FLETCHER, G. S. *Epidemiologia clínica: elementos essenciais*. 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2014. 280 p.
- FÜHR, Regina C. O Dilúvio Digital e seus Impactos na Educação 4.0 e na Indústria 4.0. *Investigação em Governança Universitária: Memórias*, v. 188, p. 37-54, 2018.
- GALLIAN, Cláudia Valentina Assumpção. A contribuição da teoria de Bernstein para a descrição e a análise das questões ligadas à educação. *Revista Educativa*. 2008, v. 11, n. 2, p. 239-255, jul./dez.

- GARCIA-MADRUGA J. A. Aprendizagem pela descoberta frente à aprendizagem pela recepção: a teoria da aprendizagem verbal significativa. In: Coll C, Palácios J, Marchesi A. (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artmed; 1996. p. 68-78.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- HALEVY, A.; NORVIG, P.; PEREIRA, F. The unreasonable effectiveness of data. IEEE Intelligent Systems, v. 24, p. 2, 2009.
- HARDEN, R.M. Ten questions to ask when planning a course or curriculum, ASME Medical Education Booklet. Medical Education, v. 20, n. 20, p. 356–365.
- HE, K. et al. Deep residual learning for image recognition. Proceedings of the IEEE Computer Society Conference on Computer Vision and Pattern Recognition. Anais..., 2016.
- HOLMES, G.; ABINGTON-COOPER, M. Pedagogy vs. andragogy: A false dichotomy? The Journal of Technology Studies, v. 26, n. 2, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil - 2000. Rio de Janeiro: 2002.
- JIAO, Z. et al. A deep feature based framework for breast masses classification. Neurocomputing, v. 197, p. 221-231, 2016.
- JONNAERT, P. et al. Contribution critique au développement des programmes d'études : compétences, construtivisme et interdisciplinarité. Revue des Sciences de l'Éducation. v. 30, n. 3. p. 667-696, 2004.
- KAPLAN, R. S. ; NORTON, D.P. The Balanced Scorecard: measures that drive performance. Harvard Business Review, January-February, 71-79, 1992.
- LAVE, J.; WENGER, E. (Eds.). Situated learning: legitimate peripheral participation. Learning in doing: social, cognitive and computational perspectives. New York: Cambridge University Press, 1991.
- LE BOTERF, G. Construire les compétences individuelles et collectives. Éditions d'Organisation. 4 édition mise à jour et complete. 2005.
- LECUN, Y.; BENGIO, Y.; HINTON, G. Deep learning. Nature, v. 521, p. 436-444, 2015.
- LINN, R. L. General principles of assessment. In: LINN, R. L.. Measurement and assessment in teaching. Merrill: Prentice Hall, 1995. Cap 1.
- LINN, R.; GRONLUND, N. E. The role of measurement and assessment in teaching. In: Measurement and assessment in teaching. Merrill: Prentice Hall, 1995. Cap. 1.
- LOMAS, J., CULYER, T. et al. Conceptualiser et regrouper les données probantes pour guider le système de santé. Ottawa: Fondation Canadienne de la Recherche sur les Services de Santé, 2005.
- MACHADO, H. V. Identidade organizacional: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira, RAE-eletrônica, v. 4, n. 1, art. 12, jan./jul. 2005.

- MACHADO, M. F. A. S. et al. Programa saúde na escola: estratégia promotora de saúde na atenção básica no Brasil. *J. Hum. Growth Dev.*[online]. 2015, vol.25, n.3, pp. 307-312. 2005. ISSN 2175-3598. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.9670>.
- MARI J. J; de MELLO M. F, FIGUEIRA I. The impact of urban violence on mental health. *Rev Bras de Psiquiatr.* v. 30, n. 3, p. 183-184, 2008.
- MARIN, M. J. S. et al. Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 34. n.1. p.13-20. 2010.
- MARKWICK, N. ; Fill, C.. Towards a framework for managing corporate identity. *European Journal of Marketing*, v. 31, n. 5, P. 396-409, 1997.
- MICHAELSEN, L. K. Getting Started with Team Based Learning. In: Michaelsen L. K, Knight A. B. ; Fink, L.D. (Eds.). *Team-Based Learning: A Transformative Use of Small Groups*. Praeger, 2002.
- MILLER, G. E. The assessment of clinical skills/competence/performance. *Academic Medicine*, v. 65, S63-S7, 1990. (Suppl.).
- MITRE, S. M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 13, supl. 2; p. 2133-2161. 2008.
- MOREIRA, M. A. *Aprendizagem significativa*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999. 129 p.
- MOREIRA, M. A. *Aprendizaje significativo: teoría y práctica*.Madrid: VISOR, 2000. 100 p.
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. A. S. *Aprendizagem significativa: a teoria de aprendizagem de David Ausubel*.São Paulo: Editora Moraes, 1982. 112 p.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- NAVES, M. M. V. Introdução à pesquisa e informação científica aplicada à nutrição. *Rev. Nutr.* [online], v. 11, n. 1, p.15-36. 1998.
- NFA. National Forum On Assessment, EUA. *Principles and Indicators for Student Assessment Systems*. Chicago: FairTest Publications, 1998.
- OMRAN, A. R. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.
- PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez, 2001.
- PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papirus, 1996. 94 p.
- POSNER, G. J.; RUDNITSKY, N. A. *Course design: a guide to curriculum development for teachers*. Longman: Nova York, 1989.
- PUNCREOBUTR, Vichian. Education 4.0: New challenge of learning. *St. Theresa Journal of Humanities and Social Sciences*, v. 2, n. 2, 2016.
- POSNER B. Z.; KOUZES, J. *The Leadership Challenge*. New York: Jossey bass, 1987.
- POSNER, G. J. *Analyzing the curriculum*. 2nd. New York,. McGraw-Hill, 1995.

- REZNICK, Richard K.; MACRAE, Helen. Teaching surgical skills—changes in the wind. *New England Journal of Medicine*, v. 355, n. 25, p. 2664-2669, 2006.
- ROSCHKE, M. A. C.; DAVINI, M. C. (Ed.) *Educación permanente de personal de salud*. Washington, D.C., OPS, p. 63-106. (Série Desarrollo de Recursos Humanos, 100).
- ROVERE, M. R. *Gestión estratégica de la educación permanente en salud*. In: HADAD, Q. J.; ROSCHKE, M.A. C.; DAVINI, M.C. *Educación permanente de personal de salud*. Washington: OPAS, 1994. p.63-106.
- RUTHERFORD, A; ZWI, A. B; GROVE N. J; BUTCHART, A. Violence: a priority for public health? (part 2). *J Epidemiol Community Health*. 2007;61(9):764-70.
- SACKETT, D. L., ROSENBERG, W. M. C. et al. Evidence based medicine: what it is and what it isn't. *BMJ*, v.312, n.7023: p. 71-72, 1996.
- SANDBERG M, Lundeberg T, Lindberg LG, Gerdle B. Effets of acupuncture on skin and muscle blood flow in healthy subjects. *Eur J Appl Physiol*. v. 90,n.1-2, p.114-9. 2003.PMID: 12827364
- SCHMIDT, H. G: Foundations of problem-based learning: some explanatory notes. *Medical Education*. v. 27. p. 422-432, 1993.
- SEWELL, Justin L. et al. Cognitive load theory for training health professionals in the workplace: A BEME review of studies among diverse professions: BEME Guide No. 53. *Medical teacher*, v. 41, n. 3, p. 256-270, 2019.
- SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. Educação Permanente em Saúde na formação da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 116-126, 2019.
- SZEGEDY, C. et al. Rethinking the Inception Architecture for Computer Vision. *Proceedings of the IEEE Computer Society Conference on Computer Vision and Pattern Recognition*. Anais...2016.
- TEXEIRA, R. R. O acolhimento num serviço de saúde entendido como uma rede de conversações. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (Orgs.) *A construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde*. Rio de Janeiro: IMS-UERJ, 2003. p. 89-112.
- TINDALL-FORD, S.; AGOSTINHO, S.; SWELLER, J. *Advances in Cognitive Load Theory: rethinking teaching*. Routledge, 2019.
- TOMAZ, J. B. O Desenho de currículo. In: MAMEDE, S ; PENAFORTE, J. (eds). *Aprendizagem Baseada em Problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional*. Fortaleza: Hucitec, 1997.
- UNESCO. *Educação: um tesouro a descobrir*. Jacques Delors (Coord.). Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, São Paulo: Cortez , 1999.
- UNESCO. *Declaração mundial sobre o ensino superior no século XXI: visão e ação*. Conferência Mundial sobre a Educação Superior, Paris ,5-9/out/1998. Disponível em: http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo. Acesso em: 31 mar. 2008.

- VAN MERRIËNBOER, Jeroen JG; SWELLER, John. Cognitive load theory in health professional education: design principles and strategies. *Medical education*, v. 44, n. 1, p. 85-93, 2010.
- WALLNER, Thomas; WAGNER, Gerold. Academic Education 4.0. In: *International Conference on Education and New Developments*. 2016. p. 155-159.
- WENGER, E. (ed.). *Communities of practice: learning, meaning, and identity. Learning in doing: Social, cognitive, and Computacional Perspectives*. New York, Cambridge University Press. 1998.
- WHETTEN, D. A.; Stuart, A. Organizational identity. *Research in Organizational Behavior*, v. 7, p. 263-295, 1985.
- YUSUF, S., REDDY, S. et al. Global Burden of Cardiovascular Diseases: Part I: General Considerations, the Epidemiologic Transition, Risk Factors, and Impact of Urbanization. *Circulation*. v. 104, n. 22, p. 2746-2753, 2001.
- ZANOTTO, M.A.C.; ROSE, T.M.S. *Problematizar a própria realidade: análise de uma experiência de formação contínua*. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2003.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde